



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
FACULDADE DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**ROSEMILDO SANTOS LIMA**

**NA SAFRA E NA ENTRESSAFRA DO AÇAÍ: usos do território e modo de vida da  
população ribeirinha do baixo Rio Meruú (Igarapé-Miri/PA)**

**BELÉM-PA  
MARÇO-2015**

**ROSEMILDO SANTOS LIMA**

**NA SAFRA E NA ENTRESSAFRA DO AÇAÍ: usos do território e modo de vida da população ribeirinha do baixo Rio Meruú (Igarapé-Miri/PA).**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará (PPGEO – IFCH – UFPA) como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Christian Nunes da Silva.

**BELÉM-PA  
MARÇO-2015**

**ROSEMILDO SANTOS LIMA**

**NA SAFRA E NA ENTRESSAFRA DO AÇAÍ: usos do território e modo de vida da população ribeirinha do baixo Rio Meruí (Igarapé-Miri/PA).**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará (PPGEO – IFCH – UFPA) como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Dr. Christian Nunes da Silva (Orientador – PPGEO/UFPA).

---

Prof. Dr. João Márcio Palheta (Examinador Interno – PPGEO/UFPA)

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Alcione Santos de Souza (Examinador Externo –UEPA)

**BELÉM-PA  
MARÇO-2015**

*Este trabalho é dedicado a toda minha  
família e amigos que sonharam e  
realizaram comigo. Ofereço-o também  
à memória de Dona Maria Machado  
Brandão que muito contribuiu para a  
realização desse projeto e a quem  
reverencio pela sabedoria e  
conhecimento sobre a natureza e seu  
espaço de vivência.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus sobre todas as coisas.

À minha mãe, MARIA TEREZA SANTOS LIMA, que sempre esteve ao meu lado de forma incondicional, incentivando-me e apoiando-me em todos os momentos de minha vida.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Christian Nunes da Silva, que com seu profissionalismo se dedicou arduamente comigo, tornando-se um grande incentivador e colaborador para que este trabalho fosse concluído.

Aos professores do curso de Geografia, com os quais aprendi muito, e faço questões de nomear: Prof. Dr. João Santos Nahum; Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha; Prof. Dr. Joao Marcio Palheta; Prof. Dr. Carlos Bordalo; Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Cristina Senna e Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marcia Pimentel. Também a todos os outros mestres, que com excelência se dedicam ao PPPGEO.

Aos meus companheiros de turma do PPGEO-2013, pela cumplicidade e pela ajuda mútua, tanto do ponto de vista teórico-acadêmico quanto de nossas divagações sobre a vivência acadêmica e a vida, em seu sentido mais amplo.

Aos meus inestimáveis amigos da ETRB (Escola Tenente Rêgo Barros) pelo incentivo e colaboração, já que muito contribuíram e, em parte, sacrificaram-se para que eu pudesse me afastar de minhas obrigações laborais e assim dedicar-me exclusivamente ao curso. Enalteço os nomes de Sandra Lameira, grande incentivadora, Roseane Gonçalves, Glauco Rivelino e Jorge França, que leram e fizeram as primeiras correções no meu projeto inicial ainda durante o processo de seleção. A vocês, minha eterna gratidão.

À minha esposa e companheira Giselle Campos dos Santos e aos meus filhos, Larissa Lima, Vinícius Lima e Samuel Lima que partilharam das minhas angustias e incertezas, mas nunca se furtaram de me apoiarem.

Aos meus irmãos, Rita de Cássia, Romildo Júnior e Paulo César (também melhor amigo), aos meus sobrinhos e familiares.

Incluo também os meus queridíssimos cunhados, cunhada, sogro (José Claudio) e sogra (Elizabeth Campos), como também ao grande amigo Ricardo.

Finalizo estes agradecimentos incluindo todos os ribeirinhos do baixo rio Meruú, especialmente a Maria Rita Brandão e ao Ailson Nascimento, sem os quais não seria possível concretizar este trabalho.

*Obrigado a todos!*

## RESUMO

O espaço amazônico, em sua complexidade, se apresenta de forma multifacetada, tanto em seus aspectos naturais, quanto nas sociedades que fazem desse espaço seus locais de vivência cotidiana e de produção material e imaterial de suas existências. Em tal espaço, as comunidades locais, como os ribeirinhos, com suas marcas inconfundíveis nas paisagens e com suas múltiplas territorialidades, desenvolvem diferentes estratégias de sobrevivência ligadas diretamente aos seus modos de vida. Este estudo buscou avaliar o espaço amazônico pelo prisma de sua complexidade, tendo como conceitos centrais a territorialidade e o modo de vida da população ribeirinha do baixo rio Meruí em Igarapé-Miri-PA. O objetivo é discutir, a partir de revisão bibliográfica, observação empírica, entrevistas estruturadas e semi-estruturadas, bem como pelo uso de mapeamento participativo, a constituição das territorialidades e do modo de vida da população local. A pesquisa permitiu afirmar que os ribeirinhos do baixo rio Meruí desenvolvem estratégias de sobrevivência intimamente ligadas à safra e entressafra do açaí. Neste sentido, enxergamos a comunidade a partir da constituição de sua dinâmica social, econômica e cultural, em grande parte ligada à sazonalidade do açaí. Isso porque o comércio do fruto é a base de suas reproduções materiais, mas também é geradora de uma apropriação imaterial do produto, pois é dotado de outros significados, além de ser essencial para a segurança alimentar. Paralelamente ao manejo, extração e comercialização do açaí existem múltiplas estratégias de sobrevivência, principalmente na entressafra do fruto, que afirmam e sustentam a relação entre o homem e a natureza local reforçando o sentido de pertencer a um território que lhes pertence. Esta condição permitiu compreender a territorialidade e o modo de vida da população que produz um território não apenas desigual, mas também diferenciado, pois é moldado não somente pela força do comércio do açaí, mas também pela materialização de um modo de vida que se transforma e se afirma no fazer cotidiano e na relação íntima com essa cultura extrativista.

**Palavras-Chaves:** Territorialidade, Modo de Vida, Estratégia de Sobrevivência, Açaí.

## **ABSTRACT**

The Amazon region, in its complexity, is presented in a multifaceted way, both in its natural aspects, as in societies that make this area their places of daily life and production material and immaterial of their existence. In such an area, the local communities, as riparian, with its unmistakable marks on landscapes and their multiple territories, develop different survival strategies linked directly to their way of life. This study evaluated the Amazon region through the prism of its complexity, with the central concepts territoriality and the way of life of the local population of the lower Rio Meruú in Igarapé-Miri-PA. The purpose is to discuss, from literature review, empirical observation, structured and semi-structured, and the use of participatory mapping, the establishment of territoriality and the way of life of the local population. The research allowed to state that the bordering the lower river Meruú develop closely linked to survival strategies during and between harvests of acai. In this sense, we see the community from the constitution of social dynamics, economic and cultural, largely linked to the seasonality of acai. This is because the fruit trade is the basis of their material reproductions, but also generates an immaterial product ownership, it is endowed with other meanings besides being and essential to food security. In parallel with the handling, extraction and marketing of acai there are multiple survival strategies, especially in the off season of the fruit, which affirm and support the relationship between man and the local nature reinforcing the sense of belonging to a territory that belongs to them. This condition allows us to understand the territoriality and the way of life of the population that produces a territory not only unequal, but also different because it is shaped not only by the power of acai trade, but also the realization of a way of life that transforms and stated in everyday routines and intimate relationship with this extractive culture.

**Key Words:** territoriality, Way of Life, Survival Strategy, Acai.

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Localização dos distritos de Igarapé-Miri.....	55
Mapa 2 - Acesso à Vila de Maiauatá.....	90
Mapa 3: Mapa Participativo .....	120

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Os complexos elementos do meio em Sorre.....	49
Quadro 2: Características naturais do município de Igarapé-Miri-PA.....	56
Quadro 3: Utilização do açazeiro .....	86
Quadro 4: Principais frutas consumidas no local .....	114

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de produtores de palmito em conserva no Brasil e no Paraná (1949 - 1959) .....	73
Tabela 2: Número de produtores de palmito em conserva no Brasil e no Paraná (1970 a 1980) .....	74
Tabela 3: 20 maiores produtores de açaí em 2011 .....	84

## LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1: Número de engenhos da agroindústria aguardenteira nos Municípios de Igarapé-Miri e Abaetetuba-PA.....	70
Gráfico 2: Hectares plantados com cana-de-açúcar nos municípios de Igarapé-Miri e Abaetetuba-PA .....	70
Gráfico 3: Produção de aguardente (1.000.000 litros) nos municípios de Igarapé-Miri e Abaetetuba-PA .....	70
Gráfico 4: Empregos gerados pela agroindústria aguardenteira nos municípios de Igarapé-Miri e Abaetetuba-PA.....	70
Gráfico 5: Produção na extração vegetal de açaí por região (2012).....	82
Gráfico 6: Produção de açaí por estados da Região Norte, 2010 .....	82
Gráfico 7: Produção de açaí de 2002 a 2012 por estados da Região Norte.....	83
Gráfico 8: Valor da produção de açaí de 2002 a 2012 por estados da Região Norte .....	83
Gráfico 9: – Distribuição do consumo de açaí no mundo .....	85

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Territorialidades humanas em Saquet .....	35
Figura 2: Ciclos da produção aguardenteira .....	69
Figura 3: Diferenças entre as espécies de Açaí .....	79
Figura 4: Usos do fruto do açazeiro .....	87
Figura 5: Igreja de Santana.....	92
Figura 6: Casas comerciais .....	92
Figura 7: Casas comerciais acessadas pelo rio .....	92
Figura 8: Casas comerciais acessadas pelo continente.....	92
Figura 9: Desembarque de alunos na Vila.....	93
Figura 10: Antena de telefonia móvel na Vila.....	93
Figura 11: Solo úmido sem a lâmina d'água. ....	94
Figura 12: Lamina d'agua cobrindo o solo .....	94



Figura 13: Extração do açaí.....	95
Figura 14: Debulha do açaí.....	95
Figura 15: Cachos de açaí pronto para serem debulhados.....	96
Figura 16: Rasa com açaí e peconha feita de sacaria. ....	96
Figura 17: Cachos de açaí para serem debulhados .....	97
Figura 18: Debulha de açaí sobre lona plástica para evitar perdas de frutos.....	97
Figura 19: Pequena embarcação com rasas e basquetas de açaí chegando ao porto de Vila Maiauata .....	98
Figura 20: Caminhão sendo embarcado com basquetas de açaí.....	98
Figura 21: Início na PA 407 com capeamento asfáltico recente .....	99
Figura 22: Percurso da estrada de chão. ....	99
Figura 23: Estado de conservação das pontes da PA 407.....	100
Figura 24: Rabeta e canoa a remo .....	101
Figura 25: Embarcações atracadas em posto de combustível da Vila.....	101
Figura 26: Rede de pesca usada para tapar pequenos córregos .....	111
Figura 27: Placa indicando proibição da pesca .....	111
Figura 28: Matapis prontos para serem utilizados.....	112
Figura 29: Matapis em frente à casa de ribeirão local.....	112
Figura 30: Bananeiras em meio ao açaizal .....	113
Figura 31: Cacaueiro em meio ao açaizal.....	113
Figura 32: Urucunzeiro em meio ao açaizal .....	113
Figura 33: Limoeiros em meio ao açaizal .....	113
Figura 34: Taperebá colhido em meio ao açaizal .....	113
Figura 35: Manga dispersas em meio ao açaizal .....	113
Figura 36: Oficina realizada em uma residência de um morador local. ....	117
Figura 37: Oficina realizada em uma escola local.....	117
Figura 38: Mapeamento participativo feito na casa de um morador local. ....	118
Figura 39: Mapeamento participativo feito em uma escola da localidade. ....	118
Figura 40: A comunidade discutindo e utilizando os mapas. ....	118
Figura 41: A comunidade discutindo e utilizando os mapas. ....	118

#### LISTA DE SIGLAS

<b>SAGRI</b>	Secretaria de Estado de Agricultura do Pará
<b>EMBRAPA</b>	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
<b>CONAB</b>	Companhia Nacional de Abastecimento.
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>GAPTA</b>	Grupo Acadêmico de Produção Territorial e Meio Ambiente da Amazônia
<b>IDESP</b>	Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará.
<b>SEPOF</b>	Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças.
<b>PTDRS</b>	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável.
<b>PEVS</b>	Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura.

## SUMÁRIO

RESUMO .....	6
ABSTRACT .....	7
LISTA DE MAPAS.....	8
LISTA DE QUADROS .....	8
LISTA DE TABELAS .....	8
LISTA DE GRÁFICO .....	8
LISTA DE FIGURAS .....	8
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 1 – ESPAÇO, TERRITÓRIO E MODO DE VIDA NA AMAZÔNIA: SUBSÍDIOS TEÓRICOS PARA A COMPREENSÃO DO USO DO TERRITÓRIO, DAS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA E DO MODO DE VIDA NO BAIXO RIO MERUÚ (IGARAPÉ-MIRI/PA). .....</b>	<b>21</b>
Do espaço ao território: diálogos preliminares.....	21
Múltiplas concepções de Território .....	27
Território, Territorialidade e Vivência .....	33
Amazônia: territórios e territorialidades.....	37
Usos do território e apropriação dos recursos naturais na Amazônia. ....	40
Modo de vida e território na Amazônia.....	46
<b>CAPITULO 2 - DAS FRASQUEIRAS ÀS RASAS: AS TRANSFORMAÇÕES NO USO DO TERRITÓRIO EM IGARAPÉ-MIRI .....</b>	<b>54</b>
2.1. Caracterização histórico-geográfica de Igarapé-Miri.....	54
<b>2.2. Igarapé-Miri no contexto do Baixo Tocantins.....</b>	<b>60</b>
<b>2.3. A agroindústria aguardenteira e sua força no uso do território .....</b>	<b>62</b>
2.4. Antes do açaí, o palmito .....	72
2.5. Fatores que impulsionaram a exploração do palmito no Baixo Tocantins.....	74
2.6. O açaí e o espaço ribeirinho de Igarapé-Miri .....	77
2.6.1. Aspectos gerais do açaí.....	77
2.6.2. O espaço do açaí.....	80
2.6.3. Aspectos socioeconômicos e culturais da produção do açaí .....	81
<b>Capítulo 3 - NA SAFRA E NA ENTRESSAFRA DO AÇAÍ NO BAIXO RIO MERUÚ</b>	<b>88</b>
3.1. A Vila Maiauatá no contexto do baixo rio Meruú.....	88
3.2. A vida ribeirinha na safra do açaí – cotidiano e territorialidade .....	93
3.1.2. Transporte da produção e circulação: percalços e dificuldades. ....	97
3.1.3. Entre o produtor e a indústria. ....	102
3.1.4. A safra – territorialidade e a reprodução material do produtor. ....	104
3.3. Entressafra: afirmação de territorialidades e estratégias de sobrevivência .....	107
3.3.1. Outros recursos naturais como estratégias de sobrevivência na entressafra .....	107

3.3.2. O açaí, o palmito e o açaizal na entressafra.....	108
3.3.3. A pesca .....	110
3.3.4. Consumo e pequeno comércio de sementes e frutas .....	112
3.4. Uso do território e modo de vida no baixo Meruí .....	116
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	123
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	129
<b>ANEXOS</b> .....	138

## INTRODUÇÃO

O açaí é um dos principais elementos da dieta alimentar dos paraenses, principalmente daqueles que estão às margens dos rios, com destaque para o estuário amazônico, onde os açazais compõem, de forma bastante marcante, as paisagens. Além de gerador de renda para uma grande parcela de ribeirinhos, o fruto se configura como um dos elementos da própria cultura do paraense.

Partindo destas observações preliminares, buscaram-se subsídios, teórico-metodológicos e empíricos, para o entendimento das relações existentes entre a produção do açaí, a territorialidade e o modo de vida da comunidade ribeirinha do baixo rio Meruú, localizada no município de Igarapé-Miri (PA). A localidade em questão contextualiza-se como fração do espaço amazônico. Sua compreensão e o seu melhor conhecimento não pode se dar a partir do entendimento da região vista de forma unilateral e exclusivamente externa, assim como homogeneizante do espaço. Dessa forma, adquiria um significado único, que em muito contribui para a negação de sua complexidade e das várias interpretações e significados que cada fração de seu espaço engendra. Tal espaço também deve ser compreendido a partir de uma produção diferenciada, e não somente pensado sob o viés da desigualdade.

O espaço geográfico amazônico é único, mas também múltiplo. Essa multiplicidade forma subespaços regionais que geram uma vasta gama de territórios, muitos deles “invisíveis”, mas com significados muito singulares, e que só podem ser entendidos quando se “percebe” a sua existência.

Os objetos e as ações dentro do espaço regional também são múltiplos, formando um todo, que se caracteriza por partes que contêm suas particularidades e diferenças. É a diversidade que caracteriza tal espaço, pois são diversos territórios que caracterizam o, espaço amazônico. “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2004, p. 63). São seus sistemas de objetos e seus sistemas de ações singulares, particulares e articulados com outros espaços que dão significado e existência aos territórios amazônicos.

O olhar externo e homogeneizante, obediente a interesses particulares e voltados à produção de mercadorias de valor comercial, sempre esteve presente no contexto amazônico, negando com isso a possibilidade de se construir alternativas que levassem em consideração suas especificidades e que se materializam em sua diversidade.

O patrimônio existente na região amazônica não se circunscreve aos seus inúmeros recursos naturais, como o açaí aqui discutido, mas também nos saberes e representações de suas populações, que são culturalmente ligadas aos seus territórios. Territórios os quais embora inseridos em uma perspectiva econômica, ou mesmo sob a orientação do Estado, são também simbólicos, carregados de vida, pois são espaços de vivências.

Qualquer entendimento sobre a região, assim como políticas de desenvolvimento regional, necessariamente devem levar em consideração essa multiplicidade territorial da Amazônia. O território aqui entendido como “lugar de relações sociais; de conexões e redes; de vida, para além da produção econômica, como natureza, apropriação, mudanças, mobilidade, identidade e patrimônio cultural; como produção socioespacial e condição para o habitar, viver e produzir.” (SAQUET, 2010, p.118).

O modo de produção capitalista tende a fragilizar e, em muitos casos, destruir estruturas que não são condizentes com a sua lógica, ou que não se enquadram em sua arquitetura. Assim percebe-se que a tendência homogeneizante se impõe sobre o espaço, não apenas na configuração territorial, pois em muitos casos ainda perdura na paisagem. Há também a desestruturação dos hábitos, práticas e costumes a partir da imposição silenciosa e gritante de sua ideologia economicista.

Pensamos a produção do açaí enquanto um desses elementos que pertence à cultura local, apropriado de forma simbólica, produto territorializante e gerador de territorialidades diversas, assim como também essencial para a obtenção de renda de muitas comunidades amazônicas. Sua valorização faz com que o produto torne-se global, entre em uma rede de aceitação nacional e internacional, mas agora dentro de uma nova lógica mercadológica e desprovido de seu significado cultural.

Neste sentido, o trabalho que aqui se apresenta traz novas possibilidades de entendimentos acadêmicos sobre o sentido dos territórios amazônicos e das territorialidades daqueles que estão diretamente inseridos na extração, produção e comercialização do açaí, dentro da lógica regional. Além disso, possibilita maior conhecimento sobre um espaço tão amplo e diverso como o é o amazônico, pois assim como o espaço é múltiplo, o estudo sobre ele também dever ser multiplicado.

Outro fator relevante sobre a proposta de estudo aqui apresentada é o fato de poder contribuir para se pensar alternativas de planejamentos territoriais que levem em consideração as especificidades locais, suas diferenças, bem como a participação efetiva das comunidades envolvidas.

Reconhecer a importância da região e de seus recursos naturais, bem como a existência de populações tradicionalmente vinculadas aos seus territórios de vivência é um passo para se buscar efetivamente alternativas de desenvolvimento que levem em consideração as reais necessidades de preservação do patrimônio natural amazônico, como também da população local. Para tal, é imprescindível reconhecer seus saberes, ouvir suas falas e compreender como estes ocupam, organizam e constroem seus territórios, bem como os seus elementos identitários. Isso porque “O que permite a um lugar ser chamado de território está ligado a projetos de construção e afirmação de identidades, conduzidas por grupos efetivamente enraizados nesses espaços” (PEIXOTO, 2009. p. 86.).

Não raro novos produtos nativos da Amazônia são cooptados pela dinâmica capitalista de produção e entram no rol das possibilidades de geração de riquezas. Entre eles podemos destacar a valorização regional e nacional do açaí, produto típico das regiões de várzeas da Bacia Amazônica.

Reconhecer a existência das particularidades e multiplicidades de atores que marcam as comunidades amazônicas não é suficiente para se buscar alternativas de desenvolvimento que gerem efetivamente uma inclusão social com prudência ambiental. A Amazônia e sua complexidade socioambiental sempre foram vistas como objeto, nunca como sujeito. Pois, além de reconhecimento de sua multiplicidade social e ambiental é necessário e imprescindível que os amazônidas, com seus múltiplos territórios e territorialidades, sejam ouvidos e que seus saberes sejam levados em consideração para a construção de novas possibilidades de desenvolvimento regional.

A produção e a crescente valorização comercial do açaí são notórias. Porém, sua produção não se dá apenas sobre o prisma da lógica econômica, envolve aspectos culturais, saberes, territórios e territorialidades múltiplas que devem ser consideradas quando se quer buscar alternativas de desenvolvimento verdadeiramente prudentes e inclusivas.

Circunscrito a essa lógica, surgem várias inquietações com o objetivo de estudar de que forma a valorização e aumento da demanda do açaí, dentro do mercado regional, nacional e até mesmo internacional, impactam sobre os territórios vividos e as territorialidades dos atores amazônidas que estão diretamente envolvidos em sua extração e/ou seu manejo, mais especificamente da população do baixo rio Meruú em Igarapé-Miri, no Pará, que tem na cultura do açaí uma fonte de alimento, simbolismo e renda.

A partir dessa problemática, apresentam-se as questões-problemas: Como se deu e como dá o uso e apropriação do território no baixo rio Meruú?; Como a sociedade local se organiza e comercializa o açaí?; Quais as estratégias de sobrevivências adotadas na safra e na

entressafra do açaí?; e Qual a importância do açaí para a para a constituição do modo de vida local?

Neste trabalho procurou-se entender as estratégias de sobrevivência adotadas pela população ribeirinha do baixo rio Meruí, na safra e na entressafra do açaí e a constituição de um modo de vida particular. Partindo dessas premissas foi possível aprofundar o entendimento do espaço amazônico em sua multiplicidade, e em particular, do uso do território e seus recursos e das territorialidades dos ribeirinhos locais.

O açaí, nesse contexto, é o elemento que ao mesmo tempo garante a subsistência e gera oportunidades de acesso a bens materiais, dos quais dependem as vivências das populações locais. O fruto também é um referencial simbólico da cultura miriense em particular e, por conseguinte, da cultura paraense. Este viés simbólico do açaí está ligado à dinâmica social dos ribeirinhos, em particular do baixo rio Meruí, sendo a principal ocupação e atividade econômica dos que vivem na região.

Pensa-se esta população inserida em uma dinâmica social cuja realidade é um processo histórico em pleno devir, perpassada por múltiplas relações e possibilidades abertas de futuro. Assim, a realidade aqui pensada “está sempre grávida, em gestação, o que torna a mudança algo natural, de sua própria tessitura interna” (DEMO, 1995, p. 17).

Para se seguir na proposta da pesquisa, lança-se mão do materialismo histórico e dialético, como método principal, por se entender que a compreensão de uma realidade dentro do contexto capitalista se constitui em contradições que lhes são inerentes. Tal método se mostra salutar também na compreensão do processo histórico decorrente deste movimento.

Este método tem por base as contradições da sociedade e essas contradições são os fundamentos para as mudanças e transformações sociais, daí a história da sociedade ser comandada pelos conflitos de interesses entre as classes sociais (CAMARGO e ELESBÃO, 2004, p.15).

Como metodologia complementar, será usada a fenomenologia por compreender-se que as relações sociais travadas no baixo rio Meruí não se dão apenas no âmbito da produção econômica e instrumental e da pura e simples reprodução social. Há relações cotidianas dos indivíduos com seus espaços de vivências e uma apropriação simbólica tanto do espaço quanto dos recursos. Assim, pensar-se-á a fenomenologia como método que dará suporte para a compreensão da realidade concreta, a partir da dimensão simbólica e subjetiva das interpretações das coisas feitas pelos atores analisados. Isso porque a subjetividade é algo intrínseco às pessoas e, logo faz parte da realidade social.

A subjetividade faz parte da realidade social e não pode ser acolhida metodologicamente como fator perturbante, que não deveria existir. O homem é ator, não consegue observa-se neutramente e estabelece com sua sociedade uma relação muito mais complexa que a formal-lógica da ciência clássica (DEMO, 1995, p. 250).

Compreendemos então a produção/reprodução socioespacial na área estudada, não apenas sob o prisma da desigualdade, mas também a partir da diferença legada por um fazer e um ser próprios, construídos e afirmados cotidianamente dentro de um porvir histórico que dialeticamente afirma, desconstrói e reconstrói o modo de vida local.

O espaço será usado como categoria de partida deste trabalho, por entendermos que é a principal categoria da geografia, configurando-se em seu próprio objeto. Por isso, qualquer trabalho que se pretenda ser geográfico necessariamente tem que ser perpassado pela discussão da concepção de espaço do qual está lançando mão. Porém, a categoria principal é o território e a territorialidade construída a partir do espaço pensado e compreendido.

O território, então, será pensado a partir de seu uso, da vivência e das territorialidades que dele emanam, bem como das estratégias de sobrevivências que dialogam com a construção de um modo de vida ribeirinho no baixo rio Meruí.

Para se fazer tais discussões é necessário pensar o território e a territorialidade a partir do espaço, como categorias analíticas. Para tanto, primeiramente será feita uma revisão bibliográfica que seja concernente ao tema tratado, sendo este o território, a territorialidade e o modo de vida.

Para pensar o espaço como ponto de partida de nossa discussão sobre o território e o modo de vida, buscou-se embasamento, principalmente, nas discussões propostas por Santos (1997, 2000, 2004) e Massey (2004, 2012).

O território e a territorialidade foram fundamentados especialmente nas discussões trazidas por Haesbaert (2006), Saquet (2010, 2011), Sacks (1986), Gottman (2012), Little (2002), Raffestin (1993) e Santos e Silveira (1998). A discussão sobre o modo de vida foi embasada em Vidal de La Blache (1954) e Sorre (1984). Outros autores serão introduzidos no debate teórico para a construção de um todo coerente com as bases aqui apresentadas.

Também será realizada uma revisão bibliográfica histórico-geográfica para contextualizar as mudanças processadas ao longo do tempo em Igarapé-Miri, com destaque para as transformações no uso dos recursos e do território, principalmente no que diz respeito à passagem da produção da cana-de-açúcar para o açaí e como a população do baixo rio Meruí se inseriu nesse processo. Para tal empreitada foram imprescindíveis a busca e a análise de várias fontes tais quais: documentos históricos, jornais, revistas e relatos de



moradores mais antigos para a partir ser feita uma análise mais minuciosa das mudanças e permanências na região do baixo Tocantins, onde se insere o espaço deste estudo.

Buscaram-se dados primários e secundários sobre a produção do açaí no estado do Pará, como um todo, e de como o município de Igarapé-Miri participa desta produção, buscando evidenciar a importância do produto para a economia local e como isso se reflete na população ribeirinha, no caso aqui, a do baixo rio Meruí.

Construíram-se observações sistemáticas das relações sociais, culturais e econômicas travadas no local a partir das incursões a campo e da convivência com a comunidade local. Isto deu melhor base para se compreender a dinâmica dessa comunidade, tanto na safra quanto na entressafra do açaí. Assim, pôde-se fazer um mapeamento das estratégias de sobrevivência adotadas pela população local nos diferentes períodos do ano, bem como analisar essa dinâmica de perto.

A primeira incursão a campo foi realizada em setembro de 2013 para observações e levantamentos preliminares da área de estudo. Este período coincidiu com o pico da safra de açaí daquele ano. A segunda incursão foi em janeiro de 2014, quando se pôde acompanhar mais de perto como se dá a dinâmica da comunidade no período da entressafra. Também foi possível participar de algumas reuniões da população local, nas quais os ribeirinhos apresentaram suas ideias, perspectivas de organização e estratégias de comercialização do açaí. Neste período, já foram feitas algumas entrevistas com lideranças locais. Em dezembro de 2014, mais entrevistas foram realizadas, como também, duas oficinas, as quais foram finalizadas com um mapeamento participativo feito em parceria com a comunidade local. Em janeiro de 2015, voltou-se a campo para confirmar algumas informações e serem feitos os últimos levantamentos e entrevistas. No total, foram realizadas 34 entrevistas com chefes de famílias da comunidade. O primeiro trabalho de campo foi feito em dois dias, o segundo, em três dias e o terceiro e quarto, em dois dias.

Durante o trabalho de campo foi realizado ainda levantamento fotográfico para auxiliar na visualização do espaço local, das atividades nele desenvolvidas, das vias de circulação, das formas espaciais e da paisagem, possibilitando maior compreensão da realidade local, bem como de sua dinâmica. Foram feitas ainda rodas de conversações com os moradores, onde todos podiam falar sobre o lugar, suas atividades, carências e necessidades, além das expectativas futuras. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, gravadas, para ajudar na compreensão do que os indivíduos pensam sobre o seu espaço e como agem sobre ele, como veem a produção local e como se inserem no mundo.

Para além das entrevistas e das conversas informais com os moradores foi proposta à comunidade a realização de um mapeamento participativo para se verificar como os moradores se posicionam e veem o seu espaço de vivência, para assim melhor compreender suas relações sociais, culturais e econômicas e relacioná-las às suas territorialidades. Para tanto, primeiramente foram realizadas duas oficinas apresentando a proposta de trabalho e seus objetivos, ambas em dezembro de 2014.

Os procedimentos metodológicos acima apresentados embasaram a obtenção dos objetivos propostos, tendo como foco principal analisar a territorialidades dos ribeirinhos do baixo rio Meruí, sua organização no espaço, bem como suas estratégias de sobrevivência na safra e na entressafra do açaí, para melhor compreendermos o seu modo de vida.

Primeiramente, buscou-se como objetivo específico fazer uma reconstituição histórico-geográfica do uso do território na região do baixo Tocantins, analisando suas mudanças e permanências. Em seguida analisou-se de que forma a maior procura pelo açaí, em decorrência de sua valorização comercial, inseri novas territorialidades e afeta as relações sociais e culturais da comunidade em si, e desta com o seu território de vivência. Objetivou-se ainda analisar as estratégias de sobrevivência adotadas pelos ribeirinhos, na safra e na entressafra do açaí, e sua relação com o modo de vida local.

Dentro da problemática apresentada, assim como dos objetivos propostos para a pesquisa foram apontadas as seguintes hipóteses, que podem ser, com a conclusão da pesquisa, afirmadas ou refutadas:

- ✓ A apropriação e o uso do território no baixo rio Meruí se dá principalmente a partir da produção do açaí e de sua condição de sazonalidade. Assim, o açaí vem garantindo uma melhor qualidade de vida à população local;
- ✓ O espaço do baixo rio Meruí apresenta relações sociais e dinâmica econômica que estão intimamente ligadas à safra e a entressafra do açaí, sendo que este é o elemento que cimenta a constituição de um modo de vida singular dentro do espaço amazônico;
- ✓ Há mais sujeitos envolvidos na cadeia produtiva do açaí, o que gera novas territorialidades. Assim a valorização do produto (açaí) altera as formas de comercialização e organização do território, principalmente na safra, mas não muda as estratégias de sobrevivência da comunidade local no período de entressafra do açaí. Isso porque a valorização é apenas do produto e não necessariamente de seus produtores.

Partindo da contextualização apresentada sobre a valorização do açaí, da delimitação da área de estudo, bem como da exposição do referencial teórico-metodológico, da problemática, dos objetivos e das hipóteses é que pretende-se constituir uma pesquisa científica que vise a ampliação do saber científico sobre os povos amazônicos e seus modos de vida.

Assim, este trabalho se divide em três capítulos. O primeiro, intitulado **ESPAÇO, TERRITÓRIO E MODO DE VIDA NA AMAZÔNIA: SUBSÍDIOS TEÓRICOS PARA A COMPREENSÃO DO USO DO TERRITÓRIO, DAS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA E DO MODO DE VIDA NO BAIXO RIO MERUÚ (IGARAPÉ-MIRI/PA)**, tem como objetivo discutir as principais categorias teóricas utilizadas para a compreensão do objeto de estudo.

O segundo capítulo, intitulado, **DAS FRASQUEIRAS ÀS RASAS: AS TRANSFORMAÇÕES NO USO DO TERRITÓRIO EM IGARAPÉ-MIRI**, busca contextualizar histórica e geograficamente as transformações ocorridas na região do baixo Tocantins, onde está inserido o baixo rio Meruú. O enfoque se deu, principalmente, a partir das transformações no uso do território provocadas pela decadência da produção aguardenteira, com análise dos motivos que levaram à sua decadência, além das consequências para a comunidade local. Dessa forma, analisou-se a substituição pela produção do palmito, evidenciando o que causou essa nova atividade e as consequências de sua exploração. Finalizou-se o capítulo apresentando a emergência do açaí no contexto paraense e sua inserção no mercado regional, nacional e global.

O capítulo terceiro, que tem como título, **NA SAFRA E NA ENTRESSAFRA DO AÇAÍ NO BAIXO RIO MERUÚ**, objetiva compreender como se dá a dinâmica da produção do açaí entre a população local e como essa atividade gera territorialidades e um modo de vida particular. Buscou-se compreender que o modo de vida local também se constitui a partir da apropriação de outros recursos, que são utilizados estrategicamente pela população como elementos essenciais à sobrevivência, principalmente em decorrência da sazonalidade do açaí. A melhor compreensão da dinâmica e do modo de vida deu-se também a partir da inserção e análise de vários trechos das entrevistas, de um grande acervo fotográfico e também do mapeamento participativo, que foi construído pela população. Assim pode-se verificar a materialização de suas territorialidades.

Na parte final desta dissertação, apresentaram-se as conclusões relacionando teoria e a pesquisa empírica para melhor compreensão da territorialidade e do modo de vida da população do baixo rio Meruú e sua íntima relação com a safra e a entressafra do açaí.

Finalizou-se este trabalho com a exposição do referencial bibliográfico que embasou a análise, como também alguns anexos pertinentes à pesquisa.

## **CAPÍTULO 1 – ESPAÇO, TERRITÓRIO E MODO DE VIDA NA AMAZÔNIA: SUBSÍDIOS TEÓRICOS PARA A COMPREENSÃO DO USO DO TERRITÓRIO, DAS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA E DO MODO DE VIDA NO BAIXO RIO MERUÚ (IGARAPÉ-MIRI/PA).**

Este capítulo tem como função iluminar teoricamente o objeto de estudo. Partiu-se da compreensão do espaço, não dentro de uma lógica cronológica marcada como desigual e/ou atrasado, que o lança em uma única perspectiva de futuro, de um progresso singular e pré-determinado, arrefecendo as possibilidades de pensá-lo sobre o prisma de suas possibilidades de abertura para o futuro, dado por múltiplas perspectivas, não determinadas, mas construídas no decorrer da história. Com esta perspectiva de se compreender o espaço, construímos nossa concepção de território, sendo este a apropriação de uma fração do espaço por um determinado grupo social. Nesta apropriação, manifestam-se as relações sociais, sempre perpassadas por relações de poder. São estas mesmas relações que dão concretude àquilo que aparentemente é abstrato. Apontou-se também, que a posição sobre o território é apenas uma opção teórica que se faz, pois há sempre múltiplas concepções de territórios. Assim, trouxe-se a discussão do território e da territorialidade inseridas no contexto da região amazônica e como este espaço é palco de diversos territórios e territorialidades. Estes, por sua vez, são sempre circunstanciados pela multiplicidade de atores sociais que constroem cotidianamente seus territórios, dentro do espaço amazônico e neles cimentam seus modos de vida. A discussão teórica sobre o modo de vida fecha este capítulo.

### **Do espaço ao território: diálogos preliminares<sup>1</sup>**

Definir espaço é uma tarefa árdua. O espaço que nos interessa é o espaço humano, o espaço social que contém e é contido por todas as múltiplas frações do espaço. Ele está ligado à noção de sistema social que atravessa tempos e lugares.

Pensar o espaço é olhar para sua multiplicidade e possibilidades de porvir. Assim, o espaço contém o que está parado, mas se apresenta imbuído por uma dinâmica que lhe atribui movimento. O que está parado é condição do movimento e o movimento modifica o que está parado. Pensado por este prima, o espaço é dinâmico, tanto em suas formas materiais como em suas feições socioculturais.

---

<sup>1</sup> Embora a categoria espaço geográfico não seja a principal a ser trabalhada nesta pesquisa, ela surge neste item com um caráter introdutório para melhor compreender o território e a forma como o compreendemos.

A compreensão do espaço geográfico para a geografia se dá a partir de categorias analíticas como paisagem, região, lugar e território. Corrêa (2010), Souza (2010) e Santos (2006) ratificam o espaço enquanto conceito-chave da geografia, sendo ele alvo de amplos debates nas várias correntes do pensamento geográfico e mesmo de outras ciências sociais. Daí surgem diferentes e, até mesmo divergentes, interpretações, não só sobre a concepção de espaço como também das demais categorias que norteiam a geografia.

Corrêa (2010), de forma sucinta, e Santos (2001) de maneira mais aprofundada, mostra como a concepção de espaço se apresenta no decorrer do tempo e no âmbito de diversas correntes da geografia. Então:

Eis o espaço geográfico, a morada do homem. Absoluto, relativo, concebido como planície isotrópica, representado através de matrizes e grafos, descrito através de diversas metáforas, reflexo e condição social, experienciado através de diversos modos, rico em simbolismo e campo de lutas, o espaço geográfico é multidimensional. Aceitar essa multidimensionalidade é aceitar por práticas sociais distintas que [...] permitem construir diferentes conceitos de espaço (CORRÊA, 2010, p. 44).

Para aprofundar ainda mais o debate em torno do conceito de espaço, somente no âmbito da geografia, seria ainda pertinente salientar os dois polos epistemológicos que encontraram abrigo no seio desta ciência, em muito colocados como antagônicos e de forma fragmentária. Como bem identifica Souza (2013), o polo do conhecimento sobre a natureza e do conhecimento sobre a sociedade, isto é, a geografia física e a geografia humana. Com isso, o debate em torno do espaço geográfico na geografia se torna mais complexo, o que exige o posicionamento teórico-metodológico do geógrafo, no que diz respeito à condução de seu pensamento sobre o espaço.

O espaço geográfico é o espaço do homem, construído e transformado por este para atender as suas mais diversas necessidades, sejam elas econômicas, políticas, culturais, etc. Assim colocado, parece fácil a sua compreensão e seu entendimento. Porém, o fato de ser o espaço um construto humano, necessariamente implica em uma complexidade bastante significativa, pois pensar o homem é pensar sob o prisma da multiplicidade, das diferenças, das contradições, das desigualdades sociais, econômicas e políticas. É pensar a partir de diferentes temporalidades, ou seja, o espaço vai refletir toda essa complexidade, então resultam as várias possibilidades de compreendê-lo e interpretá-lo.

A geografia então se constitui como ciência do homem e da sociedade, e sua análise social se dá pelo viés do espaço. Assim, o espaço geográfico é o ponto norteador do espírito da geografia e sua constituição se dá a partir da relação entre o homem e a natureza. Não sob

um único aspecto como adverte Moreira (2012), considerando-se somente os quadros econômicos, como comumente ocorre. Nesta compreensão a natureza é vista como estoque de recurso e o homem, enquanto necessidade de consumo.

Dessa forma, o espaço surge apenas como um teatro, onde atores têm suas falas e atitudes pré-determinadas e o palco (natureza) é arrumado de forma a estar a serviço dos que escrevem a história. Essa forma de pensar o espaço foi a imposta ao espaço amazônico desde o início de sua ocupação. Por esse, não é possível compreender a relação do homem com a natureza sem se levar em consideração que esta é sempre mediada pela cultura e pela história, não única, mas de temporalidades distintas, e que existem possibilidades diversas que ainda não foram escritas e nem se fazem a partir da imposição de uma única forma de pensar e estar no mundo. “Aqui, o espaço geográfico é, portanto, um espaço verdadeira e densamente social, e as dinâmicas a serem ressaltadas são as dinâmicas das relações sociais (ainda que sem perder de vista as dinâmicas naturais e seus condicionamentos relativos)” (SOUZA, 2013, p. 31).

Santos (2000) adverte para a imposição de um relógio despótico que força uma racionalidade única e desejosa de homogeneização, e que nega qualquer outra forma de racionalidade. Porém, nas “periferias” do espaço mundial pululam outras razões, outras racionalidades e múltiplas temporalidades que se materializam em diferentes formas de agir cotidianamente. Este agir cotidiano de muitos grupos sociais, em diferentes lugares do globo, como no espaço amazônico é prenhe de diferenças espaciais e temporalidades distintas, “a razão, isto é, a razão de viver, é buscada por meio do que, face a essa racionalidade hegemônica, é considerada como ‘irracionalidade’, quando na realidade o que se dá são outras formas de ser racional” (SANTOS, 2000, p. 126).

O mundo deve ser compreendido enquanto totalidade, mas nunca a partir de uma totalização impositiva e homogeneizante, sendo esta totalidade o próprio espaço geográfico. Assim, o espaço seria constituído das formas, sejam elas naturais ou sociais, mas da vida que dá sentido e anima as formas. Porém, muito embora se acredite, não existe um motor único que movimentava a história do espaço geográfico global, principalmente em tempos em que se impõe ao mundo as redes que ligam e interligam os lugares, pelas vias materiais e pelas chamadas infovias, que são cada vez mais globalizadas em decorrência daquilo que Santos (2006) chamou de unicidade técnica, cuja existência se deve a um motor único que movimentava a história dos lugares para a mesma direção.

Junto com a unicidade das técnicas e a convergência dos momentos, a mais-valia no nível global contribui para ampliar e aprofundar o processo de internacionalização, que alcança um novo patamar. Agora, tudo se mundializa: a produção, o produto, o dinheiro, o crédito, a dívida, o consumo, a política e a cultura. Esse conjunto de mundializações, cada qual sustentado, arrastando, ajudando a impor a outra, merece o nome de globalização (SANTOS, 2006, p. 133).

Assim, o espaço pintado pela globalização, tal qual a nós se apresenta, é o mundo da única possibilidade, de via única para um futuro único, onde o atraso e o avanço dos lugares fazem parte de um mesmo caminho. O espaço então imposto pelo atual processo de globalização é um espaço sem abertura para o futuro, onde o que existe é apenas uma sequência temporal. As diferenças entre os lugares nada mais seriam que um estágio diferenciado dentro de uma mesma trajetória que colocaria lugares “atrasados” e lugares “adiantados” como bem adverte Massey (2012). A história dos lugares seria uma história única, o caminho a percorrer seria o mesmo, sem aberturas, sem outras possibilidades. Essa forma de pensar o mundo começou a ser construída com o advento da modernidade. Sobre isso, Doreen Massey, pondera:

Nessas circunstâncias, essa manobra característica da modernidade é, frequentemente, reconhecida e é uma manobra com implicações muito claras. Nessas concepções de progresso singular (quaisquer que sejam suas nuances), a própria temporalidade não é efetivamente aberta. O futuro está contado, de antemão, inscrito na estória. Essa é, portanto, uma temporalidade que, de qualquer forma, não tem nenhuma característica de eventualidade, ou de novidade. Nem corresponde às exigências de que o espaço seja sempre e para sempre aberto, em constante processo de fazer-se (MASSEY, 2012, p. 107).

Se o espaço for pensado a partir desta perspectiva de linearidade da história, reduzimo-la a uma cronologia temporal, além de assimilarmos o discurso do “nosso futuro comum”<sup>2</sup>, negligenciaremos a compreensão de que os eventos históricos são espaciais e que estes são sempre relacionais, cujo futuro é aberto e não predeterminado e fechado, como muito bem argumenta Massey (2012). O espaço então, não pode ser resumido em uma linha cronológica, a um estágio, mas deve ser traduzido em possibilidades, dentro de processos múltiplos. Mas, não raro é esse o discurso que ainda prevalece: o de progresso, cujo rumo é a mesma direção apontada por um crescimento econômico que traz em si as possibilidades de ascensão social e redenção dos lugares e dos povos. Este sempre foi o discurso apresentado ao espaço amazônico e ideologicamente inculcado nos espíritos dos amazônidas, não sem resistência, mas de forma feroz e aniquiladora de outras possibilidades.

Santos (2000) apresenta a globalização atual como perversidade, mas não nega que outra globalização também pode ser pensada e construída, ou seja, pensar o espaço para além do motor único, da trajetória inexorável a qual todos os espaços convergem também é

<sup>2</sup> A expressão aqui não faz referência ao *Relatório Brundtland*. Documento intitulado *Nosso Futuro Comum (Our Common Future)*, publicado em 1987 pelo ONU, mas sim no sentido de caminho único tal qual é divulgado por Massey.



possível. Santos (2000) e Massey (2004, 2012) têm leituras próximas sobre a globalização atual, pois afirmam que trata-se de um projeto imposto ao mundo. Suas críticas vão justamente sobre essa trajetória única dos lugares. Quando Milton Santos afirma que uma outra globalização é possível, estamos diante de uma reflexão sobre pensar o espaço enquanto possibilidades. Assim como Doreen Massey, quando propõe pensar o espaço enquanto produto de inter-relações, existência de multiplicidades e, sempre em construção.

O espaço é o objeto apropriado e interpretado pela geografia. Compreender o espaço e sua dinâmica é uma competência assumida pelos geógrafos. É no espaço que é possível ver refletida a dinâmica social que se materializa nas formas construídas e nos significados dados a elas pelas ações dos indivíduos em sociedade.

Neste contexto, a compreensão do espaço geográfico amazônico como um todo ou de uma de suas frações, como no baixo rio Meruí, perpassa pela compreensão da sociedade local, não de forma isolada, mas em sua relação com outros espaços, dentro de um quadro complexo de ações de diferentes matizes e escalas que se constituem em uma lógica temporal. Essa compreensão é ao mesmo tempo econômica, política e também em um quadro cultural que se fundamenta não apenas nas formas materiais, mas também na imaterialidade que dá significado à vida cotidiana. “Todas as culturas resultam de um trabalho de construção e dispõem de know how e de saberes relativos ao espaço, à natureza, à sociedade, aos meios e às maneiras de explorá-lo” (CLAVAL, 2010, p. 113).

O espaço aqui pensado não é apenas um concreto acabado, e nem tão pouco é somente materialidade de ações e de formas, bem como de tempos únicos e espaços convergentes. O espaço é relacional, temporal e dinâmico, conformado por sistemas complexos de objetos, sejam construídos, sejam naturais, além de sistemas de ações, como define Santos (2004). As ações em muito são intencionais e obedientes a propósitos alheios ao espaço onde elas se materializam. Porém, há ações permeadas de sentidos, de afirmações de pertencimento e da afirmação da identidade do grupo que habita o espaço. Para estes, os sistemas de objetos materializados nas paisagens são formas com significados simbólicos e identitários, que conferem ao espaço mais do que o local de produzir ou do habitar, mas sim espaços de vivência e de reconhecimento do seu lugar no mundo.

O espaço aqui pensado não busca entendê-lo apenas sob o prisma da desigualdade, para não se cair no conto da trajetória única, pois o que é desigual o é em relação a algo que é referencia e ao que se pretende igualar. Porém, não podemos negar que os espaços estão interligados e, dentro do sistema capitalista, há aqueles que drenam as riquezas de outros espaços, gerando desigualdade e um grande abismo socioespacial entre os lugares e as

peessoas. Assim, negar estas relações é cegar-se a uma compreensão acrítica do espaço e de suas múltiplas interações. O discurso da trajetória única se constrói no seio de quem explora e, em muito, é assimilado pelos espaços explorados. O discurso de quem explora é o de fazer crer que tal situação é apenas um estágio de “desenvolvimento”, ou seja, alinhá-lo no tempo único.

Pensar o espaço somente sob tal perspectiva é subtraí-lo daquilo que lhe dá consistência, ou seja, as suas múltiplas feições, suas temporalidades distintas, suas tessituras particulares, suas múltiplas possibilidades de porvir. Pensado enquanto uma metáfora, o espaço sob esse prisma, dar-se-ia tal quais vagões acoplados à uma locomotiva, que é a força que os movimenta, sempre pelos mesmos trilhos e na mesma direção. O espaço é contingente de distintas temporalidades, e não de um tempo único ou de uma força despótica que vai sempre à mesma direção.

Esse pensar imposto contribui para que se desconstrua qualquer possibilidade de compreender o espaço a partir da diferença e que pode gerar novas possibilidades de aberturas futuras para o novo, onde o espaço não seja submisso ao tempo. “A multiplicidade do espaço é uma pré-condição para o temporal, e as multiplicidades dos dois, juntas, podem ser uma condição para a abertura do futuro” (MASSEY, 2012, p.135).

Assim, nossa concepção de espaço vai ao encontro do que Santos (2004, p. 63) compreende como “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá”. Além disso, também inclui as três proposições sobre como o espaço pode ser conceitualizado apresentado por Massey, (2004): o espaço enquanto produto de inter-relações, o espaço enquanto a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade e que por ser produtos de relações o espaço enquanto um processo de devir que está sempre sendo feito e nunca concluído.

Quando uma parcela do espaço é apropriada e organizada por uma determinada sociedade, como afirma Raffestin (1993), ele se transforma em território, que seria a prisão que os homens constroem para si a partir do espaço: “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p.143). O território, assim constituído, pode ser apropriado de diferentes formas pelos atores sociais, podendo ser para uns, abrigo, ou um mero recurso, como afirma Santos (1998). Para Gottman (2012), território é constituído a partir das relações sociais que se afirmaria como portador de segurança e gerador de oportunidade.

O território então seria construído a partir do espaço. Neste contexto, espaço e território seriam pares imbricados e que em muito se confundem. Na constituição tanto do espaço, quanto do território, inevitavelmente a paisagem está presente, sendo esta a materialização das formas naturais e humanas que dão feições particulares ao espaço. A paisagem atribui certa identidade ao território e o imbui de valor e significados bastante particulares e complexos.

Em suma, o espaço é uma soma de territórios conceitualizados para melhor serem negados (...) o território apela para tudo aquilo que o homem se furta ao discurso científico e se aproxima do irracional: ele é vivido, é afetividade, subjetividade e, muitas vezes, o nó de uma religiosidade terrestre, pagã ou deísta. Enquanto o espaço tende à uniformidade, o território lembra as ideias de diferença, de etnia e de identidade cultural (BONNEMAISON, 2012, p. 300).

Assim, a constituição dos territórios ribeirinhos na Amazônia são perceptíveis e tangíveis e, suas formas construídas traduzem o saber constituído a partir da observação da dinâmica natural. A forma de fazer nesta perspectiva traz em si também o sentido simbólico da apropriação do espaço e conseqüentemente da afirmação identitária do território:

[...] a presença do homem à margem do rio constrói paisagens artificiais, na medida em que engenha objetos que possibilitam a adaptação às alternâncias das fases terrestres e aquáticas do ambiente, por exemplo, os canteiros suspensos (jirau), utilizados pelos agricultores para o cultivo de hortaliças nos períodos de cheia e enchente; a palafita, moradia preparada para receber a subida das águas e, quando necessário, levantar o seu assoalho (piso); o flutuante, uma construção típica das margens dos rios na Amazônia, que garante ao habitante permanecer em sua propriedade ou até mesmo migrar para outras localidades durante a cheia [...] (PEREIRA, 2009, p. 276).

A citação acima reflete apenas uma parcialidade do saber das populações tradicionais e como estas se relacionam com seus espaços. Pensando a partir da complexidade do espaço, Castro, Gomes e Corrêa (2012) colocam-no como um desafio à discussão referente à sua apropriação a partir das práticas sociais que se transformam e se revelam em uma ordem coerente. Sendo assim, “o espaço, mas do que manifestação da diversidade e da complexidade social é, ele mesmo, uma dimensão fundadora do ser no mundo, mundo esse, tanto material quanto simbólico que se expressa em formas, conteúdos e movimentos” (Castro, Gomes, Corrêa, 2012, p. 7).

### **Múltiplas concepções de Território**

O território é um desses conceitos complexos, substantivado por vários elementos, no nível do pensamento e em unidade com o mundo da vida (SAQUET, 2010). Haesbaert (20010) apresenta o território como um conceito polissêmico. Coadunando com essa

polissemia apresentada por Haesbaert e com sua complexidade indicada por Saquet, Peixoto afirma que:

Território é palavra de muitos sentidos, de emprego difuso, podendo significar todo o torrão nacional, assim como a específica área de vivência de uma etnia ou grupo social, que se afirma conjugando simbolismo e apropriação efetiva. Território camponês, indígena, quilombola, extrativista, terras de agricultores ribeirinhos, águas de pescadores artesanais, todos são usos que dão sentido histórico a esses territórios e fazem deles espaços de identidade, direitos e resistências (PEIXOTO, 2009, p. 82).

Ratificando essa posição polissêmica do território, Haesbaert (2010) indica três concepções para o entendimento do território: jurídico-política; culturalista e econômica. Não raro, a concepção de território amplamente disseminada é aquela que parte de uma concepção jurídico-política, ou seja, o que daria sentido ao território seria a sua delimitação circunscrita ao poder político do Estado.

Saquet (2010) indica quatro tendências ou perspectivas de abordagens do território: uma econômica, uma geopolítica, uma com ênfase às dinâmicas políticas e culturais com destaque para as dimensões simbólico-identitárias e a quarta, as discussões ligadas à sustentabilidade ambiental e ao desenvolvimento local. Saquet (*idem*) ressalta que esta última ganha força principalmente a partir dos anos de 1990 em decorrência dos grandes debates em torno das questões ambientais globais.

Além de seu caráter conceitual ser bastante múltiplo, também pode haver confusões entre as categorias, como espaço e território. Na obra clássica de Claude Raffestin “Por uma geografia do poder” (1993), o autor apresenta uma clara distinção entre espaço e território, na qual o território se materializaria a partir do espaço, ou seja, é uma fração do espaço apropriada pelo homem. “É um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constroem para si.” (RAFFESTIN, 1993, p.144).

Ainda sobre a distinção de espaço e território, Raffestin (2009) afirma que:

Espaço e território não são termos equivalentes e nem sinônimos (...). É fundamental entender como o espaço está em posição que antecede o território, porque este é gerado a partir do espaço, constituindo o resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa em qualquer nível. Apropriando-se concretamente ou abstratamente (por exemplo, através da representação) de um espaço, o ator o “territorializa”. Para construir um território, o ator projeta no espaço um trabalho, isto é, energia e informação, adaptando as condições dadas às necessidades de uma comunidade ou de uma sociedade. O espaço é a “prisão original”, de acordo com a

definição de Gunnar Olson, a “jaula”, segundo Jean Brunhes; ao contrário, o território é a prisão que os homens constroem para si, reorganizando as condições iniciais (RAFFESTIN, 2009, p. 26).

Segundo Saquet (2010), Raffestin é um expoente na renovação da concepção de poder, pois o poder não estaria apenas centrado na atuação do Estado, como alguns defendiam. O poder seria inerente às relações sociais. “As relações de poder são um componente indispensável na efetivação de um território”, Saquet (2010, p. 34).

Cabe aqui ressaltar que mais do que materialidade, o território também se constrói a partir do valor dado pelos homens para o espaço onde se materializou o trabalho. Neste sentido, os territórios não são materialidades apenas físicas nem tão pouco imutáveis, mas também simbólicas.

Sem dúvida, sempre que houve homens em interação com o espaço, primeiramente transformando a natureza (espaço natural) através do trabalho, depois criando continuamente valor ao modificar e retrabalhar o espaço social, estar-se-á também diante de um território, e não só de um espaço econômico: é inconcebível que um espaço que tenha sido alvo de valorização pelo trabalho possa deixar de estar territorializado por alguém (SOUZA, 2010, p. 96).

Partindo da proposição de Souza (2010), a compreensão do território perpassa necessariamente seu caráter multidimensional, onde existe uma materialidade física dos objetos, que não são compreendidos em sua individualidade, mas como sistemas de objetos, perpassados por sistemas de ações (SANTOS, 2004), onde se evidenciam e se manifestam relações de poder, que conseqüentemente vão gerar contradições, solidariedades e, inevitavelmente, conflitos.

O poder, neste sentido, é produzido nas relações, em cada instante; é exercido nas relações econômicas, políticas e culturais e serve para regular, controlar, influenciar as ações dos indivíduos, objetiva e subjetivamente. É uma força constante e central na reprodução da dominação social e territorial (SAQUET, 2008, p. 73).

O território, em suas polissêmicas possibilidades interpretativas, permite seguir uma linha mais rígida e restritiva, que o concebe como apropriação do espaço por grupos humanos, cujo poder inerente ao conceito de território emanaria do Estado-Nação. Também pode ser abordado em uma perspectiva mais complexa, dada a multidimensionalidade da concepção de poder. Assim, é possível “tratar de territorialidades resultantes das coexistências de diferentes agentes, por vezes, ao mesmo tempo e numa mesma extensão do espaço físico” (CABRAL, 2007, p. 152).

Dessa forma, a compreensão de território aqui apresentada está, não somente baseada em sua acepção clássica enquanto relações de poder jurídico-político, mas, baseada em uma apropriação do espaço que se materializa na construção de uma identidade a partir das relações. Relações essas vivenciadas dentro do território vivido que é, ao mesmo tempo, material e simbólico e que se materializa sobre seus aspectos culturais que nos trazem uma ampliação da compreensão sobre a constituição dos territórios e, conseqüentemente, do espaço geográfico.

Há identidades que se constroem sobre os territórios, a partir de laços afetivos dentro de uma percepção coletiva e subjetiva em um movimento processual que vai se constituindo ao longo do tempo, tendo como um de seus principais elementos a relação entre o homem e a natureza, mediatizada pelo trabalho. São as territorialidades humanas que dão sentido ao espaço, daí o seu caráter mutável, temporal e identitário, pois “a territorialidade está intimamente relacionada em como as pessoas usam a terra e como elas organizam-se no espaço, e como elas dão sentido ao lugar” (SACK, 1986, p. 3).

O pressuposto básico de um território é o seu sentido relacional. “Assim, mais importante do que as formas concretas que construímos são as relações com as quais nós significamos e ‘funcionalizamos’ o espaço, ainda que num nível individual.” Haesbaert (2010).

Não há como negar que o território é uma fração do espaço onde há claramente as manifestações e conflitos em torno do poder, porém, sua existência, também, se dá a partir dos elementos indenitários entre os grupos sociais que o habitam. O espaço habitado também é um espaço simbólico, construído e afirmado dentro das relações sociais e manifestações culturais.

É preciso superar as concepções simplistas que compreendem os territórios sem sujeitos sociais ou esses sujeitos sem territórios e apreender a complexidade e unidade do mundo da vida, de maneira (i)material, isto é, as interações *no* e *com o* lugar, objetiva e subjetivamente, sinalizando para a potencialização de processos de desenvolvimento (SAQUET, 2011, p. 24, grifos do autor).

Perceber as multiplicidades de territórios, com suas dinâmicas próprias, é o elemento norteador de qualquer discussão que os envolva. Porém, é necessário reconhecer que a vida dos homens que lhes dão sentido é perpassada tanto por aspetos econômicos, políticos e culturais. Daí “a ideia de uma nova forma de construirmos o território, se não de forma total, pelo menos de forma articulada/conectada, ou seja, integrada” (HAESBAERT, 2010, p. 76).

Num mundo tendente à homogeneização das formas e dos conteúdos que animam as formas, que moldam comportamentos e ações dentro de uma racionalidade imposta por uma

lógica mercadológica que é sempre efêmera, a mudança emerge apenas como um marketing para maximizar o consumo. Envoltas nessas circunstâncias, as particularidades, em muitos casos, parecem esfumadas, envolvidas em um ar de exotismo e descrédito, pois não acompanham o movimento voraz da modernidade.

O tradicional, o particular e os saberes locais, bem como as suas manifestações territoriais, embora ofuscados pelos holofotes da modernidade, onde a desterritorialização tornou-se panaceia, ainda são bastante visíveis e resistentes, embora não midiáticos.

Assim, as particularidades e as identidades locais, no contexto do espaço amazônico, ainda são múltiplas, um campo fecundo para emergir novas ideias e possibilidades de construção de alternativas que fujam da lógica, já arraigada da inserção da região, na caruagem da produção e do desenvolvimento econômico que negligencia a natureza, os homens e mulheres locais, mas explora seus territórios.

A identidade aqui defendida é parte integrante da constituição do território, sendo esta definida como:

[...] um *código genético local*, material e cognitivo; é um produto social, da territorialização e se constitui no patrimônio territorial de cada lugar, econômica, política, cultural e ambientalmente. A identidade é formada pelas edificações (monumentos, infra-estruturas, cidades, pontes...), línguas, mitos e ritos, a religião, enfim, pelos *atos territorializantes* dos atores sociais e históricos; significa *sedimentos* em certo lugar, no qual há uma *co-evolução* social e natural (SAQUET, 2010, p. 148, grifos do autor).

Pensando o contexto regional amazônico, essas particularidades e identidades territoriais estão presentes de forma bastante clara em seus espaços, sejam eles urbanos, ou às margens das paisagens aparentemente monótonas, dos rios e das várzeas fertilizadas de vida, onde o tempo parece não ter pressa, onde o lugar parece fazer parte de outro tempo, onde as ideias e os saberes, por muitos desprezados, se colocam como possibilidade de construções dialógicas para a diversificação de um debate que vise novas possibilidades de desenvolvimentos territoriais na Amazônia.

Inserida neste contexto, a produção e reprodução do espaço local vai ao encontro dessa carga identitária dos recursos, com o espaço da produção e seus produtores. Assim, as territorialidades dos agentes produtores, bem como seus territórios, se imbricam de um conteúdo não apenas econômico e político, mas também cultural. Isso dialoga perfeitamente com a indicação de Saquet (2010) sobre a (i)materialidade da territorialidade, que se constitui historicamente em diferentes sociedades.

O território pode ser pensado como um *texto* num contexto, como lugar articulado a lugares, por múltiplas relações, econômicas políticas e culturais; é movimento e unidade entre o *ser* e o *nada*, (i)materialidade. É desconstruído e produzido, num

único processo. Há sujeitos e, concomitantemente, transformação do *ser* em seu *ser-outro*, que o contém. Um está no outro, no mesmo movimento de formação do território. Eu estou e me realizo, na interação, relação com outros sujeitos, num vai-e-vem que se objetiva e subjetiva, constantemente, num único movimento, todos os dias (SAQUET, 2010, p. 163, grifos do autor).

Para Haesbaert (2010), o território precisa ser compreendido numa perspectiva integradora, ou seja, como um domínio politicamente estruturado e também como apropriação simbólica, identitária inerente a certa classe social. Little (2002), por sua vez, argumenta que cada grupo mantém com o seu respectivo território uma relação particular, que se diferencia das demais, sendo esta relação conceitualizada pelo mesmo, como *cosmografia*:

(...) definido como os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. (...) A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele. (LITTLE, 2002, p. 4).

Assim, segundo esses autores, toda processo social que envolva grupos territorialmente constituídos pressupõe uma apropriação material dos recursos inerentes ao território, bem como uma apropriação simbólica do espaço e a constituição de uma identidade territorial. “Outro aspecto fundamental da territorialidade humana é que ela tem uma multiplicidade de expressões, o que produz um leque muito amplo de tipos de territórios, cada um com suas particularidades socioculturais” (LITTLE, 2002, p. 4).

Porém, a produção do recurso em produção (i)material a partir do produto, além de se constituir em um elo com o território, constitui-se enquanto o espaço da segurança e também como gerador de oportunidades. Segundo Gottmann (2012), segurança e oportunidade seriam atributos dos territórios. Essas oportunidades estariam ligadas a outros espaços regionais, nacionais ou mesmo internacionais estando diretamente conectadas aos fluxos, sejam eles materiais ou imateriais, que ao mesmo tempo podem afirmar as territorialidades dos indivíduos do lugar, mas dentro de uma maior complexidade, ou então ser o embrião de sua destruição ou mutação. Isto se dará de acordo com a capacidade organizacional política dos atores envolvidos no processo. Assim, a oportunidade, segundo Gottman (op. cit.), tem que vir acompanhada de uma estratégia política.



## **Território, Territorialidade e Vivência**

Pensar o território no contexto atual necessariamente inclui sua compreensão enquanto espaço habitado, produzido e vivido por um determinado grupo humano, ou ainda, mantido e controlado por um agente a ele externo, cujos objetivos estão muito mais centrados em seu uso, para fins de reprodução capitalista, do que de sua manutenção enquanto reprodução da vida. Assim, a compreensão do território hodiernamente vai além do sentido mais macro, sob a perspectiva do Estado-Nação, em suas feições jurídicas e políticas, como classicamente sempre foi posto.

O território é apropriação e também produção cotidiana, dada às múltiplas territorialidades que o conformam. É sobre esta perspectiva que se tecerão as considerações sobre esta categoria geográfica, que em muito pode auxiliar a compreender a produção e organização espacial de uma dada realidade. Santos (1998) nos mostra que o valor do território está em seu uso e não nele em si:

É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser o nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco de perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renunciar ao futuro (SANTOS, 1998, p. 15).

Santos (1998) também chama atenção para como os territórios funcionam na atualidade, sempre perpassados por horizontalidades conformadas por laços próximos de contiguidades e também por verticalidades referentes às interferências externas, cujas implicações modificam os processos sociais locais. Nos encontro entre horizontalidades e verticalidades surgem campos de forças muitos desiguais e antagônicos que conformam a situação momentânea dos territórios.

Pode-se então pensar o uso do território como sendo uma arena, para onde convergem fatores de diversas ordens e interesses, que independente da sua força, é sempre desigual, contribuem para a geração de diversas situações (SILVEIRA, 2011). O território ao qual se pretende debruçar e buscar argumentos para a sua existência é o espaço apropriado e mantido por determinados grupos humanos para a reprodução de suas vidas, dando a ele usos distintos. A produção do território então, a partir de seu uso proporcionado pelas horizontalidades possibilita, não apenas uma reprodução material, mas também uma produção imaterial, dando o sentido de pertencimento e aceitação social.

As verticalidades possibilitam uma maior dinamização do território, bem como a possibilidade do conflito, tendo em vista que novos atores e vetores se sobrepõem. Sendo o território perpassado por relações de poder, o poder local pode ser perturbado por esses novos vetores e assim há sempre uma dinâmica que permite falar em mudanças e permanências no território, cujo sentido não está apenas em sua manutenção para a reprodução material dentro de uma perspectiva meramente econômica, mas também sua apropriação e reprodução da vida em sua plenitude, preche de sentido e significado, que lega identidade aos homens e os vincula ao seu espaço habitado, tais como são os variados territórios contidos no espaço amazônico.

Os territórios e as territorialidades inseridos no espaço amazônico possuem características próprias, as quais evidenciam a existência da multiplicidade presentes na região. O território é um campo de forças que se consubstancia a partir de uma rede de relações sociais, mediadas e projetadas em um espaço no qual há a produção de uma identidade, pois está ligado à capacidade dos agentes em controlar, distinguir, separar e classificar os indivíduos e os grupos sociais (SACK, 1986).

O território é um instrumento de poder a serviço dos processos padronizadores. Sendo assim, o território é movimento e permanência, cujas feições, são visíveis, mas também invisíveis. Permanência e movimento, aspectos visíveis e invisíveis, são os pares dialéticos que dão materialidade e existência temporal ao território que não se conforma apenas em seus aspectos econômicos. Com esta perspectiva cita-se a seguinte afirmação:

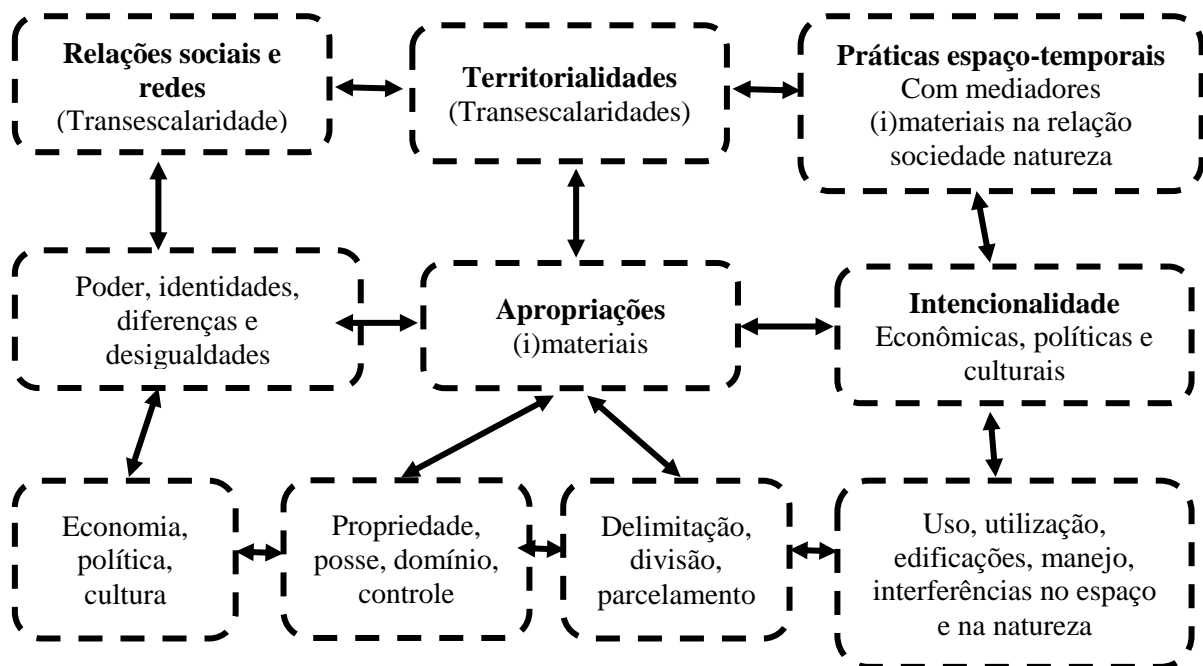
O território é o espaço sobre o qual um certo grupo garante aos seus membros direitos estáveis de acesso, de uso e de controle sobre os recursos e sua disponibilidade no tempo. (...) todas as atividades produtivas contêm e combinam formas materiais e simbólicas com as quais os grupos humanos agem sobre o território. O trabalho que recria continuamente essas relações reúne aspectos visíveis e invisíveis, daí porque está longe de ser uma realidade simplesmente econômica (CASTRO, 1998, p. 5).

O trabalho projetado sobre o território então gera movimentos, os quais se inserem no âmbito das articulações, das redes que se entrecruzam sobre o território trazendo novos agentes e ações, num porvir indefinido e incessante, ora causando grandes e notórias transformações nas suas feições, ora em um movimento mais lento, mas sempre constante e ininterrupto. A permanência diz respeito aos elementos que dão sentido de pertencimento aos indivíduos que habitam os territórios. É o que lega sentido e significado ao território, pois são imbuídos de simbolismo, é o que marca e dá referencia existencial à própria vida cotidiana.

Mais do que fonte de sobrevivência, a terra é um registro simbólico por excelência e, apesar da racionalidade moderna ter conquistado os espaços objetivos das relações sociais, as representações permanecem nos dispositivos simbólicos, nas práticas codificadas e ritualizadas, no imaginário e em suas projeções (CASTRO, 2010, p. 157).

Saquet (2007) coloca o território como meio e processo das relações sociais (alteridade) e das relações de exterioridade (homem-natureza), desenvolvendo-se no tempo histórico e no tempo das simultaneidades. De Paula (2011) apresenta uma releitura da categoria território a partir de uma abordagem humanista, passando a entendê-lo como território vivido, este que expressa um movimento de inclusão das dinâmicas socioespaciais de pequena escala ao interesse do geógrafo. Saquet (2011) e Saquet e Briskievicz (2009)–propõem uma abordagem (i)material do território, compreendendo a noção de territorialidade como um processo de relações sociais, tanto econômicas, políticas e culturais, de um indivíduo ou de um grupo, as quais se inserem em uma prática espacial, temporalidades e relações sociais múltiplas. (ver figura3).

**Figura 1: Territorialidades humanas em Saquet**



Fonte: Saquet, (2011, p. 88)

Inevitavelmente para se falar de território é necessário abordar e focar o tempo, pois sobre o território incidem diferentes territorialidades, as quais são prenes de temporalidades e significados diversos, tão diversos quanto os atores sociais que conformam essas temporalidades, que se dão simultaneamente, gerando uma diversidade de ações e relações no

espaço. O território então é um espaço carregado de diferentes cargas impostas pelos atores que o habitam ou dele fazem uso. Para os que o habitam há sempre cargas simbólicas e relações múltiplas e variadas.

São essas cargas simbólicas no território que permitem pensá-lo não apenas sob a ótica do mercado, por meio de seus fluxos materiais, mas também a partir dos fluxos imateriais e de uma carga simbólica que significa e dá sentido ao território habitado pelas pessoas. “O território é um espaço natural, social e historicamente organizado e produzido (...)” (SAQUET, 2007, p. 142).

Para Santos (2000), o território é o chão mais a população, isto é, uma identidade e o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. É a base do trabalho, da resistência, das trocas materiais e espirituais e da vida sobre os quais ele influi. As territorialidades dos indivíduos sempre são múltiplas (HAESBAERT, 2006) e são elas que dinamizam os espaços, dão o caráter relacional e temporal do território. Esse porvir se constitui em uma miríade de transformação que afirma o pertencimento dos grupos locais, ou seja, dialeticamente é o movimento que cimta o pertencimento dos grupos ao território. Os territórios se materializam mediante a existência das territorialidades que carregam consigo as mudanças e as permanências do espaço.

Assim, territorialidade diz respeito à dimensão vivida na medida em que denota fatores que acontecem nas relações mais diretas entre as pessoas e o espaço. A territorialidade é o qualitativo de qualquer fenômeno territorial, independente da escala dele. A distinção entre territórios oriundos da dimensão vivida e a territorialidade está no papel que a dimensão vivida tem dentro destas noções (De Paula, 2011, p. 109).

O espaço que é reconhecido e dotado de valor e importância, margeado por relações de poder e pertencimento, transfigura-se em território vivido, que seria uma categoria para compreender a organização do espaço a partir da vivência e funcionalização cotidiana do espaço.

Neste sentido, as territorialidades são dotadas de valor. Tal valor deve ser compreendido em um quadro multidimensional, cujas relações de produção ou mesmo de vivências diárias são permeadas pelo poder. Como bem afirma Raffestin (1993) sobre a impossibilidade de se manter relações que não sejam marcadas pelo poder:

De acordo com nossa perspectiva, a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que

procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele (RAFFESTIN, 1993, p. 158-159).

O território, então, deve sempre ser pensado sob uma ótica relacional e temporal, perpassado por relações de diferentes matizes e estas, imprescindivelmente, de poder. Pois as relações são sempre intencionais, pensadas e postas em práticas para atender a um fim, seja elas de afirmação de uma dada circunstância ou mesmo para transformá-la. A natureza social das relações é sempre múltipla e nunca inocente, mas tendente a modificar o que está parado, mesmo que esta mudança seja para afirmar o que se mantém enquanto tradição. O território então se afirma no movimento das vivências coletivas, sendo que tais vivências não raro são conflituosas, pois como já dito, são perpassadas pelo poder.

### **Amazônia: territórios e territorialidades**

A possibilidade de inserção de novos debates, que levem em consideração os múltiplos territórios, ganha relevância, principalmente acadêmica, na discussão do espaço amazônico, pois as individualidades dos lugares possuem um caráter de perenidade, porém os elementos que as autorizam não. Isso se dá em decorrência do movimento constante de manutenção, construção e reconstrução dos territórios, pois estes são perpassados por fluxos materiais e imateriais que os dinamizam.

Esta mudança é alimentada pelos fluxos de diferentes naturezas e interesses que perpassam pelo lugar, assim novas relações de poder se constituem e o território ganha outros contornos e significados. No dizer de Santos (2004).

A cada momento, cada lugar recebe determinados vetores e deixa de acolher muitos outros. É assim que se forma e mantém a sua individualidade. O movimento do espaço é resultante deste movimento dos lugares. Visto pela ótica do espaço como um todo, esse movimento dos lugares é discreto, heterogêneo e conjunto, "desigual e combinado". Não é um movimento unidirecional. Pois os lugares assim constituídos passam a condicionar a própria divisão do trabalho, sendo-lhe, ao mesmo tempo, um resultado e uma condição, senão um fator. Mas, é a divisão do trabalho que tem a precedência causal, na medida em que é ela a portadora das forças de transformação, conduzidas por ações novas ou renovadas, e encaixadas em objetos recentes ou antigos, que as tornam possíveis (SANTOS, 2004, p. 133).

Há sempre novas temporalidades que se inserem nas territorialidades já existentes, podendo levar a novas percepções e ações entre a sociedade e seu território, bem como a novas relações entre os indivíduos participes dessa comunidade. Assim, sobre esta perspectiva, Mota (2008) apresenta seu argumento:

É preciso esclarecer que o capitalismo ao introjetar a dissolução nas comunidades naturais, não está, imediatamente, propondo o seu desaparecimento, mas, antes de tudo, sua reconstituição sobre novas bases; bases essas atualmente mediadas pela técnica da velocidade e da informação. Ora, a dissolução implica a reconstrução e em casos extremos a recriação da produção, o que demanda energia, investimento e tempo; no caso da assimilação, uma rápida e eficiente adaptação já autoriza o uso, enquanto se constituem as novas formas de apropriação (MOTA, 2008, p. 83).

Percebe-se, então, que os territórios locais podem sofrer mutações em decorrência das manifestações globais. Não só os territórios em suas materialidades físicas, mas também em suas feições simbólicas, tendo em vista que os territórios também são perpassados por apropriação simbólica, construída a partir das relações sociais materializadas nos espaços de vivência.

Souza (2010) não desvincula as dimensões políticas e culturais da sociedade e propõe a flexibilização da visão do que seja o território. Ele o considera um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a partir de sua complexidade interna, define ao mesmo tempo um limite, uma alteridade, a diferença entre “nós” (entendido enquanto grupo membro de uma dada comunidade) e os “outros” (os de fora da comunidade).

Sendo assim, podemos constatar que o território não é um dado, e nem algo dado, e sim construído no fazer cotidiano daqueles que estão ocupando um determinado espaço, pois é a partir das relações sociais que se criam os vínculos espaciais que dão sentido ao espaço habitado. O espaço, então, assume diante da comunidade ou das pessoas que o ocupam, um novo sentido, sentido de pertencimento, de reconhecimento, formando um elo que se materializa nas relações que se mantêm neste lugar.

Neste sentido, a afirmação do espaço enquanto território necessariamente perpassa pela imposição do poder, poder este que serve para afirmar o pertencimento e manter o espaço sob o domínio do grupo que o ocupa. Pensando por esta perspectiva o território seria uma projeção dos atores sobre uma fração do espaço, tornando-o dotado de significados próximos a partir de sua base material.

O território está ligado ao controle, ao domínio e à utilização dos recursos nele inseridos. Daí vem sua relação íntima com o poder, pois é a partir dele que se pode projetar o futuro e implicar a base material com as projeções (as formas de uso) dos atores, ou seja, o território tem que ser pensado sob a perspectiva coletiva. As relações entre os homens, sobre a base material, implicam relações de poder concernentes às formas de apropriação e de uso. Tais relações também implicam em limites dos atores em relação aos recursos, ou seja, as relações de poder definem a base material e o que é o território.

Segundo Sack (1986), o território e a territorialidade não devem ser compreendidos num sentido de perenidade, mas sim em seu caráter contextual, social e temporal, pois são multáveis e adquirem sentidos e também personagens diferentes ao longo do tempo. Em relação aos recursos, esses podem ser exauridos com o tempo e novos podem adquirir valor, sejam comerciais ou não. Esses fatos podem mobilizar novos esforços e pessoas no sentido de seu controle. Segundo o autor, a territorialidade, pode ser usada como uma estratégia para restringir o acesso às coisas de um determinado espaço, impondo certo controle sobre a área.

A territorialidade para os humanos é uma estratégia geográfica poderosa para controlar pessoas e coisas através de um controle de área. Os territórios políticos e a propriedade privada da terra podem ser as suas formas mais familiares, mas a territorialidade ocorre em vários graus e em inúmeros contextos sociais. Ela é usada nas relações do dia-a-dia e nas organizações complexas. A territorialidade é uma expressão geográfica primária do poder social. Ela é um meio pelo qual o espaço e o tempo estão interrelacionados. A mudança de funções da territorialidade nos ajuda a entender as relações históricas entre a sociedade, o espaço e o tempo (SACK, 1986, p. 11).

Vista sob esta perspectiva é a territorialidade humana, materializada sobre o espaço, que conforma os territórios, dando-lhe sentido e significados, não eternos, mas sempre multáveis, pois são as relações sociais que criam as territorialidades humanas. Tais relação são muito complexas, em decorrência da própria complexidade da vida humana, envolvendo anseios, ambições, sonhos e possibilidades que estão imbricados em seus aspectos políticos, econômicos e culturais, formando uma teia relacional e ao mesmo tempo conformando as materialidades e criando imaterialidades presente no fazer e viver cotidiano dos grupos humanos.

Para além do controle dos recursos, Gottmann (2012) apresenta o território como imbuído de segurança e oportunidades. Segurança para seus construtores em decorrência do conhecimento e do pertencimento a um espaço e oportunidades que estaria ligada aos fluxos externos que os vinculam a outros espaços, por meio do uso das potencialidades oferecidas pelo território ocupado.

As perturbações globais (fluxos) sobre os territórios locais podem advir da incorporação de novas próteses, como cita Santos (1997), do espaço que modifica a sua configuração territorial e conseqüentemente as relações que ali se travam. Mas, pode acontecer também uma valorização, não propriamente do território como um todo, enquanto materialidade física, mas apenas do produto do território, como no caso em questão do açáí, como se propõe esse trabalho, produzido no baixo rio Meruú em Igarapé-Miri. Neste contexto, a ação e valorização do produto, principalmente do ponto de vista de sua

perspectiva econômica, se projeta com uma intencionalidade alheia ao lugar e ao homem que o produz.

Daí a necessidade de operar uma distinção entre a escala de realização das ações e a escala do seu comando. Essa distinção se torna fundamental no mundo de hoje: muitas das ações que se exercem num lugar são o produto de necessidades alheias, de funções cuja geração é distante e das quais apenas a resposta é localizada naquele ponto preciso da superfície da Terra (SANTOS, 2004, p. 80).

As intencionalidades carregam em si múltiplas possibilidades de transformações do território, pois, “à medida que a cooperação estende sua escala espacial, o homem produtor sabe cada vez menos quem é o criador de novos espaços, quem é o pensador, o planejador e o beneficiário” (SANTOS, 2009, p.29). Os territórios, assim tornam-se acrescidos de novos sentidos e novas relações são travadas em seu interior, como da percepção social que se faz dele.

Portanto, a mais-valia e valor gerado num lugar não se realizam plenamente onde se produzem, mas se distribuem em função das estratégias econômicas, financeiras e políticas, contribuindo para a acumulação realizada em outro lugar, transferindo o valor das áreas de baixa produtividade para as de produtividade mais elevada, tornando os mecanismos e trajetórias cada vez mais complexos (BERNARDES e FERREIRA, 2012, p. 23).

Porém, antes mesmo de se discutir, ou se travar inquietações conceituais sobre as mutações sofridas pelos territórios, é necessário apresentar uma concepção, para alicerçar suas transformações. Neste sentido, buscando-se desde o senso comum, até as mais diferentes esferas do conhecimento acadêmico encontra-se uma variação muito grande do sentido dado ao território, pois sua polissemia, como apontada por Haesbaert (2010), permite diferentes interpretações e conceituações.

### **Usos do território e apropriação dos recursos naturais na Amazônia.**

O extrativismo sempre foi uma atividade praticada pelos naturais da região amazônica, sejam eles as várias tribos indígenas que já ocupavam esse espaço, antes mesmo da chegada do colonizador, sejam os caboclos produtos do processo de miscigenação pelo qual passou a região, assim como o restante do Brasil. Entre as atividades de destaque estavam a pesca, a caça e a coleta de uma variedade significativa de outros recursos dispostos no imenso espaço amazônico.

Assim, no vasto território amazônico, as várias comunidades desenvolveram técnicas, artifícios e saberes para facilitar a sua relação com o espaço e ter maior aproveitamento dos



recursos oferecidos pela floresta e pela vasta rede hidrográfica da região. Ligado ao extrativismo, surgiu a prática de pequenos roçados que complementavam as atividades e que conformavam as estratégias de sobrevivência dos amazônidas. Estas estratégias estavam cimentadas ao que Loureiro (2004) chamou de articulação dos elementos naturais em uma combinação rio-mata-roça-quintal, ou seja, atividades produtivas complementares desenvolvidas cotidianamente.

No desenvolvimento de sua sobrevivência, o homem amazônico aperfeiçoou técnicas e instrumentos para melhor aproveitar os recursos naturais. Aliado a isso, também produziu saberes empíricos, observando a dinâmica natural, para superar as adversidades da vida cotidiana, como o desenvolvimento de remédios produzidos a partir de ervas colhidas na floresta. Aprendeu a observar o tempo de maturação dos recursos, a dinâmica dos rios, seus ciclos de enchentes e vazantes, construindo pequenas embarcações para se deslocarem, melhor aproveitar os recursos pesqueiros e também transportar os recursos florestais de lugares mais distantes aos de moradia.

As populações locais da Amazônia sempre se valeram dos conhecimentos acumulados secularmente sobre a biodiversidade do meio em que vivem. Desenvolveram um amplo conhecimento a partir da vivência e da estreita relação com a natureza, com a qual se sentem integrados, sem considerá-la como um simples recurso natural a ser explorado economicamente. Inúmeros produtos medicinais e outros foram sempre produzidos por índios, caboclos, negros de quilombolas e outras populações tradicionais, sem que esses se dessem conta da importância econômica dos mesmos; integravam-nos (e os integram) em sua vivência cotidiana como elementos vivos da cultura. E esses conhecimentos funcionavam com eficácia para boa parte dos fins a que se destinavam (LOUREIRO, 2009, p. 154).

Os recursos, desde sempre apropriados pelo homem da Amazônia para os diversos fins de sua vida cotidiana, desde alimentação até a produção dos mais diversificados bens por eles utilizados, cujo espaço se apresenta ao mundo como a maior reserva natural de biodiversidade do planeta, não o é, e nem se deu, tal qual sempre se pensou, somente por obra da natureza. Esta diversidade natural da região amazônica em muito está intimamente ligada à sociodiversidade também presente neste espaço. A ação das sociedades locais, que habitam o espaço e dele sobrevivem, foram, e são, fundamentais para a manutenção de tal diversidade. Neste caso, podemos falar em sociobiodiversidade presente no espaço local. Podemos então afirmar que a diversidade natural do espaço amazônico também é fruto de um processo de antropização.

Hoje, as mais avançadas concepções de biodiversidade incluem o componente cultural como elemento essencial porque já se acha bem desenvolvida a

compreensão de que a biodiversidade não se constitui num dom exclusivo e espontâneo da natureza; ela agrega e o é resultado da integração das comunidades com a natureza ao longo de séculos e mesmo milênios, usando, modificando, enriquecendo, manejando as espécies do meio em que vivem” (LOUREIRO, 2009, p. 155).

Assim, podemos pensar que a história do homem amazônico antes da chegada do colonizador não era apenas de submissão à natureza, dada a sua “ignorância” natural, dada a sua falta de civilização, como por muito tempo o colonizador fez crer. Esses povos também produziram conhecimento e saberes e ajudaram a manter e enriquecer o espaço natural local. Quantas e quantas paisagens amazônicas não devem ter traços da ação desses povos? Pensar o espaço local e sua diversidade natural desconectada de sua diversidade social, é pensar a forma sem o seu conteúdo. Esse pensamento, apresentou-se e ainda apresenta-se como argumento ideológico para justificar a posse e apoderamento das terras e de seus recursos.

A presença do homem europeu de origem portuguesa alterou o espaço amazônico, pois este se colocou como o senhor das terras e dos recursos delas extraídos, assim com das próprias populações locais no caso os indígenas, feitos escravos para a produção de recursos rentáveis à metrópole. Muitas dessas tribos foram dizimadas somente pelo contato e outras, pela força. Muitos foram escravizados e diversas outras tribos buscaram refúgios nos confins da grande floresta.

Com a chegada do negro de origem africana, trazidos para o trabalho nas atividades econômicas que complementavam as atividades extrativistas, como as plantações de cana-de-açúcar, um novo grupo social foi introduzido, de forma subalterna ao espaço amazônico e sobre ele também pesou a ideologia do colonizador eurocêntrico e “civilizado”.

Com o trabalho escravo, deu-se início ao processo de miscigenação que vai dar origem a uma população bem peculiar neste espaço, que é o caboclo amazônico. Com o tempo, passaram a integrar-se a este espaço fazendo dele seu habitat natural, aprendendo e aperfeiçoando as técnicas dos primeiros habitantes – indígenas – e construindo um modo de vida bastante peculiar como também variado.

O desenvolvimento dessas comunidades sempre esteve ligado de forma umbilical aos rios, vias naturais da região.

O homem natural da Amazônia vivia, secularmente, à beira dos rios e igarapés (...). Às vezes vivia em agrupamentos de duas ou três casas, ou ainda, isolado numa “cabeça de ponte” (trapiche de madeira que se projeta rio a dentro, onde aportam as canoas dos pequenos compradores; no início do trapiche, à margem do rio, se localiza a casa e um pequeno comércio). A vida na beira do rio exige uma profunda articulação com a natureza, sendo a água o elemento definidor da cultura dessas populações ribeirinhas (LOUREIRO, 2009, p. 22).

Assim, inicia-se uma saga secular de afirmação de uma população local. População essa, tão diversa quanto as florestas e rios da região amazônica e que ainda convive com variadas comunidades indígenas que ainda resistem e se mantêm como testemunha das grandes mudanças que este espaço começou a conhecer, principalmente a partir da exploração de forma mais acentuadas de recursos de alto valor econômico, o que vai inserir a região definitivamente na rota da produção econômica em escala mundial.

Na Amazônia, o conhecer, o saber, o viver e o fazer foram processos predominantemente indígenas. A esses valores foram sendo incorporadas por via de adaptação, assimilação, competição e difusão, novas instituições, técnicas e motivações transplantadas pelos seus colonizadores e povoadores, além de novos valores aqui aportados por migrantes nordestinos e de outras regiões brasileiras (MENDONÇA et al, 2007, p. 94).

Destacadamente essa inserção da região em um circuito global de produção, dá-se com a exploração dos seringais, feito, em grande parte por migrantes nordestinos, a partir da descoberta do processo de vulcanização da borracha natural. A *hevea brasilienses* passa a ser um recurso extrativista que coloca a região no circuito mundial da produção. O chamado *boom* da borracha que se deu no final do século XIX trouxe novos homens à região, principalmente os de origem nordestina que foram submetidos ao trabalho aviltante nos seringais. Neste período, inseriram-se novos sistemas técnicos ao espaço amazônico e novos objetos foram acrescentados aos espaços urbanos, principalmente nas cidades de Belém (Pará) e Manaus (Amazonas). Com o arrefecimento desta atividade, os que vieram nela trabalhar passaram ocupar terras antes desocupadas e a se constituírem enquanto colonos da região, isso a duras penas, adaptando-se a um espaço ainda bastante desconhecido.

O homem, que outrora contribuiu para a diversificação da natureza amazônica, começa a ser expropriado de seu espaço, desde a chegada do colonizador, até a inserção de novas formas de produção. A partir deste momento, o espaço amazônico começa a ser inserido na lógica da produção voltada para atender fins mercadológicos, cujos interesses sempre foram externos à região, com exceção das elites locais que sempre se privilegiaram. A exploração das chamadas drogas do sertão, é um desses grandes marcos dessa história de opressão e expropriação.

Nessa contextualização é que podemos afirmar que historicamente a Amazônia sempre foi vista sob o prisma de reserva de recurso natural, pronta para ser apropriada assim que se fosse necessário. Becker (2006) aponta o terceiro quartel do século XX como o período de aceleração do processo de ocupação da Amazônia, tendo a sua fase inicial com o planejamento regional no período de 1930 a 1966. Constituíram-se em marcos dessa fase: a

inserção de um programa de desenvolvimento para Amazônia, sua delimitação fundamentada em critérios científicos e ainda a criação da SPVEA (Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia). Porém, as preocupações não foram acompanhadas de ações mais efetivas sobre a região.

Essa lógica foi posta em prática, principalmente a partir da década de 1970, com a apropriação “racional” do espaço, onde o uso do solo passou a ser feito por grandes empresas, tais quais as agropecuárias, agroflorestais e mineradoras. Também foram introduzidos projetos de colonização visando alinhar a região sob a perspectiva desenvolvimentista posta em prática pelo governo brasileiro.

Com a instalação dos chamados Grande Projetos de Desenvolvimento, que tinham por objetivo principal incluir a região na lógica da produção capitalista, bem como integrá-la à produção econômica nacional e internacional, a região passa a fazer parte do circuito desenvolvimentista, mas sempre alheio aos objetivos dos povos locais. O contexto de desenvolvimento, segundo Coelho e Cota (2008), estaria vinculado diretamente ao crescimento econômico, o que levaria ao aumento do PIB (Produto Interno Bruto).

Essa lógica, no momento, não levou em consideração a inclusão social e as especificidades da população local, que foi sintomaticamente negligenciada. Isso porque a existência dessa população até mesmo não era reconhecida, pois o espaço era visto como um vazio demográfico. Arrolado nessa perspectiva, havia ainda as imprudências no uso dos recursos naturais. “O produto nacional bruto aumentado, como um objetivo de política econômica e como uma medida de bem-estar, foi inteiramente absorvido pelos países não industrializados (ou de economia dominante baseada na exportação de matéria-prima)” (COELHO e COTA, 2008, p. 94).

Assim, sob esse enfoque capitalista de desenvolvimento, a Amazônia passou a ser vista como uma fronteira econômica. Para ela se voltaram vários projetos desenvolvimentistas, como os de colonização, pois era necessário ocupar o “vazio demográfico”, além de implantar projetos de exploração de recursos naturais de origem vegetal, animal e destacadamente os de exploração mineral.

Na Amazônia, assim como em outras partes do mundo, grandes projetos favorecem grandes interesses. Associados aos grandes projetos estão os interesses que regem a acumulação capitalista, comandada pelos bancos, empresas distribuidoras de energia, empreiteiras, indústrias de máquinas e equipamentos, e transnacionais, que procuram tomar a Amazônia como território para suas atividades. (PEIXOTO, 2009, p. 87).

A inclusão da região amazônica no circuito nacional/internacional de produção capitalista sempre foi marcada pela negação de suas especificidades e multiplicidades

culturais e sociais, seus múltiplos territórios. Dessa negação, encabeçada pela visão capitalista de desenvolvimento, surgiram vários enfrentamentos; os conflitos que marcam a história da inserção da região na divisão territorial do trabalho. Tais conflitos foram, e ainda são tangidos por diferentes temporalidades, que se encontram e se confrontam na região, onde a lógica capitalista se impõe sobre a lógica da reprodução da vida daqueles que historicamente já ocupavam o espaço, mas que foram, em muitos casos, subtraídos de seus territórios, contraditoriamente identificados como “vazios”, para que estes fossem efetivamente “preenchidos”.

À medida que a marcha progressista avançava sobre a região, novos recursos eram explorados e novos conflitos se avolumavam, pois tais recursos serviam apenas a uma externalidade, deixando para as populações locais da região uma ferida aberta e sem um tratamento adequado. Assim, a inclusão da região na lógica desenvolvimentista sempre foi acompanhada da exclusão social e do agravamento dos problemas socioambientais que fazem parte de sua história desde o “descobrimento”.

No contexto atual, os conflitos não cessaram. A lógica de apropriação ainda se dá sob o mesmo imperativo, porém os discursos mudaram. As pressões nacionais e internacionais, em decorrência das vozes que se ergueram e se erguem para denunciar os agravos provocados pelo “progresso”, a exclusão social da população local, bem como das comunidades tradicionais, fez surgir novos olhares sobre a região, principalmente em relação à lógica do desenvolvimento sustentável. “A pressão externa e interna ao País e à região fazia com que as questões ambientais aparecessem juntamente com a insatisfação com a concentração de riqueza, com a distribuição desigual dos benefícios e com a socialização dos custos do desenvolvimento” (COELHO e COTA, 2008, p. 93).

O espaço amazônico é um espaço que se caracteriza por sua diversidade socioambiental. Tal constatação tornou-se fator de reconhecimento internacional da importância deste espaço para a humanidade. No entanto, a história de valorização do espaço amazônico sempre esteve atrelada à possibilidade da exploração de seus recursos naturais, como criticamente se posiciona Becker (2006).

Os recursos sempre foram vistos como potencialidades econômicas a serem explorados, transformados e aproveitados dentro de uma lógica capitalista que valoriza o espaço regional sob o prisma da rentabilidade e das possibilidades de obtenção de lucro. Tal lógica traz em seu bojo a exploração, não apenas dos recursos naturais amazônicos e da transformação de suas paisagens, mas também da exploração das populações que

tradicionalmente já ocupavam o espaço e em muito contribuíram para a sua manutenção e equilíbrio.

Tais populações não são homogêneas, pois são urbanas, tribos indígenas, quilombolas, seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, entre outros, e que fazem do espaço amazônico o seu abrigo e de seus recursos elementos *sine qua non* de suas vivências e existências.

Em muito, o saber tradicional, os valores, as crenças e anseios dessas populações foram negligenciados, pois não se afinavam com a noção de “progresso” trazida pela exploração capitalista da região e nem tão pouco seus saberes foram compreendidos, pois estavam mais afinados com o que a ciência moderna rotulava de senso comum, logo, fora da compreensão que a ciência moderna dava ao mundo. Assim, as populações amazônicas foram duplamente marginalizadas, por um lado houve a expropriação de seus espaços tradicionais para que se fosse feita a exploração de recursos econômicos, e por outro lado, sempre houve a desvalorização de seus saberes.

Porém, mesmo sendo marginalizadas, as particularidades e as identidades locais ainda são múltiplas, um campo fecundo para emergir novas ideias e possibilidades de construção de alternativas em busca de alternativas que fujam da lógica já arraigada da inserção da região, na carruagem da produção e do desenvolvimento econômico que negligencia a natureza, os homens e mulheres locais, mas explora seus territórios e transforma suas paisagens.

### **Modo de vida e território na Amazônia**

O conceito de modo de vida aqui pensado vem enriquecido e fundamentado no conceito de Gênero de Vida, desenvolvido por Vidal de La Blache, o qual assentou seus argumentos em detalhadas observações de diversas culturas, buscando compreender o grande poder de criação do ser humano e como este afeta e é afetado pelo meio no qual está inserido e como, dessa relação, surgem estratégias de sobrevivências próprias e particulares de cada grupo humano. Segundo Seabra (2004):

O gênero de vida identificava uma estrutura circular que correspondia à forma com que cada grupo humano desenvolvia sua maneira de ser, de viver. Cada grupo compõe um conjunto de atitudes que tira sua significação do interior do próprio grupo, seja pela maneira de se vestir, de falar, de habitar, em suma, por sua maneira de ser. Os gêneros de vida revelam os meios de que dispõem uma coletividade para sua sobrevivência (SEABRA, 2004, p. 24).

La Blache (1954) considerava o Gênero de Vida como o conjunto de técnicas construídas coletivamente, perpetuadas, aperfeiçoadas e perpassadas de geração em geração. Sendo assim, as técnicas seriam respostas às necessidades importas pelo meio. O conceito então, ressaltando suas devidas temporalidades e ajustes ao contexto ao qual vai se aplicar e das condições hodiernas, ainda se mostra bastante atual e pode ser perfeitamente utilizado para a compreensão das diferentes formas de organização social, bem como da organização espacial de grupos como os ribeirinhos amazônicos.

La Blache (1954) discorre sobre o homem e o meio e afirma que mesmo as sociedades mais remotas, não só sofreram influência, mas exerceram grandes transformações, influenciando também o mundo vivo. Tais argumentos são pertinentes e compatíveis com o pensamento de Loureiro (2009), quanto discorre sobre a influência que as sociedades exercem sobre o patrimônio natural.

Para cada uma dessas regiões, os fatores naturais foram somados às habilidades humanas, ligadas à pesca, à agricultura, ao bom aproveitamento dos recursos oferecidos pelo meio e à superação das adversidades também impostas por esse mesmo meio. Junta-se também a destreza e a capacidade humana, que geraram modos de vidas bastante avançados e diversificados.

Assim, existiriam vários fatores que interfeririam no modo de vida dos povos, tais quais os avanços técnicos, as mudanças nas relações econômicas e os contatos entre culturas, que ressoariam diretamente nas populações e na maneira como estas modificam e são modificadas pelo meio. “O homem faz parte deste encadeamento; e nas suas relações com o que o rodeia, ele é, ao mesmo tempo, ativo e passivo, sem que seja fácil determinar, na maior parte dos casos, até que ponto será uma ou outra coisa” (LA BLACHE, 1954, p. 147-148). As necessidades do meio se impõem ao poder criativo do homem. As condições naturais como o clima, a latitude e a altitude interferem nas características físicas e biológicas do homem, como também no seu comportamento, mas nunca determinam as suas ações.

Pelo contrário, o que prevalece e evolui com o progresso das civilizações são as formas dos grupamentos sociais saídos originalmente da colaboração da natureza e dos homens, mas cada vez mais emancipados da influencia direta do meio. O homem criou para si modos de vida. Com o auxílio de materiais e elementos tirados do meio ambiente conseguiu, não de uma só vez, mas por uma transmissão hereditária de processos e de invenções, constituir qualquer coisa de metódico, que lhe assegura a existência e lhe organiza um meio para seu uso. “Caçador, pescador, agricultor – ele é tudo isso graças a uma combinação de

instrumentos que são sua obra pessoal, sua conquista, aquilo que ajuntou por sua iniciativa à criação” (LA BLACHE, 1954, pag. 162).

La Blache (1954) apresenta reflexões sobre as implicações do desenvolvimento técnico na sociedade e nas relações destas com o seu meio. As técnicas marcaram a paisagem e passaram a ser um elemento explicativo do meio e dos modos de vida que delas se apoderaram. Se hoje vivemos uma fase da história marcada pelo que Milton Santos (1994) chamou de meio técnico-científico informacional, tal situação foi precedida pela intervenção do homem sobre o seu meio, que fora apropriado e transformado para atender as suas necessidades. Porém é bom ressaltar que não existe uma universalidade das técnicas e que o meio técnico científico-informacional não é universal, embora esteja em todo mundo. Assim, muitas sociedades ainda elaboram, ou adaptam técnicas, que em vários casos são autênticas, ou um misto de tradicional e moderno, para melhor tirar proveito do seu meio.

A humanidade foi se apoderando de técnicas para tirar mais proveitos e superar as adversidades do meio. Para tanto, sempre houve influências recíprocas na constituição de um meio-técnico, embrião do que temos hoje e de como este passou a interferir nas organizações sociais e, conseqüentemente, no modo de vida estabelecido em cada grupamento humano.

Pode-se afirmar então que os diferentes modos de vida estabelecidos sobre o espaço geográfico mundial em muito se diferenciam e se afirmam em decorrência dos diferentes artifícios que são criados para a sobrevivência da sociedade que as elaborou.

Com base em tais argumentos, que pensamos a concepção de modo de vida, e a necessidade de revisitar a obra de La Blache, sem considerar os rótulos que lhe impuseram, pois suas contribuições ao pensamento geográfico não podem ser negligenciada, uma vez que ainda hoje muitos dos seus postulados, salvos as adaptações que podem ser feitas ao mundo atual, são válidos.

Trazendo suas contribuições para os nossos dias, parece que a globalização acabou por lhe dar razão, visto que, como exposto, defendia a unidade terrestre e o encadeamento dos fenômenos como pilares epistemológicos da Geografia. Atualmente, quem, em sã consciência, pretende explicar o mundo fora desta perspectiva? Porém, não é só isso: face a um pensamento que jamais dicotomizou homem e natureza; que destacou a paisagem como reveladora das dinâmicas presente e pretéritas de um dado lugar; que sempre refletiu a Geografia com as demais ciências; e que grifou o papel das técnicas e da circulação nas mudanças do meio e na organização do espaço, não restam dúvidas de que Vidal influenciou as gerações posteriores muito mais do que elas mesmas admitiram (...) (RIBEIRO, 2012, p. 23).

Os argumentos sobre o modo de vida tendem a se coadunar com os argumentos de GOMES (2010), quando este pondera sobre o fato de existirem tradições no novo e novidades no que é tradicional. Desta compreensão não linear do saber é que La Blache é revisitado, não



somente por seu valor para a epistemologia geográfica, mas pela sua inegável validade para a compreensão do mundo hodierno.

Outro autor que também deixou indelével contribuição a pensar as diferentes formas de produção espacial, dentro da perspectiva do gênero de vida, foi Maxmillien Sorre, que também se embebeu das concepções de Vidal de La Blache. Para Sorre (1984), o meio não é inerte, e exerce pressão sobre os grupos humanos, ora limitando, ora orientando. Assim, o homem estaria submetido aos complexos elementos do meio: o complexo climático, o complexo vivo e o complexo social (ver quadro 1).

**Quadro 1: Os complexos elementos do meio em Sorre**

<b>Complexo</b>	<b>Ação sobre o homem</b>
Complexo Climático	O complexo climático é entendido como todas as eventualidades que ocorrem no mundo, antes até mesmo da existência do homem. Esses eventos são de ordem natural e por muitas vezes o homem não consegue interferir ou evitá-los. Entre essas ações estão a variação de temperatura, a diferença de pressão atmosférica, a radiação solar, a precipitação, entre outros.
Complexo vivo	São todas as outras espécies de seres vivos que rodeiam o homem em seu território. Entre esses estão os microrganismos, as plantas e os animais, os seres que se diferenciam do homem por não possuírem a razão e disputarem com ele a soberania do local.
Complexo social	O terceiro, e talvez o mais presente na vida do homem até hoje, é a relação do homem com outro homem. O homem passou de nômade para ocupante de um território e ao ocupar uma área ele deveria

	dividir as tarefas com outros homens acordo com suas determinadas aptidões.
--	--

Fonte: Sorre, (1984, organizado por LIMA, R., 2013).

Levando-se em consideração esses três complexos, podemos identificar algumas respostas do homem a adaptação a esses elementos. As particularidades dos três complexos proposto por Sorre (1984) explicariam a existência de diferentes gêneros de vida.

Sorre (2012) argumenta que para ter pertinência aos estudos geográficos o gênero de vida:

(...) deve apresentar um mínimo de duração e de estabilidade, sem o que não poderia ser aproveitado. Mas, duração e estabilidade não significa mobilidade. O Gênero de vida nasce, transforma-se, expande-se e, quando chega a este grau de maturidade, nós o caracterizamos. Daí a necessidade de evocar um aspecto complementar e não contraditório: o da evolução. Será ocasião de fazer um progresso no conhecimento dos gêneros de vida (SORRE, 2012, p. 323).

Tanto Maximillian Sorre quanto Vidal de La Blache compreendem o Gênero de Vida como não sendo estático, ou seja, há evoluções que podem ser de origem internas e externas, mas também manutenção de características próprias que autorizam as diferenças entre os grupos humanos, bem como relações particulares entre seus membros e destes com seu meio. Mesmo com a introdução do novo membro, vindo de fora, introduzido principalmente pelo aumento da circulação trazida pelo avanço dos meios de contato, este se impregna de aspectos locais, dando novos contornos no processo evolutivo dos grupos humanos.

Vidal de La Blache (2012, p.144) afirmava que “nas regiões tropicais húmidas a água é um elemento com o qual o homem vive em contínua familiaridade”. Se essa afirmação for pensada no contexto dos ribeirinhos da região amazônica, percebemos o quanto é pertinente. Essa constatação é notória, porém, sua compreensão é complexa devido às multiplicidades de usos que se fazem do rio e também, pela inserção de novos elementos que tangem a lógica do território local, que é perpassado por fluxos globais.

Assim, questões como o intenso processo de globalização cultural vivido no momento atual são de grande relevância, a ponto de alguns autores acreditarem em um tipo de *padroineização dos modos de vida* na sociedade atual, isto é, devido a evolução dos meios de comunicação e transporte, observa-se que modos de vida dominantes tentam se impor a modos de vida menos abrangentes e mais tradicionais. (SILVA, 2006, p. 38, grifos do autor).

A constituição de um modo de vida local, não se dá em si mesmo, mas a partir das relações que são mantidas no espaço entre as pessoas próximas e distantes, entre o local e o

global. O próprio conteúdo do rio ganha novas nuances e complexidade. Mas, ainda é um dos elementos mais marcantes na paisagem local, e que em muito contribui para a afirmação de um modo de vida particular. Segundo Cruz (2008), “o modo de vida está ligado às formas de ver o mundo, interpretá-lo e agir sobre ele, buscando sentido para a existência e para a trajetória de vida no presente e no futuro” (CRUZ, 2008, p. 97).

Nota-se os diversos usos que do rio se fazem, seja para a circulação, lazer e necessidades mais básicas como beber, cozer os alimentos, lavar roupas e utensílios domésticos, retirar alimentos, etc. Em muitos casos, é pelo rio que chega o novo, através das cargas que circulam nas embarcações. Também é por eles que muitos dos recursos explorados na região são transportados.

É tendo como referência o rio que podemos denominar grupos humanos de ribeirinhos, porém, cabe aqui ressaltar que desenvolver a vida cotidiana e as diversas territorialidades que isso implica, nas várzeas dos rios amazônicos, não nos autoriza a afirmar que todos que vivem sob essa condição compartilham do mesmo modo de viver às margens dos rios e lancem mão das mesmas estratégias de sobrevivência.

É a relação não só com o rio, mas com os recursos que são aproveitados, seja para comercializar ou para se alimentar, as relações sociais e formas de organização e territorialização, os valores embutidos nessas relações múltiplas, os hábitos, os costumes que se dão, com certa coerência e dinâmica particular, que pode autorizar a se pensar em um modo de vida. Ou seja, não existe um modo de vida ribeirinho na Amazônia, o que existe de fato é uma gama muito variada de relações e interações sociais e dessas com o espaço habitado, às margens dos rios, que nos permitem pensar sempre no plural, ou seja, modos de vidas. Sendo assim:

O complexo cultural amazônico compreende um conjunto tradicional de valores, crenças, atitudes e modos de vida que delinearão a sua organização social em um sistema de conhecimentos, práticas e usos dos recursos naturais extraídos da floresta, rios, lagos, várzeas e terras firmes, responsáveis pelas formas de economia de subsistência e de mercado. Dentro desse contexto desenvolveram-se o homem e a sociedade amazônica, ao longo de um secular processo histórico e institucional. (MENDONÇA et al, 2007, p. 94).

O próprio processo de miscigenação pelo qual passaram os povos amazônicos, principalmente a partir das matrizes indígenas e do branco de origem europeia originando o caboclo amazônico. Este desenvolveu técnicas bastante peculiares e particulares para melhor se adaptar, modificar e se apropriar do espaço, territorializando-se e construindo um sistema de técnicas e valores culturais próprios, tendo como base as condições ambientais da região e

seus vários ecossistemas. Assim, para além da heterogeneidade dos ecossistemas amazônicos, surgem múltiplas sociedades, sejam nas várzeas, igapós ou em terra firme.

A Amazônia, como uma vasta região heterogênea, devido a sua condição hidrográfica, orográfica e botânica, proporcionou o desenvolvimento de modos de vida diferentes, resultantes de adaptações aos seus respectivos ambientes, graças a distribuição dos recursos naturais e à influência que esses ambientes exercem sobre os grupos sociais. Nesse processo de aldeamento étnico e cultural entre índios e brancos, fundiram-se hábitos, valores culturais, métodos e técnicas de manejo do meio ambiente (de águas e de florestas) transmitidos de geração a geração até os dias atuais. O meio bioclimático, o revestimento vegetal, os solos de várzeas e terra firme, os rios, os lagos, paranás e igarapés têm demonstrado forte influência no ritmo de vida e na natureza da atividade humana. Desta variação ambiental surgiram as particularidades que diferenciam os grupos, criadores de sistemas adaptativo sustentável e coerente com seu arcabouço cultural (MENEZES, 1999, p. 238).

É a multiplicidade que melhor traduz o espaço amazônico. Sorre (1984) pondera que os adeptos de diferentes grupos humanos trazem maneiras coletivas que são incorporadas ao fundo individual. Além disso, mesmo pertencente a um grupo, cada homem pertence a vários grupos, cujos interesses não são forçosamente os mesmos.

As populações ribeirinhas amazônicas em seu fazer e existir cotidianos desenvolvem modos de vida específicos, que estão ligados às relações sociais, ao trabalho, ao fazer diário e às territorialidades e estratégias de sobrevivência que garantem a sua existência material e imaterial.

Partindo das ideias de Godelier, (1984), Diegues (2000) argumenta:

Um elemento importante na relação entre essas populações e a natureza é sua relação com seu território, que pode ser definido como uma porção da natureza e espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais aí existentes, que ele deseja ou é capaz de utilizar (...) O território depende não somente do tipo do meio físico utilizado, mas também das relações sociais existentes (DIEGUES, 2000, p. 19).

Das relações entre a população, a natureza e o território surgem diferentes estratégias, coletivas e individuais de trabalho, cujo objetivo primeiro é a sobrevivência. Que não se restringe apenas à sobrevivência física, mas aos laços que unem e dão sentido de pertencer a um grupo e este, a um espaço. As particularidades mostram quanto o diverso é presente dentro do contexto regional. Essas particularidades múltiplas nos levam a refletir o quão são complexas as comunidades amazônicas e quão diversificada é a percepção dos indivíduos sobre os lugares nos quais estão territorializados. Isso porque pensar o território por uma lógica, não apenas material ou econômica, mas também subjetiva, é vê-lo enquanto construto de identidade, sendo esta o fator que lega particularidades sociais aos lugares. A natureza complexifica ainda mais a questão, legando suas particularidades ambientais.

Assim, as formas naturais mais as construídas, combinadas com as relações sociais, criam laços entre os homens e o seu território, que é único e contextualizado, temporal e dinâmico, não isolado nem inerte. Esses fatores contribuem para a constituição do que chamamos modo de vida. É nessas circunstâncias apresentadas que Mota (2008) apresenta a relação entre o indivíduo e seu espaço vivido:

De forma simples e usual, pode-se pensar que a particularidade colocar o indivíduo num contato mais imediato com o seu espaço de vivência, seu lugar, visto que coloca o indivíduo particular em contato com a sua individualização refletida pela alteridade, mesmo que a negada (MOTA, 2008, p. 65).

Compreendemos, então, que os modos de vida locais não se constroem no isolamento, há sempre uma articulação, mesmo que indireta, com espaços externos. Tais articulações podem ser premeditadas, conscientes ou mesmo impostas e autoritárias, ou também consensuadas.

O que, a primeira vista, parece endógeno a um recorte espacial, deve sua existência igualmente a fatores externos mais ou menos remotos no tempo ou atinentes a escalas mais abrangentes, enquanto que o exógeno, por seu turno, amiúde, tem a sua influência filtrada por peculiaridades internas. Os significativos “endógenos” e “exógenos” possuem valor operacional, mas seu emprego não pode levar a que se perca de vista que são mutilações. Em última instância, o endógeno e o exógeno se acham amalgamados no bojo dos processos históricos. (SOUZA, 2010, p. 49).

Podemos afirmar que a conformação de um modo de vida está estreitamente ligada ao território ocupado por um determinado grupo humano. Tal território se insere em um contexto local próprio, mas também está articulado ao espaço mais global, às externalidades que modificam e afirmam o modo de vida local, pois se vincula ao fazer cotidiano da comunidade. É deste cotidiano que saem a sobrevivência, as estratégias, as conexões e possibilidades da constituição de um espaço especificamente conhecido e reconhecido enquanto espaço de pertencimento, onde se produzem mercadorias de valor comercial e também, valores imateriais que legam identidade ao grupo. Pensa-se então o modo de vida necessariamente sob o plano da vida cotidiana, onde há sobrevivências e vivências individuais e coletivas.

## **CAPITULO 2 - DAS FRASQUEIRAS ÀS RASAS: AS TRANSFORMAÇÕES NO USO DO TERRITÓRIO EM IGARAPÉ-MIRI**

O município de Igarapé-Miri, atualmente, tem na produção do açaí uma de suas principais fontes de receita econômica, além da atividade ocupar parcela significativa de sua população, particularmente os ribeirinhos do baixo rio Meruí que fazem da produção e da extração do açaí sua principal fonte de renda. Também cimenta uma cultura que tem nesse fruto um dos elementos que marca, de forma significativa a territorialização da população local.

Na atualidade, houve grande inserção do açaí no cenário nacional e até mesmo internacional e conseqüentemente houve maior demanda pelo produto. Isso afetou diretamente seus produtores que passaram, cada vez mais, a concentrar seus esforços e dedicação na ampliação da produção para atender o consumo do mercado em expansão. O pequeno fruto então passa a ser decisivo nas estratégias adotadas pelos ribeirinhos que trabalham com o produto.

Assim, o uso do território e as territorialidades que se materializam no espaço ribeirinhos de Igarapé-Miri, como um todo, tem íntima relação com a produção do açaí. Porém, tal forma de uso e obtenção de renda a partir do território nem sempre se deu nessas circunstâncias. Houve grandes transformações no uso do território miriense, desde a colonização até os dias atuais. Dentre as formas de uso que se deram ao longo dos séculos, uma das que se destacou neste espaço foi a produção canavieira para a produção da cachaça.

Assim, o capítulo aqui apresentado tem por objetivo fazer uma breve reconstrução das transformações do uso do território do Baixo Tocantins, com destaque para o município de Igarapé-Miri. Embora faça-se uma contextualização desde o processo de colonização, o foco principal desta transformação deu-se principalmente a partir da produção canavieira, com destaque para os engenhos produtores de aguardente. Essa era a base econômica do Baixo Tocantins até o final da década de 1970, quando entra em decadência a agroindústria aguardenteira, seguida de um grande fluxo exploratório do palmito até se chegar ao açaí como principal elemento da economia ribeirinha do local.

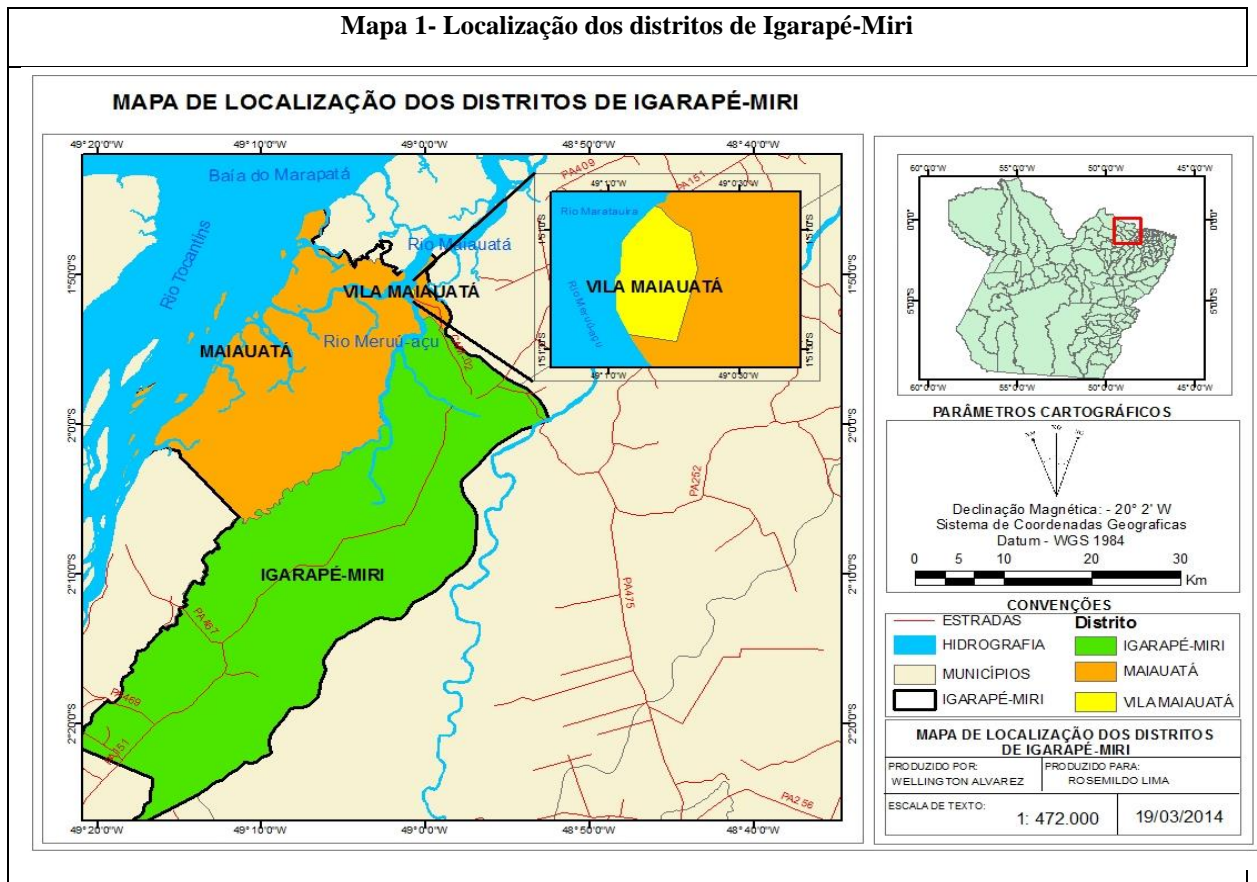
### **2.1. Caracterização histórico-geográfica de Igarapé-Miri**

O município de Igarapé-Miri está localizado na mesorregião do nordeste paraense e na microrregião de Cametá a 78 km de distância da capital do Pará (Belém), no Baixo Tocantins.

O município se divide em dois distritos: Igarapé-Miri, onde se encontra a sede do município, e Maiauatá. De acordo com o IBGE (2010), possui 58.077 habitantes, sendo que a maior parcela, 31.872 pessoas, vivem na área rural, enquanto que na zona urbana são 26.205 habitantes.

A sede municipal está localizada nas coordenadas geográficas 01° 58' 33 "de latitude Sul e 48° 57' 39" de longitude a Oeste. Possui como limites, ao Norte, o município de Abaetetuba, a Leste, o município de Mojú, ao Sul, os municípios de Cameté e Mojú e ao Oeste, os municípios de Cameté e Limoeiro do Ajuru. (mapa 1)

**Mapa 1- Localização dos distritos de Igarapé-Miri**



De acordo com Damasceno (2009), Igarapé-Miri possui uma área de 2,8 mil km<sup>2</sup> de várzeas, sendo que deste total 50% são constituídos de açazais, facilitados pela condição natural do município, dada a grande quantidade de rios, furos e igarapés que contribuem para a formação de cerca de cem ilhas fluviais componentes do território municipal.

O município apresenta as seguintes características naturais, conforme o quadro abaixo:

**Quadro 2: Características naturais do município de Igarapé-Miri-PA**

SOLOS	Os solos são, com grande expressividade, dos seguintes tipos: latossolo amarelo distrófico, textura média e argilosa, podzol hidromórfico e concrecionários lateríticos indiscriminados distróficos, textura indiscriminada. Nas várzeas, aparecem pequenas manchas de gleys pouco húmico distróficos e eutróficos e aluviais eutróficos e distróficos.
VEGETAÇÃO	<p>Pouco resta da cobertura florestal primitiva, que pertence ao subtipo floresta densa de terra firme, e que recobria, indiscriminadamente, a maior parte do município. Hoje, em seu lugar, existem as florestas secundárias, intercaladas com cultivos agrícolas.</p> <p>Já as áreas de várzea, apresentam sua vegetação característica de espécies hidrófilas (que gostam de água) e latifoliadas (de folhas largas), intercaladas com palmeiras, dentre as quais se destaca o açaí, por ser de grande importância na alimentação da população local.</p>
TOPOGRAFIA	O município apresenta cotas topográficas pouco elevadas, tendo como referência a sede municipal, que atinge 20 metros de altitude. Porém, ao sul do município, essas altitudes são mais elevadas, alcançando até o dobro da cota medida na cidade.
GEOLOGIA E RELEVO	O município apresenta geologia formada por sedimentos do Terciário (Formação Barreiras), na porção continental, e sedimentos do Quaternário Antigo e Recente, nas áreas de várzeas e ilhas fluviais. Sendo assim, é de grande simplicidade, representado por formas típicas de tabuleiros (baixos platôs), terraços e várzeas, que fazem parte da unidade morfoestrutural do Planalto Rebaixado da Amazônia (Baixo Amazonas).
HIDROGRAFIA	O principal rio de Igarapé-Miri é o Meruú, coletor de quase toda a bacia hidrográfica do município. Seus principais afluentes pela margem direita são o rio Igarapé-Miri, em cuja margem está localizada a sede municipal, e o rio Itanambuca, que limita o município, a nordeste, com Abaetetuba. Pela margem esquerda, o principal rio é o Cagi, limite natural a sudoeste com o município de Cametá, desde as nascentes até seu curso médio.



	<p>O rio Maiauatá, que banha a vila de mesmo nome, serve de ligação entre o rio Meruú e a foz do rio Tocantins.</p> <p>Possui ainda ilhas fluviais, banhadas pelas águas do estuário do Tocantins e entrecortadas por uma série de cursos d'água conhecidos como furos e igarapés.</p>
CLIMA	<p>O clima do município corresponde ao megatérmico, tipo Am da classificação de Köppen, apresentando temperaturas elevadas, com média anual de 27° C, e pequena amplitude térmica.</p> <p>A umidade relativa apresenta valores acima de 80%.</p> <p>A precipitação pluviométrica anual acima é superior a 2.000 mm, com chuvas abundantes de janeiro a junho, com maior disponibilidade de água nos três primeiros meses do ano (balanço hídrico) e carência, nos meses de setembro e outubro.</p>

Fonte: SEPOF/IDESP. Estatística Municipal: Igarapé-Miri (2013).

O nome do município está relacionado ao rio homônimo que banha a cidade e tem sua origem na língua tupi que significa “pequeno caminho de canoas”. A origem do então município de Igarapé-Miri remonta ao século XVII, ainda no reinado de Dom João, quando os portugueses definitivamente passam a ocupar e a explorar economicamente a região mais intensamente.

Segundo informações do Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP) e da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEPOF) sobre as estatísticas municipais de Igarapé Miri (2013), o embrião daquilo que se tornaria a sede do município seria uma fábrica de madeira, que se tornou uma das mais desenvolvidas da província do Grão-Pará, cujo comércio era realizado em Belém.

Já nessa época, no lugar conhecido como Igarapé-Miri, às margens do igarapé de mesmo nome, existia uma fábrica nacional para aparelhamento e extração de madeiras de construção, que eram comercializadas em Belém. De todas as fábricas do ramo no Pará, aquela era a mais proveitosa, considerando estar situada em terrenos planos, sólidos e férteis, margeada, em sua maior parte, pelo igarapé Cataiandeua, pelo qual desciam facilmente as madeiras ali lavradas. (PARÁ, 2013, p. 7)

Além da fábrica de madeira, a origem da cidade também se vincula ao conflito gerado entre os posseiros, já residentes na localidade, com o donatário João de Melo Gusmão em decorrência deste ter recebido a cessão de sesmarias por parte do governador, sem que residisse no local.

Em 10 de outubro de 1710, João de Melo Gusmão conseguiu do Governador, o Capitão-General Cristóvão da Costa Freire, a cessão de uma sesmaria, contendo duas léguas de terra no Igarapé-Miri, muito embora não tenha fixado residência no local. Esse ato do governo, em favor de quem não residia sequer nos terrenos cedidos, causou grande descontentamento entre os posseiros, agricultores e comerciantes ali estabelecidos, que exigiram elevadas indenizações pelas benfeitorias por eles efetuadas no lugar. Por esse motivo, Gusmão foi obrigado a vender-lhes a maior parte dos terrenos, cabendo ao agricultor e comerciante português Jorge Valério Monteiro comprar a parte onde estava situada a referida fábrica (PARÁ, Estatística Municipal, Igarapé-Miri, 2013, p. 6).

Dois fatores combinados passaram a ser comuns na forma de ocupação e surgimento de muitas cidades no estado do Pará, principalmente as mais antigas. O primeiro diz respeito à proximidade dos rios e o segundo à ligação de sua população com a fé católica. Em relação ao rio, no início da colonização era a via natural de locomoção, por onde iam e vinham pessoas, bem como por onde eram transportadas as mercadorias que atendiam ao interesse do colonizador.

A religiosidade também está intimamente ligada ao colonizador, pois inicialmente a presença de missionários católicos na região foi uma estratégia adotada pelos portugueses para ocupar o território e catequizar os nativos. Essa lógica, rio-religiosidade também se fez presente na gênese do município de Igarapé-Miri, o qual, teve forte influência da religião católica, desde seus tempos mais remotos. Estas marcas ainda são bastante presente em suas festividades religiosas.

Culturalmente, a influência religiosa contribui para a formação de um calendário de festividades no município, com destaque para a festa que homenageia a padroeira do lugar, Nossa Senhora de Santana. Esta festividade se iniciou no ano de 1714, em decorrência do erguimento de uma igreja em homenagem à santa.

A festividade mescla religiosidade com as festas profanas e ocorre entre 16 e 26 de julho. Inicia-se com um círio terrestre, que sai pela manhã da igreja matriz, localizada na sede do município e o cortejo segue em procissão rodoviária pelas principais ruas de Igarapé-Miri, até chegar à centenária igreja da vila de Maiauatá, (sede do segundo distrito do município), distante 17 quilômetros da cidade, de onde sai a procissão fluvial que percorre pelos rios Meruí e Miri. Paralelo às atividades religiosas, acontecem o arraial e leilões de animais e artigos diversos oferecidos pela comunidade.

Sobre os aspectos históricos ainda marcantes na paisagem da cidade de Igarapé-Miri, assim como as demais cidades situadas às margens dos rios do baixo Tocantins, guardam elementos que mostram as intervenções de cunho político e administrativo tomadas ainda no

período pombalino<sup>3</sup> (1750-1777). O Marquês de Pombal, tanto idealizou como executou nova forma administração para as colônias de Portugal. Isto veio a provocar mudanças significativas na formação socioespacial do Brasil, sendo grandemente impactada a Amazônia (MIRANDA, 2009).

As intervenções pombalinas na região provocaram profundas mudanças na forma de ordenamento do espaço local, o qual tinha nos aldeamentos indígenas, promovidos pelos religiosos, sua maior expressão e cujo comércio das drogas do sertão era a principal atividade econômica. Durante o século XVII, esta forma de ocupação e ordenamento do espaço satisfaziam os interesses portugueses, mas com as intervenções do Marquês de Pombal, foram desestruturados para dar lugar a uma nova ordem baseada em novos imperativos.

Segundo Miranda (2009), Malheiro e Trindade Junior (2009), entre as mudanças ocorridas no período pombalino sobre o espaço amazônico estava a substituição das ordens religiosas pelas vilas, da mão de obra indígena pela escrava, dos negros trazidos da África e o controle do comércio das drogas do sertão que deixou de ser controlada pelas ordens religiosas e passou para a Companhia do Grão-Pará e Maranhão.

No plano urbanístico, o Período Pombalino na região trouxe grandes transformações no arranjo espacial das vilas e aldeias, pois houve regulação do desenho urbano das principais vilas e atuação direta de arquitetos europeus na projeção de prédios públicos, igrejas e fortificações.

No desenho das cidades pombalinas, a praça ocupa o papel central na organização do espaço urbano. Na praça foi construída a Igreja Matriz. Nas ruas mais próximas estão as residências das pessoas mais importantes da vila e no fundo da igreja, encontra-se a área reservada aos moradores. Entende-se por moradores, aquelas pessoas que não ocupavam cargos administrativos na vila, famílias não abastadas (MIRANDA, 2009, p. 30).

As cidades e vilas fundadas neste período guardam esses traços em comum, dentre elas as do baixo Tocantins, como a cidade de Igarapé-Miri, que tem na sua igreja matriz a assinatura do arquiteto Antônio Landi, que foi o grande planejador dos projetos arquitetônicos da época,

O Decreto Lei nº113, de outubro de 1843, eleva à categoria de vila a freguesia de Igarapé-Miri, ficando denominada Villa de Santana de Igarapé-Miri. A vila, por sua vez, foi elevada à categoria de cidade pela Lei Estadual nº 438, de 23 de maio de 1896. Baseado na

---

<sup>3</sup> Este período foi assim denominado, pois foi marcado pelas ações do então Primeiro Ministro de D. José, rei de Portugal em 1750, José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal que foi responsável por grandes intervenções territoriais e urbanísticas tanto em Portugal quanto em suas colônias.

divisão territorial datada de 18 de agosto de 1988, o município foi constituído de dois distritos: Igarapé Miri e Maiauatá.

Nos dias de hoje, o município se notabilizou principalmente pela extração e exportação do açaí, já que em matéria jornalística foi chamado de a capital mundial do açaí<sup>4</sup>. Porém, ao longo do tempo, o município passou por grandes transformações no uso de seu território, principalmente a partir do declínio da agroindústria aguardenteira no final dos anos de 1970, que culminou com o fim dos engenhos e conseqüentemente impactou a economia local, deixando um grande número de trabalhadores sem emprego e renda.

## **2.2. Igarapé-Miri no contexto do Baixo Tocantins**

O município de Igarapé-Miri, também faz parte da chamada região do Baixo Tocantins que é formada atualmente por 11 municípios, sendo eles: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia, abrangendo uma área de 36.024,20 km<sup>2</sup>.

A região do Baixo Tocantins originalmente era ocupada por vários grupos nativos que pertenciam à etnia indígena dos Tupinambás. Segundo Menezes (1994), após o descobrimento, ainda no primeiro século, antes mesmo da chegada dos portugueses, essa região já havia sido pisada por franceses, ingleses e holandeses, ficando a colonização portuguesa restrita à área no entorno do delta do Amazonas, onde se praticava a agricultura, principalmente de cana-de-açúcar.

O uso e a apropriação dos recursos naturais em Igarapé-Miri se inserem no contexto da ocupação do Vale do Tocantins que se deu, assim como nos demais espaços de colonização europeia na Amazônia, para atender aos interesses externos, desestruturando os sistemas tradicionais dos grupos indígenas de uso dos recursos e do espaço. Foram também introduzidos novos sistemas técnicos e novos elementos, sejam naturais ou humanos, que foram incorporados à paisagem da região.

No período colonial, a perturbação interna decorrente da colonização portuguesa fez mudanças bruscas de orientação em determinados pontos essenciais ao funcionamento da sociedade indígena. Essas mudanças provêm prioritariamente da diminuição da organização social dos índios, assim como da desestruturação tecnológica da atividade produtiva. O resultado foram as mudanças da paisagem agrária, em decorrência da restrição dos recursos, das escolhas técnicas ou, ainda,

---

<sup>4</sup> Ver <http://diariodopara.diarioonline.com.br/impressao.php?idnot=68178> acesso em 13/11/2013.

das modalidades da repartição social e dos benefícios que foram esquecidos no processo de escolha (MENEZES, 2000, p. 92).

Embora a exploração da região tenha se dado a partir da coleta das drogas do sertão, várias outras atividades econômicas foram introduzidas na região para atender os interesses da metrópole, principalmente a partir do século XVIII quando as atividades extrativas passaram a conviver com outros sistemas de produção voltados aos interesses mercantis. Houve uma mudança não apenas na forma de produzir, mas também sobre seus produtores, pois o novo sistema vinculou-se ao trabalho escravo, como mão-de-obra principal, inicialmente os dos indígenas e posteriormente a dos escravos de origem africana.

O desprezo às formas de apropriação e ao uso do território dado pelas populações tradicionais passou a fazer parte da lógica de apropriação do espaço do Vale do Tocantins.

O desenvolvimento rural pensado para o delta amazônico na segunda metade do século XVIII desprezou relações interiores da sociedade agrária em relação à sociedade e seu território. As modificações dos sistemas agrários apoiaram-se em relações sociais escravistas, transformando o índio em escravo, ao lado do escravo de origem africana. De extrativista que era, o índio passou a ser escravo das capoeiras. A mão de obra africana, acrescida à do índio, ajudou na transformação das paisagens, resultando sistemas agrários voltados para o mercado internacional em expansão. Foram desconsideradas as relações de produção e os sistemas agrícolas locais de um espaço onde as relações técnicas tinham sido definidas depois de gerações, representadas nas relações de exploração entre elas e o meio ambiente. Na ótica mercantilista, os sistemas agrícolas estavam fora da formalização da exploração enquanto sistema organizado e condizente com as relações de produção definidas para este território. (...)

A introdução da mão de obra africana coroou o processo de transformação das paisagens, com um sistema agrário voltado para o mercado internacional, onde as inovações técnicas eram inadequadas aos ecossistemas, além das novas práticas e métodos agrícolas serem empregados à revelia de componentes técnicos, reforçando ainda mais o distanciamento cultural entre as populações tradicionais e os colonos europeus (MENEZES, 2000, p. 96).

Assim, os interesses externos, a apropriação dos recursos naturais para fins externos à região, a desestruturação dos sistemas tradicionais de produção, a transformação do uso tradicional do território, a mão de obra escrava, seja indígena ou africana, são faces da ocupação colonial na região que lhe deram novas feições e novos agentes da produção do espaço, sendo que a expropriação territorial e a exploração social são fases da lógica da colonização europeia na região.

Dentre os produtos que se destacaram no processo de ocupação e exploração colonial na região temos primeiramente a exploração extrativa das drogas do sertão, a extração madeireira, a pesca, a produção cacaueteira, o café, o arroz, feijão, a produção de farinha e a produção da cana-de-açúcar para a produção do açúcar e da aguardente. As atividades econômicas também cumpriam o objetivo de ocupação efetiva da região,

ou seja, havia articulação entre as atividades econômicas e a produção de núcleos populacionais, uns ainda de origem missionárias sendo as sementes dos povoamentos e vilas que articulavam a produção e a ocupação efetiva a partir da concentração de mão de obra.

Segundo informações contidas no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) do Baixo Tocantins:

A história dessa região tem como um de seus elementos constitutivos o sistema de *plantation* (introduzido pelos portugueses, tendo como base o latifúndio, a monocultura, a mão-de-obra escrava e o foco no mercado externo). Sendo que a ocupação de terras na região baseou-se primeiramente no cultivo do cacau e posteriormente na cana-de-açúcar (PTDR, 2010, p. 12).

Baseando-se nesta informação pode-se afirmar que a dinâmica do município ao longo de sua trajetória histórica perpassa por diferentes usos dados ao seu território, mas sempre atrelados às suas características naturais e a interesses externos à região.

Assim, compreendemos que no período colonial o uso principal dado ao território miriense estava vinculado a um sistema produtivo obediente a interesses externos, com destaque para a produção canavieira que tinha na aguardente seu principal produto. Destacar esse uso do território não significa que esta era a sua única forma de apropriação socioespacial, porque outras formas, ainda tradicionais, herdadas dos indígenas, também se mantinham. Com o passar do tempo, houve a introdução de novos atores sociais como os de origem africana que fizeram surgir, além da miscigenação humana, uma transformação na forma tradicional de produção voltada a atender a sobrevivência da população que estava fora do contexto mercantil.

### **2.3. A agroindústria aguardenteira e sua força no uso do território**

A ocupação da Amazônia, desde o período colonial, sempre se deu para atendimento de fins externos à região, na busca de capitalização, da transformação dos recursos naturais em recursos financeiros, para atender aqueles que a dominavam. No lastro dessa cobiça, as formas de uso tradicionais e ecologicamente equilibradas dos recursos, por parte das populações locais, foram ignoradas, bem como seus saberes. Assim, foram espoliados os povos que aqui já viviam bem antes da chegada do colonizador e os que aqui foram se enraizando a partir do processo de miscigenação que deu origem ao caboclo amazônico, o qual passou a viver e conviver com os recursos oferecidos pela natureza.

A população amazônica em termos mais gerais e, particularmente os ocupantes da região do Baixo Tocantins, historicamente ligados aos seus territórios e recursos dispostos pela natureza, passaram a conciliar sobrevivência e uso equilibrado do que se podia retirar da natureza. Assim, passaram a desenvolver seus próprios sistemas agrários<sup>5</sup> e suas estratégias de sobrevivência condizentes com a capacidade de regeneração dos recursos. Porém, a ocupação mercantil fez surgir novas paisagens às margens das águas que banham essa região, marcando novos usos do território, sem que houvesse o abandono por completo das formas mais tradicionais. Assim, compreende Menezes (2000) quando afirma que:

A paisagem agrária do Vale do Tocantins, como resultante da atividade organizada e das dificuldades ambientais contornadas, advém da dinâmica dos seus sistemas agrários, sendo marcada pela ruptura e continuidade. A integração da Região Amazônica em um mundo de trocas capitalistas desestruturou o sistema agrário estabelecido depois de gerações. Foi relegado o aproveitamento regular e contínuo da floresta que era feito mediante práticas produtivas ecologicamente sustentáveis, estabelecidas a partir de um critério social diferente da lógica mercantil. Nessa diferença da lógica de organização venceu o colonizador que desconsiderou a estruturação de microespaços que identificam a Amazônia, a partir de uma visão holística que considerou a totalidade, confundindo o entendimento de que cada ponto do espaço é particular, resultando no desencadeamento de uma sucessão de procedimentos prejudiciais ao meio ambiente (MENEZES, 2000, p. 118).

A partir dessa intercessão e da convivência entre a ruptura e a continuidade é que Anderson (1991) difere, a partir do ponto de vista ecológico, duas Amazônia: uma tradicional, acessada pelos rios e em cujas várzeas estão solos férteis; e uma outra Amazônia, cujo acesso se dá pelas estradas onde os solos são de terra firme, sendo esta pensada enquanto fronteira. Embora tal divisão da Amazônia não se dê de forma tão dualista como propõe o autor, sem dúvida, quando se pensa uma Amazônia tradicional, o rio e seus habitantes da margem, ainda são uma referência, tendo em vista as atividades tradicionais que muitos ainda praticam.

Quando se reporta às atividades desenvolvidas pela população que vive às margens dos rios, a Amazônia tradicional se faz presente, porém suas atividades nem sempre são voltadas apenas para atender as necessidades de subsistência daqueles que estão envolvidos no processo de produção. Como bem argumentam Anderson (1991) e Menezes (2000), as atividades mais tradicionais voltadas à subsistência, com práticas equilibradas sobre o aspecto ecológico, com forte influência da herança indígena, também conviveram, e ainda convivem, hoje mais que antes, com atividades voltadas para o mercado.

A região do Baixo Tocantins pode ser inserida no contexto dessa Amazônia tradicional, ou podemos também chamá-la de Amazônia da várzea, tendo em vista a sua

---

<sup>5</sup> O termo sistema agrário é empregado para caracterizar, dentro de um espaço, a associação das produções e das técnicas colocadas por uma sociedade em via de satisfazer suas necessidades (MENEZES, 2000).

trajetória e a forma de apropriação e uso dos recursos naturais explorados pela população local, seja para atender as necessidades do mercado, ou mesmo para satisfazer as necessidades internas de subsistência.

Na Amazônia da várzea do Baixo Tocantins, os solos são caracterizados por sua fertilidade natural provocado pelas inundações das águas dos rios. Essas inundações periódicas trazem consequências bastante favoráveis, pois há deposição de sedimentos trazidos pelas águas dos rios que contribui para sua fertilização natural. Além do mais, o regime de marés contribui para que a umidade do solo seja mantida mesmo quando as águas não atingem altura suficiente para encobri-lo. Outro fator favorável aos solos de várzeas da região diz respeito a grande quantidade de rios e igarapés, que contribuem para que haja drenagem dos solos e assim evitando que fiquem encharcados e impróprios às plantações, além de servirem de vias naturais para o transporte do que se está produzindo. É partindo desse conjunto de fatores naturais proporcionado pelas várzeas do Baixo Tocantins que Anderson (1991) afirma que as condições ecológicas favoreceram as plantações de cana-de-açúcar na várzea.

Esse favorecimento natural da várzea fez com que os canaviais crescessem e assim o foi durante o auge da produção canavieira, voltada à produção de aguardente. No contexto atual, esse papel é do açaí, pois sua produção parece conciliar produção voltada para a subsistência, pois é um dos alimentos básico da população dessa região e mesmo do estado do Pará, como um todo, e do mercado, pois a valorização nacional e internacional do açaí tornou-o produto de exportação.

Se hoje as várzeas dos rios que fazem parte da região do baixo Tocantins, onde se localiza o município de Igarapé-Miri, são povoadas por vastidões de açazais, que é a atividade de sustentação econômica de muitas famílias ribeirinhas e contribui de forma significativa para a economia municipal, no passado as margens desses rios tinham outras feições, outras formas de uso.

Do século XVIII até por volta do início da segunda metade do século XX, o que dominava naquelas paragens eram os canaviais que, assim como ocorre hoje para o açaí, era a produção canavieira que movimentava a economia local.

Na obra “De Belém a S. João do Araguaya”, de 1910, que descreve a viagem por estes lugares, Ignacio Baptista de Moura escreveu o que viu e sentiu nas imediações de Igarapé-Miri e Abaetetuba:

Um perfume de baunilha nos vinha suavemente da mata, de um e de outro lado, e um cheiro forte de fermento de canna se fazia sentir, por vezes, dando signal de cannaviaes maduros ou de algum engenho de aguardente em operosa faina. Abaeté e



Igarapé-miry são dois municípios onde a indústria da aguardente tem procurado competir com a que vem de Pernambuco (MOURA, 1910, p. 18).

Os canaviais implantados nas várzeas visavam principalmente o abastecimento dos engenhos que se instalaram na região com matéria-prima para a produção de açúcar e de aguardente, sendo esta última um dos grandes destaques dos engenhos locais. Inicialmente, assim como em outras regiões do País, os engenhos tinham nos escravos sua principal mão de obra, mas com a abolição da escravatura no Brasil, passou a operar com os braços dos caboclos ribeirinhos. Sobre a importância dos engenhos, bem como do cultivo da cana-de-açúcar e da produção de aguardente no Vale do Tocantins, Menezes (1994) comenta:

Os plantios de cana-de-açúcar para produção dos engenhos e engenhocas eram feitos diretamente em terras alagadas. Este sistema de cultivo no vale do Amazonas diferia do restante do Brasil e o açúcar e as aguardentes eram feitas por temporadas. Uma explicação é que o cultivo dos canaviais era praticado nas margens dos rios, permitindo a colheita somente no tempo das vazantes. A duração média dos canaviais, entre 5 a 7 anos, tinha em contrapartida, os custos de produção reduzidos. O transporte do produto, considerado um dos itens que mais onerava a produção, permitia que os barcos chegassem próximos dos plantios, sendo a cana colhida e depositada diretamente no transporte, dispensando carregá-la até os engenhos. Os engenhos de açúcar e as engenhocas para fabricação de aguardente eram as atividades preferidas dos que tinham recursos e mão-de-obra, devido serem as atividades de maior rendimento (MENEZES, 1994, p. 73).

O açúcar foi trazido da Ilha da Madeira para o Brasil em 1533 por Martim Afonso de Souza e foi introduzido na capitania de São Vicente. A partir daí, vários engenhos foram surgindo ao longo da costa brasileira até atingir o litoral nordestino. Na Europa, o açúcar era conhecido como “ouro branco” devido ao grande volume de riqueza que gerava.

O Brasil dominou a produção e o comércio de açúcar até o a metade do século XVIII. A partir de então a produção açucareira brasileira entrou em decadência, principalmente em virtude da perda de mercados na Europa. Este fato deu-se principalmente pela concorrência com o açúcar de beterraba produzido na Europa, bem como da concorrência holandesa, que aperfeiçoou os conhecimentos e técnicas sobre o fabrico do açúcar, bem como das plantações de cana-de-açúcar e da instalação de indústria de beneficiamento nas Antilhas.

Durante os séculos XVI e XVII, o açúcar foi a base de sustentação da economia e da colonização do Brasil, a partir da instalação das *plantatios* destinadas ao cultivo da cana-de-açúcar. Embora os engenhos açucareiros tenham se concentrados principalmente no litoral, também houve grandes plantações de canaviais mais ao interior do território, inclusive no espaço que hoje é o estado do Pará.

Segundo Homma (2001) e Garcia (2011), os primeiros engenhos no Pará foram estabelecidos pelos holandeses antes mesmo de 1600, e o primeiro engenho português

começou a funcionar entre 1616 e 1618. A ação portuguesa visava a ampliação dessa atividade, já bastante desenvolvida no litoral, e também a ocupação do espaço amazônico, ainda pouco povoado.

Mesmo antes da fundação da cidade de Belém, em 1616, há evidências de que os ingleses e holandeses tiveram interesse no cultivo da cana-de-açúcar na foz do rio Amazonas, para fabricação de açúcar, então tido como produto nobre. Em 1596, algumas feitorias inglesas e holandesas foram instaladas na Amazônia. Há indicações de que foram os holandeses os introdutores do cultivo da cana-de-açúcar na Amazônia (HOMMA, 2001, p. 2).

Neste período, um dos engenhos que mais se destacou foi o Murutucu, que se localiza à margem direita do rio Guamá. Este engenho marca a fase áurea da produção da cana-de-açúcar no Pará “A construção, em 1711, da Capela do Engenho Murutucu, dedicada à Nossa Senhora da Conceição, que seria reformada em 1762 pelo arquiteto Antônio José Landi, testemunha a importância e a opulência da agroindústria do açúcar no Pará colonial” (HOMMA, 2001, p. 2).

Por mais de dois séculos houve grande disponibilidade de aguardente produzida em engenhos de Igarapé-Miri e Abaetetuba, tendo como matéria-prima a cana-de-açúcar plantada nas várzeas. Lobato (2007) afirma que foram os pernambucanos que disseminaram o plantio de cana-de-açúcar na Província do Grão Pará, e pondera que estas plantações chegaram a partir de 1700, com a introdução de mudas trazidas por um homem que atendia pelo apelido de Pernambuco. Inicialmente, essas mudas foram plantadas às margens do rio Anapú e, em 1712, houve a expansão para as bordas do rio Panacauera, no Baixo Tocantins.

Assim, os engenhos ou engenhocas como eram conhecidos começaram a surgir às margens dos rios da região do Baixo Tocantins de forma, inicialmente, muito precária e grosseira. As moendas eram de madeiras e movidas por braços humanos ou à tração animal.

Engenhos e engenhocas dos municípios de Igarapé-Miri e Abaetetuba, embora modestamente equipados, utilizavam mão de obra barata e produção açucareira de boa qualidade aliada à crescente venda em áreas ribeirinhas da região amazônica, propiciaram a obtenção de bons rendimentos econômicos, possibilitando aos proprietários fazerem investimentos na aquisição de caldeiras, moendas e alambiques modernos vindos até mesmo da Inglaterra (GARCIA, 2011, p. 40).

Compreende-se então que, embora já se explorasse economicamente essa região com a retirada das chamadas drogas do sertão, o primeiro grande uso do território onde hoje se encontra o município de Igarapé-Miri, estava ligado à produção canavieira e aos engenhos, cuja produção de açúcar e principalmente da cachaça era destaque. Essa forma de uso,

baseada nos engenhos, perdurou até o terceiro quartel do século XX. A partir de então, houve a derrocada e falência dessas atividades.

Em Igarapé-Miri, ainda é possível ver impresso em suas paisagens a memória desses engenhos às margens do rio Meruú Açú. Mas, os canaviais já não mais se fazem presente, pelo menos na intensidade de outrora. O que se vê na atualidade nas bordas dos rios que cortam essa região são os açazais, em cuja cultura, na atualidade, em grande parte se apoia a sobrevivência da população local, sendo também um dos elementos mais importante para a economia do município.

Inicialmente, as atividades econômicas da região usavam mão de obra indígena, tendo como base a coleta das drogas do sertão. Devido às constantes fugas e defesa pela liberdade indígena encampada pelos missionários, houve as condições que justificaram a importação de escravos africanos. No Pará, segundo Garcia (2011), os negros foram destinados para o trabalho nos canaviais e para as lavouras de arroz e algodão.

Devido a importância econômica da cultura da cana-de-açúcar, houve uma significativa concentração de escravos voltados aos trabalhos nos engenhos em Igarapé-Miri. Com o fim da escravidão, em 1888, os engenhos passaram a utilizar principalmente a mão de obra dos caboclos ribeirinhos locais. É bom salientar que o processo de miscigenação entre o colonizador europeu e os nativos (índios) já consolidava o surgimento do caboclo ribeirinho, o que favoreceu o enraizamento do cultivo da cana-de-açúcar afirmada por sua importância econômica (GARCIA, 2011).

Por mais de dois séculos, o uso do território em Igarapé-Miri se deu tendo como atividade principal a produção canavieira, que modelou a paisagem e a sociedade locais com as características típicas dessa forma de produção. Os canaviais e os engenhos, que produziam principalmente aguardente, se tornaram marcantes na paisagem.

No processo de produção da aguardente, os principais atores envolvidos eram os canavialistas encarregados da produção de cana-de-açúcar e os engenheiros, que eram os donos dos engenhos. A relação entre engenheiros e canavialistas se dava pela compra da produção destes por aqueles, ou ainda, por meio do “aviamento” para que o canavialista iniciasse o plantio, esse se comprometendo a entregar toda a produção quando fosse solicitada. Segundo Anderson (1991), o “aviamento” não era feito em dinheiro, mas em produtos necessários ao início da produção. Tais produtos eram adquiridos no comércio do próprio engenho.

Este mesmo autor também afirma que nem todos os canavialistas eram donos da terra onde produziam, pois comumente arrendavam áreas de terceiros para iniciar uma produção.

Em troca, pagava-se um terço do valor recebido pela venda da cana para os engenheiros. Esta relação era favorável aos donos de terras, pois assim estas não ficavam ociosas e se livravam de possíveis ameaças de posseiros. Os agricultores que não possuíam terras suficientes, ou mesmo recursos para iniciar a produção, e nem conseguiam o aviamento, eram transformados em diaristas contratados pelos canavialistas para o preparo, o plantio e a colheita da cana.

O transporte da cana-de-açúcar era feito pelos rios e igarapés nos batelões<sup>6</sup> até os engenhos. A mercadoria era comercializada usando como medida a frasqueira<sup>7</sup>. Cada frasqueira de cana era composta por dez lotes contendo cem pedaços de mais ou menos 80 cm de cana. É interessante notar que na relação comercial entre o engenheiro e o canavialista, o dono do engenho tinha direito a metade de cada frasqueira de cana-de-açúcar, convertida em aguardente, que corresponderia a 24 litros. Também descontava-se o valor dos produtos fornecidos pelos engenheiros para que o canavialista iniciasse a sua produção.

Deste modo, para cada *frasqueira de cana* entregue ao engenho, o canavialista recebia meia *frasqueira de aguardente*, a metade de seu rendimento, usualmente paga em produto. Desta renda bruta era descontado o valor dos produtos aviados pelo engenheiro e, se fosse o caso, o terço a ser pago diretamente ao dono da terra. Assim, era garantida aos canavialistas, e indiretamente aos diaristas e aos proprietários da terra, a participação na metade do produto final da agroindústria (ANDERSON, 1991, p. 108).

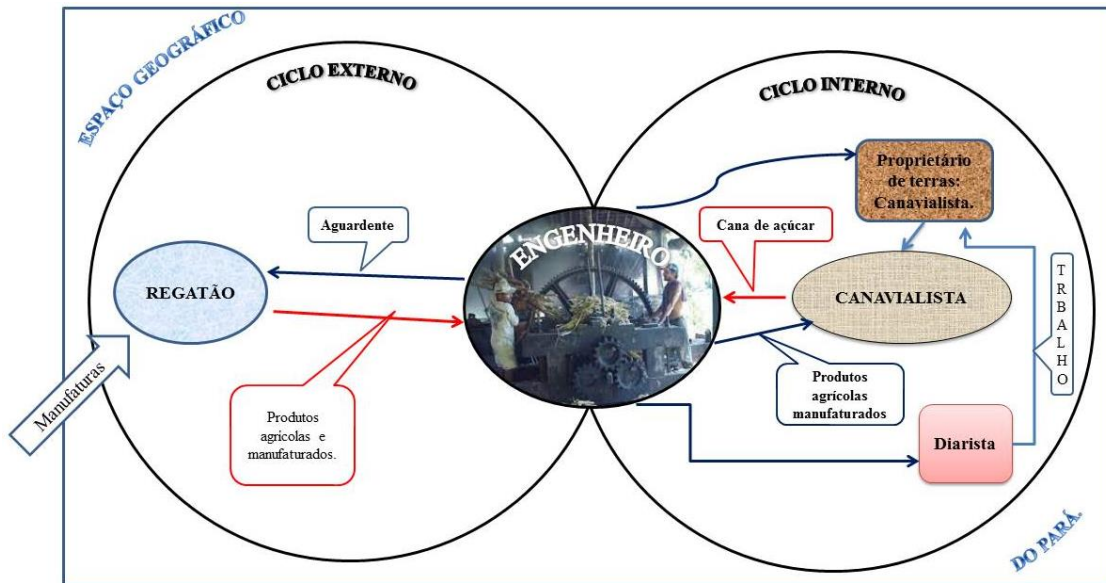
Havia uma relação de dependência mútua entre os agentes envolvidos no processo de produção da cana-de-açúcar, de seu transporte, de seu beneficiamento e da comercialização da aguardente. Desta relação de dependência mútua, segundo Anderson (1991), surgem dois ciclos de trocas que moviam o sistema: o ciclo externo e o ciclo interno, ambos tendo como intermediários os engenheiros. O primeiro, consistia em trocar a aguardente com os regatões por produtos agrícolas ou manufaturados. No segundo, o engenheiro aviava os canavialistas e seus diaristas com os produtos conseguidos junto aos regatões, em troca, recebiam a matéria-prima para produção de aguardente (figura 2).

---

<sup>6</sup> Batelões: embarcação com pequeno calado, de fundo chato. Utilizadas para operação próxima às margens e em águas rasas de rios, lagos e lagoas.

<sup>7</sup> Na região, frasqueira de cana era a unidade de medida para fins de transação comercial entre o canavialista e o engenheiro.

Figura 2: Ciclos da produção aguardenteira



Fonte: Baseado em Anderson (1991, organizado pelo autor).

Embora o uso principal se desse via produção canvieira, outras formas de uso e aproveitamento dos recursos naturais também se davam paralelamente, porém sem grande expressão econômica, como a caça, a pesca, as pequenas plantações, a produção de farinha e o extrativismo vegetal (madeira, frutos, ervas, etc.). A população local sempre desenvolveu atividades e estratégias de sobrevivência ligada às potencialidades naturais e uso dos recursos, conciliando assim uso mercantil e uso para sobrevivência.

O ápice das atividades canvieiras impulsionou e atraiu para região outras atividades e a produção de outros gêneros de produtos comerciais.

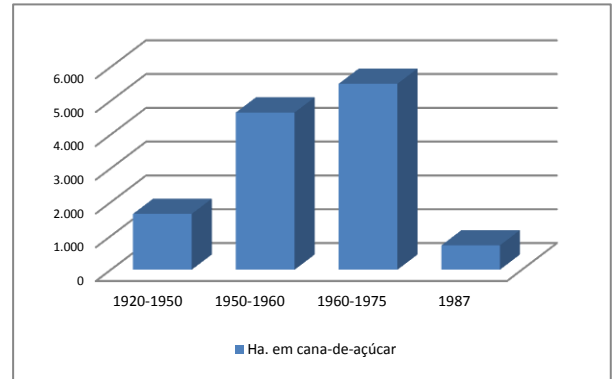
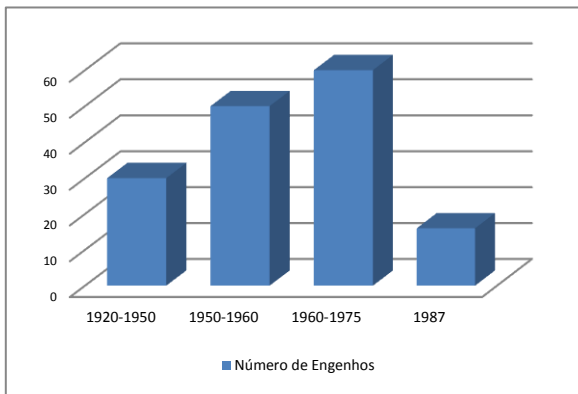
Durante a fase do ápice da economia canvieira nos municípios de Abaetetuba e Igarapé-Miri, no rastro dos engenhos de açúcar, aguardente e rapadura, vinham uma série de outras atividades produtivas como fábricas de refrigerantes, vinagre, torrefação de café, olarias e serrarias (GARCIA, 2011, p. 50).

O auge da produção do sistema agroindustrial canvieiro se deu entre 1960 e 1975 (ver gráficos 1, 2 e 3) em razão da grande demanda por aguardente. Esta fase da produção foi em grande parte impulsionada pelo avanço dos meios de transportes aquáticos que passaram dos barcos à vela aos movidos a motores a diesel, fazendo com que houvesse uma ampliação das vendas da aguardente, pois aumentou o raio das atividades dos regatões e logo houve maior demanda pelo produto, como bem afirmam Anderson (1991) e Garcia (2011).

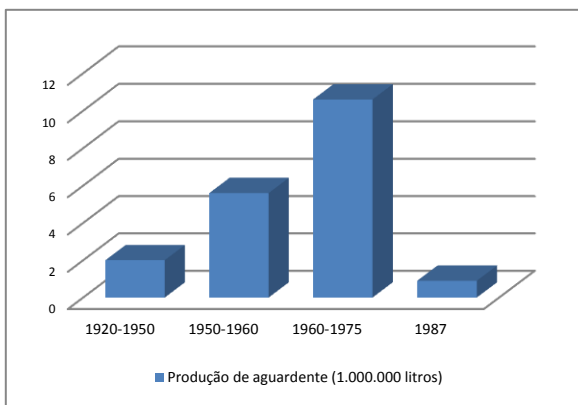
O sistema agroindustrial aguardenteiro, além de ter sido o principal elemento da economia dos municípios de Igarapé-Miri e Abaetetuba no período do seu auge, também fixou uma grande parcela da população ao meio rural, pois foi o grande gerador de empregos,

que estavam ligados tanto aos engenhos, como à atividade agrícola dos plantadores de cana-de-açúcar. A decadência do sistema, além de gerar um colapso na economia local, representou uma queda significativa dos empregos (ver gráfico 4<sup>8</sup>), tendo como consequência o êxodo rural.

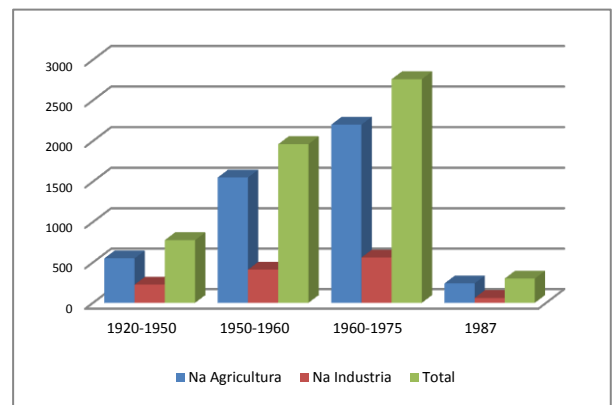
**Gráfico 1: Número de Engenhos da Agroindústria** **Gráfico 2: Hectares plantados com cana-de-açúcar nos**  
**Aguardenteira nos Municípios de Igarapé-Miri e** **Municípios de Igarapé-Miri e Abaetetuba-PA**  
**Abaetetuba-PA**



**Gráfico 3: Produção de aguardente (1.000.000 litros) nos**  
**Municípios de Igarapé-Miri e Abaetetuba-PA**



**Gráfico 4: Empregos Gerados pela Agroindústria**  
**Aguardenteira nos Municípios de Igarapé-Miri e**  
**Abaetetuba-PA**



Fonte: Baseado em Anderson (1991) e organizado pelo autor.

Na década de 1980 do século XX, a decadência do sistema agroindustrial canavieiro voltado à produção de aguardente se deu de forma significativa, anunciando assim o fim deste sistema produtivo. Sua decadência pode ser atribuída a vários motivos, entre eles a manutenção de um modelo administrativo e produtivo arcaico, a abertura de estradas, trazendo com elas a concorrência com os produtos de fora da região e que possuíam preços

<sup>8</sup> Os dados ora apresentados fazem referência conjunta aos municípios de Igarapé-Miri e Abaetetuba de forma consorciada, muito embora a ênfase do trabalho seja somente ao município de Igarapé-Miri.

mais atrativos e qualidade superior, falta de cumprimento das normas de higiene, decadência das relações patriarcais e assistencialista que ligava empregados e empregadores, principalmente a partir da consolidação das leis trabalhistas, o êxodo rural em parte incentivado pelos melhoramentos urbanos das cidades como instalações elétricas, serviços de telefonia e televisão, além de maior acesso à saúde e educação. Assim, procedeu-se significativa diferença entre o modo de vida daqueles que viviam nos centros urbanos e dos que viviam nas áreas ribeirinhas, cujos elementos da modernidade ainda eram uma realidade muito distante.

Os impactos das estradas e dos investimentos do governo na então chamada fronteira amazônica, para integrá-la e incorporá-la ao capital nacional e internacional a partir da década de 1960, se fizeram presentes de forma avassaladora sobre os canaviais e os engenhos, ferindo mortalmente o sistema agroindustrial das áreas de várzeas da região do Baixo Tocantins, pois não foram capazes de concorrer com o produto vindo de outras regiões.

Assim, os engenhos foram deixando de operar e muitos de seus trabalhadores, além dos que possuíam plantações de cana-de-açúcar, buscaram alternativas de sobrevivência como a extração de madeira ou palmito e as pequenas agriculturas na várzea para prover, mormente, o sustento da família. Outros se dedicaram ao extrativismo da borracha, ucuuba e outras sementes; uns foram cultivar cacau cujo preço já não era tão atrativo e ainda alguns se dedicaram à produção artesanal de cestarias vendidos aos regatões a preços muito baixo. Com todas essas adversidades, uma das principais consequências para a região ribeirinha foi o êxodo rural:

Do ponto de vista social, a decadência da indústria aguardenteira provocou o êxodo rural, forçando o caboclo a migrar para a sede do município ou a capital do estado, em busca de melhores condições de vida, fato que mudou totalmente a condição do caboclo que vivia tranquilo com seu trabalho ou com sua pequena plantação de cana. Sem formação técnica, nem intelectual, não conseguia um emprego digno e acabou desenvolvendo trabalho braçal, com minguada remuneração, que não lhe permitia moradia condizente, nem alimentação e educação para sua numerosa prole. Desse modo a tendência foi a marginalização e invasões de áreas na periferia das cidades (GARCIA, 2011, p. 72).

A necessidade de sobrevivência dos ribeirinhos que ainda se faziam presente nas várzeas os levou a explorar de forma ainda mais intensa os recursos naturais, seja por meio da caça e da pesca, principalmente a do camarão, ou pela exploração de outros recursos disponíveis. Muitos açais nativos foram derrubados para a comercialização do palmito com as fábricas que já se instalavam naquela região. Vemos então uma transformação brusca do uso do território, antes com o cultivo da cana-de-açúcar e posteriormente pela exploração desordenada dos açais para a extração do palmito.

## 2.4. Antes do açaí, o palmito

A derrocada do sistema agroindustrial aguardenteiro fez ruir toda a estrutura econômica e a organização social nas quais se sustentava um grande número de famílias ribeirinhas do Baixo Tocantins. Aqueles que não buscaram alternativas nas cidades, procuraram formas de sobrevivência no próprio local, principalmente em atividades ligadas à exploração de elementos oferecidos pela própria natureza. Assim, o extrativismo, que sempre esteve presente na vida dos ribeirinhos, passou a ser o principal meio de sobrevivência, juntamente com as pequenas criações e roçados.

O contexto de decadência da agroindústria aguardenteira coincide com o declínio da produção de palmito do Centro-Sul do Brasil, até então a região que mais produzia e exportava palmitos em conservas. A produção era inteiramente retirada das grandes reservas de *Euterpe edulis* Mart., palmeira bastante abundante nas áreas de Mata Atlântica.

O palmito é encontrado na parte mais extrema da estirpe das palmeiras, na parte denominada gema apical, que também é responsável pelo desenvolvimento da planta. O palmito possui formato cilíndrico e cor branca, sendo envolvido pela bainha das folhas, ou seja, o palmito nada mais é do que as folhas em formação encontradas na parte apical das palmeiras. Neste estágio é macio e pouco fibroso. Quando se extrai palmito, isso implica na morte da planta, pois seu meristema apical<sup>9</sup> é eliminado.

O uso do palmito como alimento tem origem indígena, e sua utilização sempre foi feita como complementar à dieta alimentar na região. Segundo Mourão (1999), ainda no século XVI, os europeus já registravam o uso do palmito desde os primeiros contatos entre índios e colonizadores, sendo que o consumo se intensificava à medida que ocorria escassez de outros alimentos.

O consumo do palmito passou a ganhar dimensões maiores a partir de seu processo de industrialização, datado do início do século XX, no estado do Paraná. A palmeira utilizada para sua extração era a *Euterpe edulis* Mart., conhecida popularmente pelo nome de jussara. Essa palmeira possui apenas uma estirpe, ou seja, não perfilha e nem forma touceiras como acontece com a *Euterpe olerace* Mart. (açaizeiro). Originalmente a jussara era encontrada em toda a Mata Atlântica. Rosetti (1988) aponta que no período entre 1949 e 1959 o Brasil produziu 149 toneladas de palmitos, exclusivamente no estado do Paraná. (tabela 1)

---

<sup>9</sup> É o tecido responsável pelo crescimento horizontal, ou seja, pelo alongamento das plantas.



**Tabela 1: Número de produtores de palmito em conserva no Brasil e no Paraná (1949 - 1959)**

Ano	Número de Produtores		Participação do estado do Paraná em relação ao Brasil (%)
	Brasil	Paraná	
1949	2	2	100
1959	95	95	100

Fonte: adaptado de Rosetti (1988).

A partir de 1950, segundo Pollak, Mattos e Hhl (1996), o Brasil introduz o palmito no mercado internacional. Assim, desde meados da década de 1960 outros estados do Centro-Sul, como São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul passaram a produzir o palmito em conserva, aumentando de forma significativa a pressão sobre esse recurso.

Mais unidades de produção industrial, aliadas à ampliação do mercado, levaram conseqüentemente ao maior consumo. Esta alavancada da demanda, para muitos ambientalistas, gerou preocupações com a capacidade de recomposição dos estoques naturais da *Euterpe edulis* Mart., os quais seriam, nesse ritmo, inevitavelmente comprometidos, como de fato ocorreu (ROSETTI, 1988). Assim, no decorrer da década de 1960 grandes extensões de jussara foram dizimadas, colocando em xeque a indústria de conserva de palmito no Centro-Sul (OHASHI e KAGEYAMA, 2004).

Também, neste período houve grandes manifestações de movimentos sociais e ambientais contra a avassaladora exploração desse recurso bem como a necessidade da conservação da espécie, já bastante ameaçada. Como resultado da pressão exercida pela opinião pública, criou-se uma regulamentação sobre o corte das palmeiras, bem como a obrigação de reposição das espécies a partir da elaboração de projetos de reflorestamento. Sobre esses imperativos foram postos limites à produção do palmito no Sul e Sudeste do Brasil.

Os limites à produção do palmito em conserva no Sul e Sudeste do Brasil foram de duas naturezas: as características ecológicas da palmeira e a jurídica. Esta resultante das ações dos movimentos sociais que formam uma opinião pública contra o corte indiscriminado das palmeiras, assim como a necessidade de conservação da espécie através do plantio (MOURÃO, 1999, p. 234-235).

A Partir da década de 1970, gradativamente o estado do Paraná vai perdendo importância na produção do palmito (tabela 2), bem como os outros estados produtores da região Centro-Sul do Brasil. Isso em grande parte devido à exploração irracional e predatória

do recurso e a, já mencionada, pressão exercida pela opinião pública sobre o impacto gerado pela agroindústria do palmito nos estoques naturais da planta.

**Tabela 2: Número de produtores de palmito em conserva no Brasil e no Paraná (1970 a 1980)**

Ano	Número de Produtores		Participação do estado do Paraná em relação ao Brasil (%)
	Brasil	Paraná	
1970	1.163	196	16,8
1974	66	10	15,1
1977	81	5	6
1979	76	7	9,2
1980	260	4	1,5

Fonte: adaptado de Rosetti (1988).

É nesse panorama de decadência da indústria de palmito da região Centro-Sul do Brasil que Rodrigues e Durigan (2007) observam um grande rearranjo dessa atividade, com o fechamento de indústrias dessa região e a transferência de empresas para o estado do Pará. Moraes (1991), citado por Rodrigues e Durigan (2007), afirma que em 1968 têm-se o primeiro registro da agroindústria do palmito no Pará. Atualmente, de acordo com os dados do PEVS-IBGE (2012), o Brasil produz cerca de 4.787 toneladas de palmito, sendo que o Pará sozinho responde por 4.643 toneladas, ou seja, este estado domina quase que totalmente a produção.

Diferentemente dos estados do Centro-Sul, o Pará produz palmito a partir da *Euterpe oleracea* Mat., popularmente conhecido como açazeiro, que diferentemente da *Euterpe edulis* Mart, o açazeiro perfilha e existe em grande quantidade no estuário da bacia amazônica, com destaque para a região da Ilha do Marajó e do Baixo Tocantins.

Ohashi e Kageyama (2004); Silva e Almeida (2004) ponderam que pelo fato da *Euterpe oleracea* Mat. perfilhar e se houver uma utilização racional, o risco de sua extinção se torna pequeno. Porém, se a exploração se der de forma predatória, como aconteceu, nos anos de 1960 no estado do Pará, as complicações ambientais e os riscos de esgotamento do recurso são sem dúvida uma questão de tempo.

## **2.5. Fatores que impulsionaram a exploração do palmito no Baixo Tocantins**

A exploração dos açazais para a retirada do palmito passou a acontecer de maneira mais intensiva no estado do Pará principalmente a partir da década de 1970 (HOMMA et al, 2006). Antes disso, a principal forma de aproveitamento da *Euterpe oleracea* Mat. era pelo fruto (açai) consumido localmente, pois sempre fez parte da dieta alimentar dos ribeirinhos do

estuário amazônico e dos moradores dos centros urbanos locais, para onde era comercializada a maior parte da produção. O palmito, até então, era utilizado tão somente como complemento alimentar.

O palmito, retirado do ápice da palmeira, era um componente de pratos especiais e era pouco consumido na região, mas desde o início de sua extração e manufatura adquirira sentidos e significados econômicos, em especial para a exportação.

A divulgação feita pelas instituições públicas e privadas sobre as quantidades de palmeiras existentes na Amazônia e as possibilidades de sua apropriação pelos industriais do Sudeste foi objeto de diversas peças de propagandas, cursos, oficinas e projetos que resultaram em programas de incentivos financeiros e fiscais dos estados do Norte, associados ao Governo Federal, principalmente pelo estado do Pará.

A partir de 1970, a extração, manufatura e exportação de palmito dos açaiçais nortistas ganharam evidência nas estatísticas regionais. O extremo Norte do Brasil passou a ser alardeado como o principal e maior produtor e exportador de palmito do Brasil e do planeta (MOURÃO, 2010, p. 77).

Na região do Baixo Tocantins, podemos atribuir a expansão da exploração do palmito a fatores externos e internos. Os fatores externos estão ligados à decadência da produção palmiteira nos estados do Centro-Sul, como já foi mencionado; já os fatores internos podem ser atribuídos às condições ecológicas e também à conjuntura socioeconômica pela qual passava a região.

Em primeiro lugar estão as condições naturais da região, povoada por grandes extensões de açaiçais nativos, que crescem de maneira abundante e rápida, apresentando touceiras que constantemente estão produzindo brotos e que geram novas árvores de forma espontânea. Aliado a estes fatores naturais tem-se seu o fácil manejo, a boa qualidade do palmito oferecido por esse tipo de palmeira e um mercado consumidor já constituído dentro e fora do País.

Também havia facilidades para a obtenção de incentivos fiscais preconizados e assegurados pelos planos de desenvolvimento da Amazônia. Isso se confirmaria com a realização, em 1972, em Belém do II Curso Nacional de Elaboração e Avaliação de Projetos, patrocinado pela OEA, com a finalidade de elaborar e executar o “Projeto Palmito de Açai Ltda.” cujos objetivos eram analisar a viabilidade de implantação de uma empresa para enlatar palmito de açai, comercializar frutos de açai e pesquisar a viabilidade de processo para a industrialização do suco extraído do açai para consumo a longo prazo. Porém, mesmo enfocando o açai, todo projeto foi direcionado para a produção de palmito em conserva (MOURÃO, 1999).

Estas condições foram determinantes para que muitas indústrias se deslocassem para o estado e iniciassem o processo de exploração dos açazais nativos da região, tendo como mão de obra principal os extratores locais.

A conjuntura socioeconômica desfavorável pela qual passava a região do Baixo Tocantins, em decorrência da decadência da agroindústria aguardenteira que ocupava boa parte da mão de obra local e era a principal geradora de renda para de muitos municípios, como Igarapé-Miri, também foi fator decisivo para que muitos, que antes se ocupavam dos engenhos, canaviais, regatões, ou mesmo os diaristas envolvidos na cadeia produtiva da aguardente, passassem a ver a exploração do palmito como uma alternativa de sobrevivência.

Essa alternativa de sobrevivência, no entanto vai conflitar com a forma tradicional de uso do recurso, pois secularmente o fruto do açazeiro, o açáí, foi sempre o elemento principal, de consumo e de comercialização. Esta forma de uso garantia a sobrevivência dos açazais, tendo em vista que as árvores permaneciam de pé o que garantia uma nova colheita na safra seguinte, possibilitando a sobrevivência da espécie. No caso da extração do palmito, a árvore tem seu aproveitamento uma única vez.

O açáí em si, nunca foi apenas parte da alimentação e da possibilidade de geração de recurso financeiro. A relação dos ribeirinhos com esse fruto ia muito além e adentrava o imaginário da população traduzido em cantigas, lendas, danças, ou seja, o açáí sempre foi um elemento que compõe a cultura local, um elo entre o tangível e o intangível, o imaterial.

O açáí sempre foi base de sustentação econômica e também de segurança alimentar para famílias ribeirinhas de baixa renda do estado do Pará, mas a exploração desenfreada dos açazais para a extração do palmito ameaçou não somente o estoque natural da planta, provocando grandes mudanças nas paisagens naturais e conseqüentemente danos ambientais, como também ameaçou um dos elementos básico da sustentação econômica e alimentar de uma população já tradicionalmente enraizada às margens dos rios do estado do Pará.

(...) com a escassez da matéria-prima devido ao esgotamento das populações de palmito (*Euterpe edulis*) nas regiões Sul e Sudeste, houve transferência das fábricas de conserva de palmito destas regiões para a região Norte do País, havendo exploração desenfreada do açazeiro, trazendo problemas de abastecimento do fruto para consumo, o que afetou principalmente as famílias de baixa renda. Devido à exploração excessiva e à falta de manejo adequado do açazeiro nas matas naturais, com o tempo às próprias fábricas de palmito em conserva foram afetadas, tendo se deslocado para novas áreas para obtenção de matéria-prima (OHASHI e KAGEYAMA, 2004, p. 12).

O impacto então, dessa nova forma de exploração, completamente desligada da forma mais tradicional, que visava o atendimento de uma lógica tão somente mercadológica e alheia

ao lugar, fez-se sentir com grandes transformações nas formas de uso do território e na própria territorialidade dos atores que se envolveram neste “novo” processo produtivo.

Os extratores passaram a cortar o mais rápido possível as palmeiras de açaí, sem que houvesse tempo para que a árvore crescesse e atingisse o tamanho ideal para o corte, sem também que houvesse a possibilidade de aproveitamento contínuo de seu fruto, seja para o consumo, ou mesmo para o comércio, como historicamente se fazia.

Assim como aconteceu com as palmeiras do Centro-Sul, exploradas até a exaustão do recurso, os açazais também passaram a ser ameaçados por essa lógica exploratória. Por isso, a legislação brasileira também passa a se estender aos açazais da região, com a assinatura pelo então presidente Ernesto Geisel, da Lei nº 6.576/1978, que proibia a derrubada de açazais. Porém, tal medida não obteve êxito, dada a falta de fiscalização (HOMMA et al., 2006). Segundo este mesmo autor, somente com a valorização do açaí no mercado, que gerou maior demanda pelo fruto, foi possível diminuir os impactos provocados pelas derrubadas de açazais para a extração do palmito. Houve maior concentração na coleta e na venda dos frutos, o que provocou um significativo efeito positivo, tanto econômico quanto ecológico, pois houve maior conservação dos açazais.

## **2.6. O açaí e o espaço ribeirinho de Igarapé-Miri**

### *2.6.1. Aspectos gerais do açaí*

A região amazônica se destaca no cenário internacional por ser a maior concentradora de biodiversidade do planeta, gerando preocupações e ambições quanto ao aproveitamento e a utilização de seus recursos, muitos ainda nem conhecidos. Embora seja ambicionada por muitos laboratórios e cientistas internacionais, a região se apresenta como fonte de recursos para a sobrevivência de uma população tradicionalmente enraizada em seu espaço, a qual historicamente utiliza o que a região lhes põe a disposição na forma de fontes alimentar e de renda.

Assim, no ambiente amazônico, além da diversidade natural, há também uma multiplicidade populacional e cultural. Nesses ambientes mais tradicionais da região o uso dos recursos naturais é indispensável para a sobrevivência, não só material, como também cultural da região. Isso porque em grande parte dos elementos aproveitados pelos moradores há sempre a construção de um imaginário, um elo entre o tangível e o intangível, como o é com algumas palmeiras que compõem a diversidade florística das matas de várzeas da região. O açazeiro é uma das palmeiras mais conhecidas do espaço amazônico e se destaca nas

paisagens das margens de muitos rios amazônicos cujo fruto alimenta o corpo e também a cultura local.

Um dos principais usos que se fazem do açaí é o consumo de seu “vinho” ou suco que nos últimos anos passou a ser utilizado também como bebida energética em outras regiões do País, aumentando assim a demanda e a pressão sobre esse recurso amazônico.

As palmeiras de açaí são nativas da região amazônica, pois o açaí ocorre em solos de várzeas e igapós, compondo ecossistemas de floresta natural. Os açaizais se destacam entre os diversos recursos vegetais pela sua abundância, sendo o estado do Pará o principal centro de dispersão dessa palmeira.

O açaizeiro caracteriza-se por apresentar estipe bastante fina, podendo atingir até 25 m de altura. Dependendo da espécie, os estipes podem se apresentar na forma de touceiras ou individualizadas. Suas folhas são grandes e recortadas em tiras, apresentam uma coloração verde-escura e podem chegar facilmente a 3 m de comprimento.

Os frutos do açaizeiro (açaí) são agrupados em grandes cachos, cuja coloração é verde na fase de amadurecimento e violeta, quase negra, quando estão maduros. Este tipo de açaí, segundo Calzavara (1972), é popularmente conhecido como “açaí roxo” que é a variedade regional predominante. É também chamado de açaí preto, em decorrência de sua aparência quando maduro, a partir do qual se obtém um suco, ou “vinho” como é chamado por populares ribeirinhos, que apresenta uma coloração “cor de vinho”.

Calzavara (1972) também destaca o açaí branco, assim denominado em decorrência de seu fruto apresentar uma cor verde-escuro brilhante quando maduro cujo “vinho” apresenta-se em cor creme claro.

O fruto tem uma forma arredondada, sua polpa é comestível e seus caroços duros são aproveitados de várias formas, desde o aterramento de quintais, até a produção de artesanato. Sua produção se dá em boa parte do ano, porém nos meses de julho a dezembro ocorre sua safra, onde a produção é mais abundante.

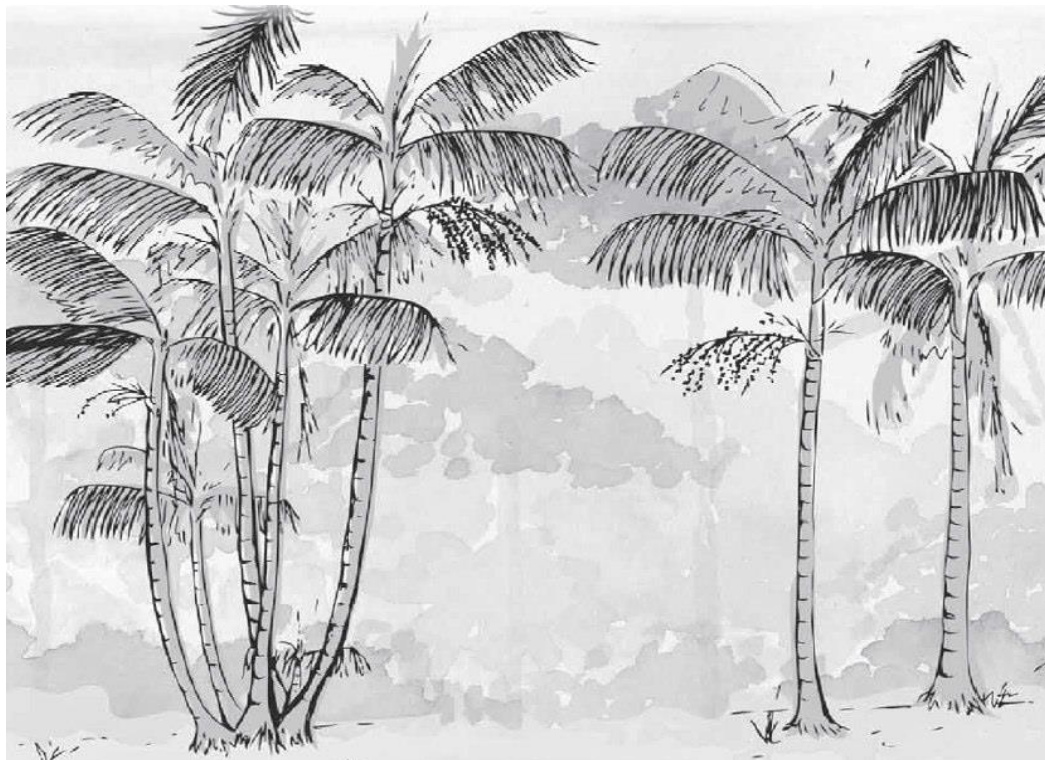
Para alimentação e comercialização, além do aproveitamento do fruto, do açaí, também se extrai do açaizeiro o palmito dado o seu valor econômico. O palmito está localizado na copa da árvore. Ele é a gema apical, a qual se encontra envolvida pela bainha das folhas do açaizeiro. É um produto muito utilizado na composição de saladas na culinária local, porém grande parte de sua produção destina-se à exportação (BENTES-GAMA et al., 2005).

Embora o estado do Pará seja o grande concentrador de açaizais nativos, há ocorrências em outros estados brasileiros que estão inseridos no domínio amazônico, bem

como em outros países da América do Sul e Central. Na região do estuário do Rio Amazonas se encontram as maiores e mais densas populações naturais dessa palmeira (EMBRAPA, 2006). No estado do Pará, há grandes concentrações de açazais nativos manejados, principalmente no estuário dos rios Tocantins e Ilha do Marajó.

Pode-se verificar a existência de pelo menos sete tipos ou variedades de açáí no Pará. Porém, destacam-se a espécie *Euterpe oleracea* e a *Euterpe precatória* (ver imagem 1), a primeira conhecida popularmente como açáí-de-touceira, que se caracteriza por múltiplos caules, ocorrendo principalmente nas áreas de várzeas de vários rios da Amazônia Oriental, Amapá, Maranhão, Tocantins e Pará, com destaque para a maior presença neste último. Já a outra espécie (*Euterpe precatória*), é conhecida como açáí solteiro, por apresentar apenas um estipe que não perfilha, ocorrendo principalmente em áreas de terra firme ou nas várzeas de alguns rios da Amazônia Ocidental, com destaque para os estados do Acre, Amazonas e Rondônia, segundo informações da Conab (2013).

**Figura 3: Diferenças entre as espécies de Açáí**



Fonte: Conab (2013).

A *Euterpe oleracea* Mat. é, no Pará, a espécie comercial mais conhecida. Por isso é também chamada de açáí-do-pará, sendo nativa da Amazônia Oriental. É facilmente encontrada ao longo dos rios, furos e igarapés da foz do rio Amazonas, com destaque para a Ilha de Marajó e o Baixo Tocantins. Desde o segundo ano de idade, o açazeiro começa a

perfilhar e permite, nesta fase, a exploração de suas populações nativas para a produção de palmito e fruto. (BENTES-GAMA et al., 2005).

### 2.6.2. O espaço do açaí

O açaizeiro é encontrado em ambientes que ofereçam as condições necessárias para o seu desenvolvimento, tais como características tropicais de temperatura, precipitação e umidade significativas (temperatura média anual acima de 26°C, umidade relativa do ar entre 71% e 91%, e precipitação acima de 1.600 mm por ano). Pode se desenvolver espontaneamente ou ser cultivado. É por isso que os açaizais tendem a se concentrar nas áreas de solo inundáveis, ou seja, nas áreas de várzeas dos grandes rios e seus afluentes, tais quais, igarapés e pequenos furos.

As inundações periódicas criam um ambiente bastante propício ao desenvolvimento dos açaizais:

Este fenômeno resulta de forças de atração que o sol e a lua exercem sobre a massa líquida da Terra, ocasionando, assim, oscilações periódicas do nível da água dos oceanos, até certo ponto bastante regulares. Estas variações são denominadas fluxo e refluxo, ou como referenciado na linguagem dominante local, de enchente e vazante. A enchente consiste na elevação gradual do nível d'água, que demora um período de 6 horas e 12 minutos, até atingir sua cota máxima, sendo denominada "preamar". Neste ponto, permanece por mais ou menos 7 minutos até o início do refluxo. A vazante é, assim, o rebaixamento do nível d'água, igualmente durante um tempo aproximado de 6 horas e 12 minutos, até atingir seu nível mínimo, a "baixamar" (HOMMA et al, 2006, p. 10).

Assim, o estuário amazônico possui todos os elementos naturais condizentes com o desenvolvimento desta planta, daí ser o maior concentrador dos açaizeiros. Outro fator destacado por Mourão (1999) é o solo por onde se espraiam os açaizais existentes na planície amazônica, e que são formados por dois tipos: o latossolo amarelo - profundos, desgastados, bem drenados, permeáveis e excessivamente ácidos, e os latossolos concrecionários - intemperizados, fortemente desgastados e ligeiramente ácidos. Esses solos possuem em comum o fato de possuírem um uso agrícola limitado.

As grandes extensões de cursos d'águas, as áreas alagáveis, o clima e o solo, entre outros fatores naturais, criam um ambiente propício à presença de açaizais, principalmente a espécie *Euterpe oleracea* Mat., no estuário amazônico. Mourão (1999) sintetiza essas condições:

A drenagem do solo é fator importante para o desenvolvimento da planta. Desenvolve-se bem em solos com pH variando de 4,5 a 6,5 e pobres em cálcio. A precipitação pluviométrica é outro fator importante ao seu desenvolvimento. No



estuário, ela é superior a 2.300 mm anuais, apresentando período de estiagem bem definido, um elevado teor de umidade e lençol freático superficial. Pelo fato de o açazeiro apresentar exuberante sistema radicular, que lhe garante preservação da umidade, mesmo em períodos de estiagem prolongada, ele pode ser encontrado em mais de um tipo climático, desde que asseguradas as condições de umidade e claridade solar (MOURÃO, 1999, p. 128).

A limitada fertilidade do solo, que poderia ser um entrave ao desenvolvimento de outras espécies, para o açazeiro é benéfica. Isso porque o açazeiro “não é exigente em solos, cresce mesmo em solos pobres e ácidos, desenvolvendo-se bem naqueles com maior fertilidade” (BENTES-GAMA et al., 2005, p. 1).

### *2.6.3. Aspectos socioeconômicos e culturais da produção do açaí*

Tradicionalmente o município de Igarapé-Miri tem nas atividades agrícolas e extrativas suas principais fontes geradora de receita bem como de ocupação de grande parte da mão de obra local. De acordo com o Anuário Estatístico de Igarapé-Miri, produzido pelo IDESP/SEPOF (2013), em 2010, 43,61% das pessoas com 10 anos ou mais de idade estavam ocupadas com atividades ligadas ao meio rural. Este fator também é explicado por existir mais de 50% da população do município vivendo na zona rural e destacadamente em áreas ribeirinhas.

Entre essas atividades destaca-se a produção de açaí, que ao longo do tempo ganhou projeção nacional e internacional, conseqüentemente elevando o seu valor comercial. Assim, tonou-se uma das principais fontes de receita municipal e de renda para a população ribeirinha, pois como já foi discutido anteriormente outras atividades econômicas já estiveram em evidência no espaço geográfico de Igarapé-Miri e produziram um uso diferenciado do território.

Além de gerar mais renda, essa valorização contribui para a preservação dos açazais nativos, pois no manejo da várzea não há utilização do fogo, pelo fato disso provocar danos às plantas jovens oriundas de germinação natural. Além disso, há a produção de biomassa, gerada pela queda das folhas e derrubada das árvores mais velhas que são deixadas no local, no processo de manejo, apodrecendo e virando adubo natural.

O aproveitamento do açaí mantém as árvores vivas e prontas para produzirem novamente, diferentemente do que acontecia com a exploração predatória do palmito nos anos de 1970/80, como já foi colocado.

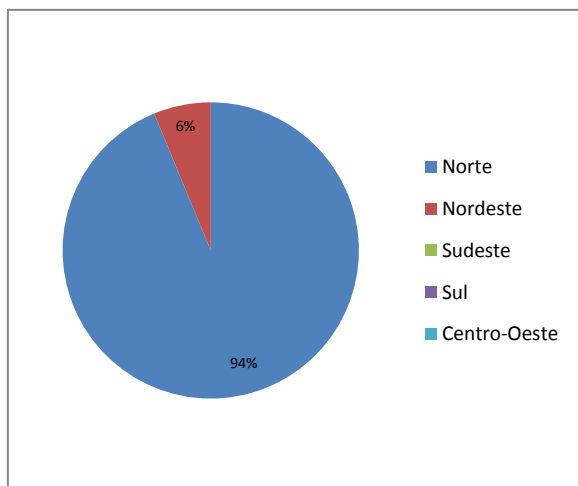
Homma *et al.*, (2006) também chama a atenção para o fato de que grande parte da área destinada para o manejo de açazais nas várzeas são constituídas de vegetação secundária, ou seja, já transformadas pela ação humana, principalmente para se fazer a extração de madeira. Pode-se compreender, então, as paisagens constituídas por açazais, não como propriamente naturais, mas humanizadas, ou seja, há muito de antropização na formação dos açazais, tão comuns nas áreas de várzeas do Baixo Tocantins como um todo e de Igarapé-Miri, particularmente.

Conforme dados do IBGE (2010), destacam-se na produção do Pará os municípios de Limoeiro do Ajuru, Ponta de Pedras, Oeiras do Pará, Muaná, São Sebastião da Boa Vista, Inhangapi, Mocajuba e Igarapé-Miri, responsáveis por grande parte da produção paraense (ver tabela 1).

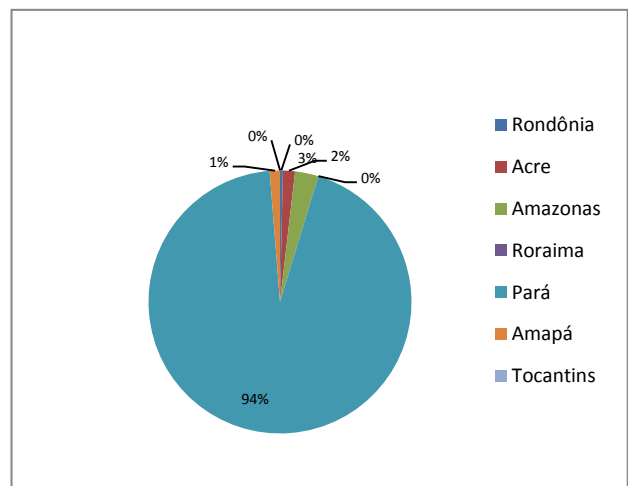
De acordo com a EMBRAPA (2006), embora já se tenha a produção de açazais manejados, a produção do açaí no estado do Pará ainda é 80% proveniente de plantas nativas. O estado responde pela maior produção do Brasil, com destaque para as microrregiões homogêneas de Cametá, Furo de Breves e Arari que contribuíram em 2006 com 90% da produção estadual.

A região Norte é a maior produtora de açaí do Brasil (ver gráfico 5) e o estado do Pará, até o final da década de 2010, concentrava mais de 94% da produção nacional (ver gráfico 6).

**Gráfico 5: Produção na Extração Vegetal de Açaí por Região (2012)**



**Gráfico 6: Produção de Açaí por estados da Região Norte, 2010**

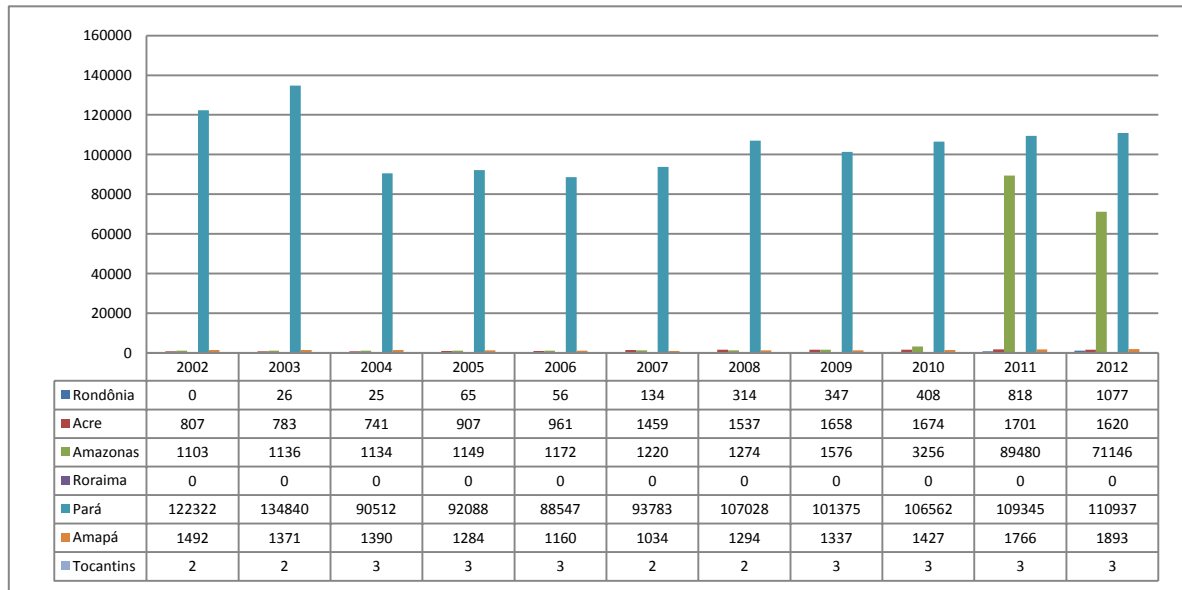


Fonte: Baseado nos dados do IBGE (2010 e 2012) - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura e elaborado pelo autor.

A situação de hegemonia sobre a produção do açaí, conferida historicamente ao estado do Pará, se alterou bastante, devido à valorização do fruto, bem como as suas múltiplas possibilidades de usos. Estes fatores vêm despertando o interesse de outros estados da região Norte e até mesmo de outras regiões brasileiras. Destaca-se principalmente o Amazonas que

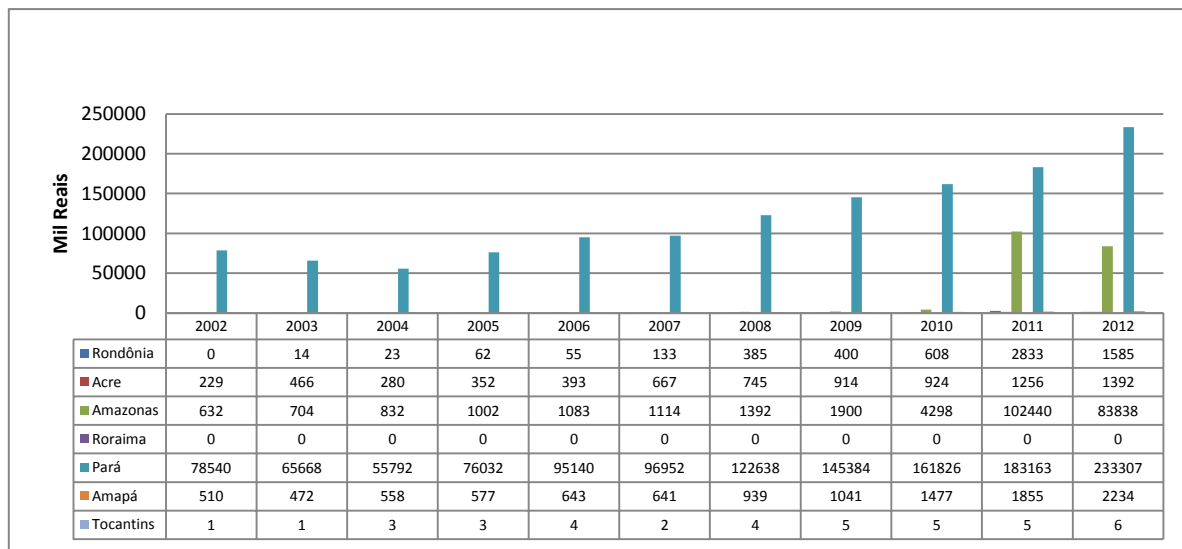
em 2012 produziu 71.146 toneladas do fruto, e o Maranhão, logo em seguida com 12.310 toneladas. No ano citado, o estado do Pará foi o maior produtor, com 110.987 toneladas, e consequentemente teve a maior receita, mas já dividindo espaço com o Amazonas, como mostra a evolução da produção e do valor da produção nos últimos dez anos. (ver gráficos 7 e 8).

**Gráfico 7: Produção de açaí de 2002 a 2012 por estado da Região Norte**



Fonte: Baseado nos dados do IBGE (2002 a 2012)- Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura e elaborado pelo autor.

**Gráfico 8: Valor da produção de açaí de 2002 a 2012 por estado da Região Norte**



Fonte: Baseado nos dados do IBGE (2002 a 2012)- Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura e elaborado pelo autor.

O estado paraense mantém-se como maior produtor, mas já não apresenta hegemonia absoluta na produção, como ocorria em 2010, quando registrou 106.562 toneladas de açaí,

respondendo por 94% da produção nacional. Neste mesmo ano, o estado do Amazonas registrou apenas 3.256 toneladas de frutos. Segundo consta no IBGE-PEVS (2011), o que determinou o aumento sintomático da produção de açaí no estado do Amazonas em 2011 foi incorporação de áreas extrativas, que anteriormente eram consideradas como cultivadas.

Em 2010, dos 20 maiores municípios produtores de frutos de açaizeiros nativos do País, apenas dois (Luís Domingues e Carutapera, no Maranhão) não são do Pará. O destaque em termos de produção municipal fica com Limoeiro do Ajuru, Ponta de Pedras, Oeiras do Pará, Muaná, São Sebastião da Boa Vista e Igarapé-Miri, que concentraram 51,3% da produção nacional (IBGE/PEVS, 2010). Já no ano seguinte, dos 20 maiores municípios produtores de frutos de açaizeiros nativos do País, 12 estavam no Pará e oito, no Amazonas. O principal município produtor era Codajás, no Amazonas, seguido por Limoeiro do Ajuru, Ponta de Pedras, Oeiras do Pará e Muaná, todos no Pará. Esses 20 municípios produtores concentravam 71,4% da produção nacional (Tabela 3).

**Tabela 3: 20 maiores produtores de açaí em 2011**

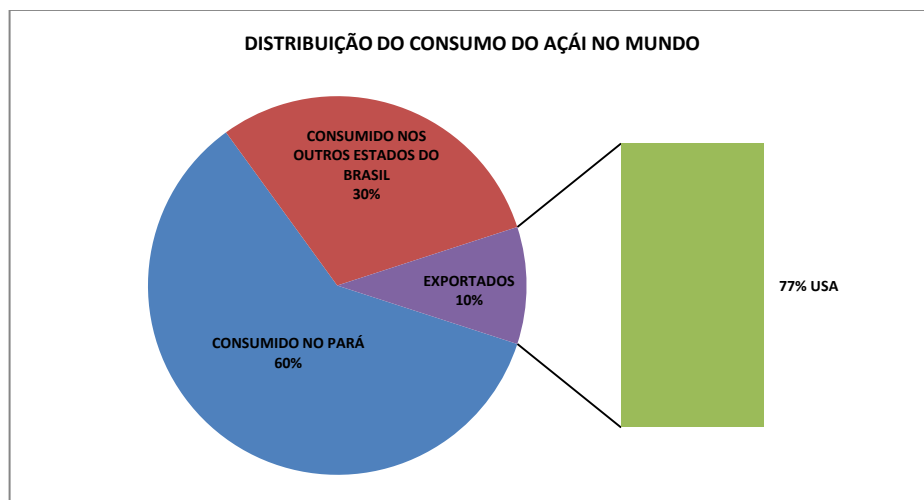
	Município	Toneladas
1	Codajás – AM	34421
2	Limoeiro do Ajuru – PA	21242
3	Ponta de Pedras – PA	11217
4	Oeiras do Pará – PA	9355
5	Muaná – PA	8930
6	São Sebastião da Boa Vista – PA	7525
7	Itacoatiara – AM	6804
8	Anori – AM	6302
9	Inhangapi – PA	5750
10	Mocajuba – PA	5700
<b>11</b>	<b>Igarapé-Miri – PA</b>	<b>5600</b>
12	São Miguel do Guamá – PA	4650
13	Afuá – PA	4450
14	Cachoeira do Arari – PA	3460
15	Coari – AM	3366
16	Manaquiri – AM	3339
17	Parintins – AM	3240
18	Manacapuru – AM	2816
19	Magalhães Barata – PA	2800
20	Manicoré – AM	2716

Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (2011) e elaborado pelo autor.

A variação dos dados da produção ainda causa muitas dúvidas, pois as informações não são precisas por se tratar de uma atividade tradicionalmente é considerada extrativa, mas que já existem práticas de cultivo racional da planta. . Isso ocorre mesmo, pois já há uma produção racional, que sabidamente vem sendo desenvolvidas em outros estados e no próprio Pará, mas que ainda é contabilizada como extrativa, uma vez que nos dados do IBGE não há nenhuma referência a lavouras permanentes de açaí, ou seja, tudo é avaliado como extrativismo. Essa talvez seja a explicação para o avanço da produção de açaí no estado do Amazonas e mesmo em outros municípios do estado do Pará.

O que há de certeza é o fato de que o açaí vem ganhando mercado, aumentando a sua demanda por parte de outras regiões do País e também do exterior, contribuindo para a produção econômica do estado do Pará e sendo uma das principais fontes de renda de muitas famílias ribeirinhas. No entanto, a produção estadual do açaí ainda tem como principal destino o próprio mercado paraense (ver gráfico 9).

**Gráfico 9: – Distribuição do consumo de açaí no mundo**



Fonte: Conab (2013).

O açaí, no entanto, faz parte, não somente da dieta alimentar de grande parte da população do estado – urbana e rural – mas também se constitui em elo entre a produção material e a cultura paraense. O açazeiro sempre teve um aproveitamento múltiplo no contexto regional (ver quadro 3), fortalecendo ainda mais o seu valor simbólico para a população paraense, principalmente nas suas feições ribeirinhas.

**Quadro 3: Utilização do açazeiro**

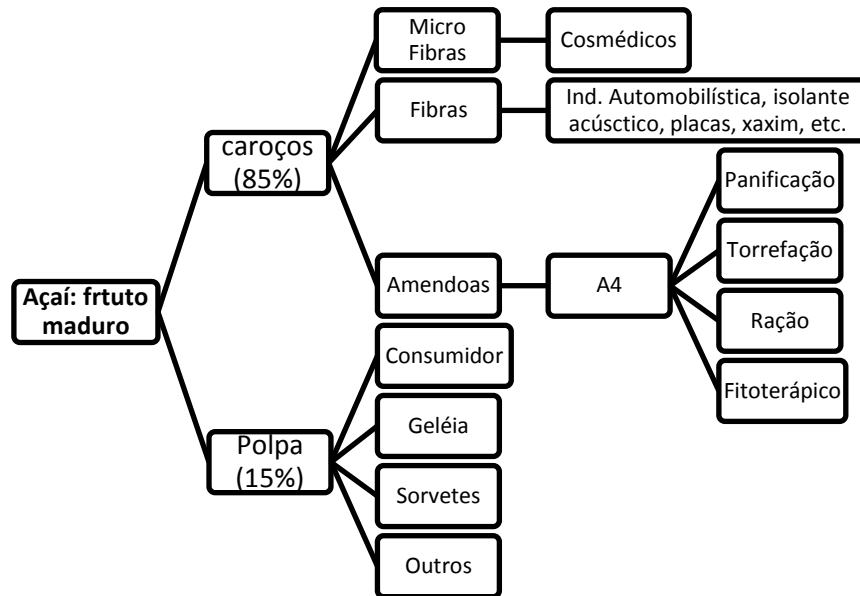
<b>Parte do açazeiro</b>	<b>Pode ser utilizado</b>
Raiz	Remédio caseiro (chá) para combater vermes, anemia, problemas nos rins e fígado.
Palmito	Alimento humano e ração animal
Caule	Material para construções rurais (estacas, ripas, caibros), isolantes elétricos, lenha, celulose, ração animal, adubo e pontes.
Folhas/Palhas	Cobertura de casas, sombreamentos para plantações, confecção de artesanato e utensílios, ração animal e adubo.
Polpa do Fruto	Alimentos diversos (vinho ou suco, sorvete, bombons etc.) corantes e remédio contra diarreia.
Caroço	Artesanato, adubos, substrato para plantações e produção de mudas.
Cacho (sem frutos)	Artesanato, vassoura para varrer quintal, repelente contra insetos (queima), e adubo.

Fonte: Conab- Conjuntura mensal (2013).

Como se pode perceber, a palmeira do açai é usada integralmente pelas populações ribeirinhas, desde a raiz até as folhas, porém, seu valor econômico se baseia na exploração do fruto e do palmito (OHASHI e KAGEYAMA, 2004).

Em um contexto mais amplo, o fruto transformado em suco, bastante consumido pela população paraense, seja da cidade ou do meio rural, principalmente por ribeirinhos, vem se diversificando (figura 5) Isso porque o produto torna-se mais valorizando, pois além de alimento, reconhecido e apreciado em todo o País, e até mesmo no exterior, a polpa do açai também se torna matéria-prima para a produção de uma diversidade muito grande de produtos, desde a produção artesanal a partir de seus caroços e palhas, até a uma linha bastante diversificada de usos alimentícios, cosméticos e energéticos que ampliam cada vez mais o seu alcance e aceitação.

**Figura 4: Usos do fruto do açaizeiro**



Fonte: Pará, Secretaria de Estado de Agricultura (2011).

Na indústria, há cada vez mais variação do uso do açaí como matéria-prima, destacando-se a produção de sorvetes, licores, doces, néctares e geleias. Assim, de um produto que antes era consumido dentro do contexto da cultura local, acompanhado com farinha, peixe, camarão, etc., sendo um dos alimentos básicos, não só para a população ribeirinha, mas também para uma grande parcela da população urbana, de diferentes classes sociais, o açaí agora ganha cada vez mais amplitude no mercado regional, nacional e internacional.

É nesse contexto, de um produto regional, transformado pela força do interesse comercial em produto com ampliada escala de inserção, que podemos afirmar que pela lógica produtiva e econômica atual, os espaços mais distantes, mais afastados e mais remotos do planeta são facilmente incorporados à lógica global. O isolamento e as particularidades são apenas situações que podem ser perturbadas a qualquer momento por uma lógica externa, com intencionalidades, muitas vezes alheias às particularidades, sejam elas naturais ou socioculturais. Lógica essa que se circunscreve principalmente aos interesses econômicos projetados sobre um determinado espaço, muitas vezes ignorando os aspectos políticos e socioculturais do lugar. Essa lógica mercadológica via de regra tem sido comumente praticada no espaço amazônico.

### **Capítulo 3 - NA SAFRA E NA ENTRESSAFRA DO AÇAÍ NO BAIXO RIO MERUÚ**

O objetivo deste capítulo é fazer uma análise do modo de vida e da territorialidade da população ribeirinha do baixo rio Meruú, bem como relacionar tal condição com a safra e a entressafra do açaí, a qual anima e dá ritmo à vivência e à dinâmica local. Assim, safra e entressafra são elementos que definem as estratégias locais de sobrevivência, bem como cimentam o modo de vida e possibilitam a construção de uma identidade social, econômica e cultural a esta população.

Nessa análise busca-se relacionar a compreensão e a vivência da população local a partir de suas próprias interpretações. Para tal, trouxe-se para o debate e ao diálogo com a posição teórica, a fala da população. Isso para podermos melhor compreender o dinamismo da comunidade, suas relações sociais, econômicas e culturais e, como tais relações, em muito, são cadenciadas por um ritmo próprio, ora acelerado, ora mais pausado, pois é influenciado pela lógica da safra e da entressafra do açaí.

Nas falas e no posicionamento da comunidade diante de sua própria realidade é perceptível a relação com o território, marcada por expressões claras de pertencer ao lugar, sendo este marcado pela manifestação natural de um modo de vida próprio, cujo dinamismo esta impresso nas atitudes, nos fazeres cotidiano, nas estratégias adotadas no período em que seu maior recurso escasseia.

Finaliza-se este capítulo apresentado o mapeamento participativo, onde a comunidade pôde representar o significado do lugar para que o mapa deixe de ser uma mera representação fria do lugar e passe a ter um significado, pois está marcado com as referências cotidianas da comunidade através da espacialização de suas territorialidades.

#### **3.1. A Vila Maiauatá no contexto do baixo rio Meruú**

A população que se situa hoje às margens do baixo rio Meruú se insere no mesmo contexto histórico da produção socioespacial do baixo Tocantins, como já discutido no capítulo anterior. As dinâmicas econômicas foram impactando igualmente a população, desde o processo de colonização, com a coleta das drogas do sertão, passando pelo ciclo da produção aguardenteira, um breve surto de exploração intensiva do palmito, até se firmar na atualidade a produção dos açaizais manejados, que se tornou a base da reprodução socioeconômica das famílias ribeirinhas locais.



O acesso principal para se chegar aos ribeirinhos desta porção do rio Meruí é pelas vias naturais, ou seja, os rios e furos que cortam a região, no caso, o próprio rio Meruí e o rio Maiauatá que dá nome à vila que serve de principal entreposto para os ribeirinhos situados nas ilhas e furos do baixo Meruí e também de outras localidades.

O acesso também pode ser feito via estrada, no caso a PA 407, que chega à Vila de Maiauatá, sede do 2º distrito de Igarapé-Miri, situada a 17 km do centro do município de Igarapé-Miri e principal entreposto de escoamento da produção local e abastecimento, além de oferecer serviços públicos e privados aos ribeirinhos locais. (mapa 2)

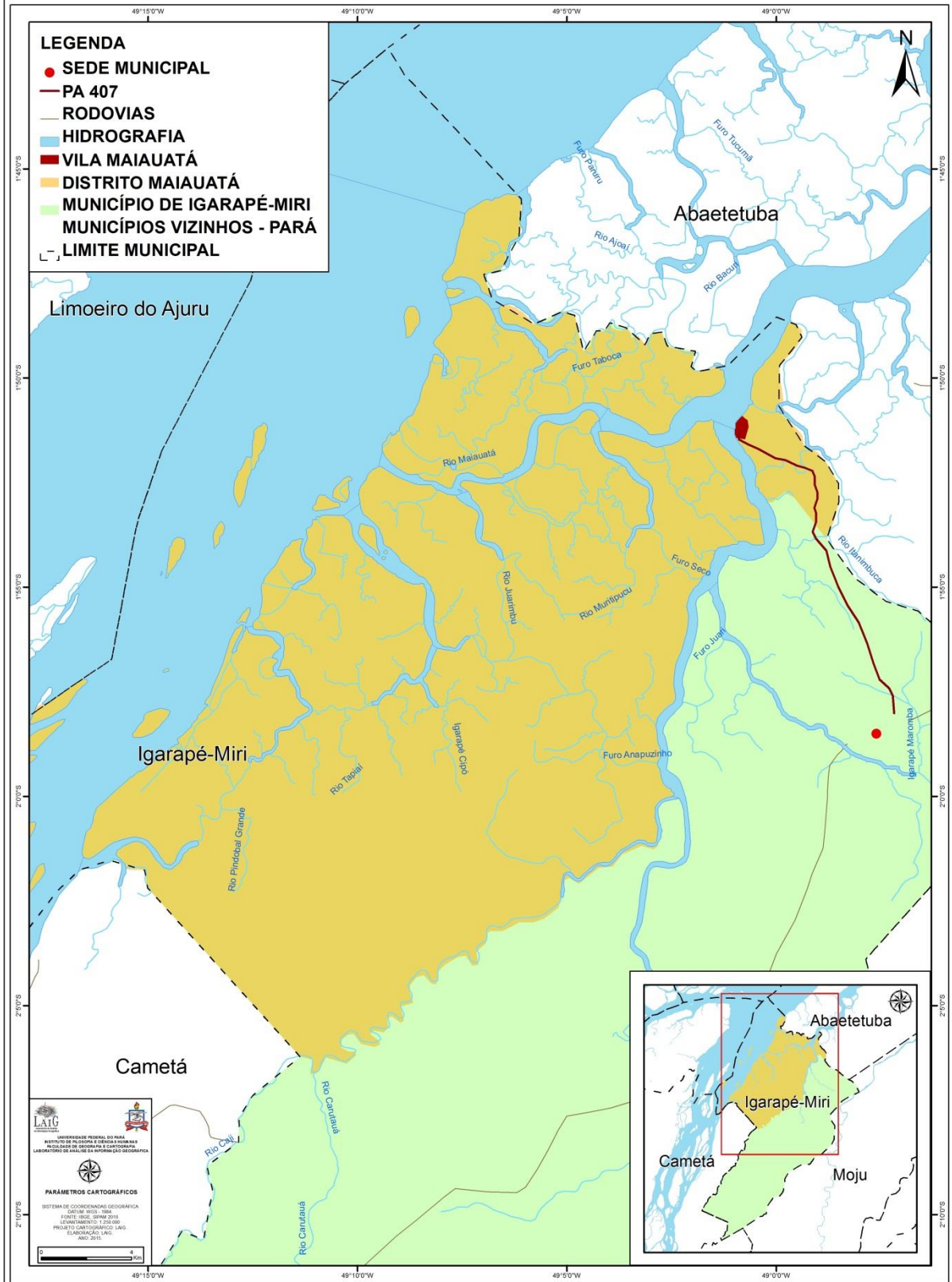
A Vila de Maiauatá tem sua procedência remontada ao período colonial, pois neste período já havia ocupação humana no espaço onde hoje ela está localizada. Situada na ilha de Concórdia, onde havia um pequeno povoado, ela é banhada pelos rios Meruí, Maiauatá, Itanimbuca e Santo Antônio. Em grande parte sua origem está atrelada à devoção católica à Nossa Senhora de Nazaré. No lugar onde hoje é a Vila, em 1900, foi construída uma pequena capela de madeira onde muitos moradores das proximidades passaram a congregar-se. Alguns foram construindo suas casas na própria ilha e assim o número de habitantes do lugar foi aumentando. Os festejos religiosos, mesclados com as festas profanas, passaram ser a comum na localidade, fato este que atraiu ainda mais pessoas à ilha de Concórdia.

O Decreto-Lei Estadual nº 3131, de 31 de outubro de 1938, que fixou a divisão territorial do Estado do Pará, tornou a vila de Concórdia um distrito de Igarapé-Miri. A vila passou a ser denominada de Vila Maiauatá, por meio do Decreto-lei Estadual nº 4.505, de 30 de dezembro de 1943, cujo argumento para tal mudança era o fato de já haver a utilização do topônimo “Concórdia”, para designar uma cidade do estado de Santa Catarina, sendo maior e mais antiga do que a vila do Pará. Assim, a vila de Concórdia passou a designar-se, vila de Maiauatá, topônimo que quer dizer “coisa de valor” (LOBATO, 1985).

Segundo Lobato (2004), a devoção católica e as festividades contavam, não apenas com os moradores da ilha, mas também com os dos rios próximos, fato este que fez com que a diretoria reconstruísse a capela dando-lhe uma estética das igrejas romanas. Assim, a frequência com que os fies iam à igreja tornou-se mais rotineira.

Em 1930, segundo Lobato (2004), o município de Igarapé-Miri passou a contar com iluminação elétrica e os lampiões que até então iluminavam a sede do município, foram doadas à vila de Concórdia o que em muito contribuiu para o povoado ganhar mais notoriedade diante das demais localidades próximas. Em 1938, uma nova igreja, agora em alvenaria, é construída a partir das contribuições feitas pelos féis do município, consolidando a ocupação daquela ilha.

## MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO DISTRITO MAIAUATÁ MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-MIRI - PA



O crescimento população, em muito, ligado aos devotos e a presença da igreja, fez com que o então povoado de concórdia passasse a ser considerado uma vila, tendo o seu nome trocado para Vila de Maiauatá e recebendo a partir daí maior atenção do poder público. É neste contexto que se afirma que a história de Vila Maiauatá tem forte ligação com a fé católica, bem como com a devoção à Nossa Senhora de Nazaré.

A dinâmica atual da Vila, em parte ainda se liga, a dinâmicas herdadas do passado, onde a religiosidade e o modo de vida sempre estiveram atrelados às vias aquáticas e aos recursos naturais. Essas características mais tradicionais foram atreladas à assimilação de novas atividades trazidas por um modo de vida urbano, criando um espaço bastante singular no contexto regional.

Esse “encontro” acabou por gerar “impactos e resistências, que tendem a expressar múltiplas temporalidades e espacialidades conviventes e conflitantes, que conferem um caráter híbrido ao espaço” (TRINDADE JÚNIOR e TAVARES, 2008, p. 10). Eis então que a Vila de Maiauatá tornou-se um híbrido entre o que estava e o que chegou, entre o rio e a estrada, entre a palafita de madeira e alvenaria e entre tantos outros pares que podem parecer inconciliáveis, mas que ganham convivência e diálogos que constroem a sua particularidade.

A Vila de Maiauatá apresenta essas feições com características tanto urbanas, como ribeirinhas, formando um espaço de multiplicidade de convivência de formas e modos de viver que parece acelerar no tempo urbano e o que parece pausar no tempo do rio, no tempo ribeirinho de ser.

Muitas cidades da região amazônica surgiram às margens dos rios, sejam elas cidades ribeirinhas (TRINDADE JÚNIOR e TRINDADE, 2012), ou cidades de beira de rio, cada uma com sua dinâmica própria, mas com o rio como elemento que marca parte de suas bordas, ou que por elas atravessam. Maiauatá não alcançou, pelo menos ainda<sup>10</sup>, o status de cidade, mas ela se inseriu de forma bastante nítida na lógica de muitas vilas ribeirinhas da Amazônia que se tornaram municípios.

Inicialmente, o que prevalecia era um padrão de vila ribeirinha, que com a difusão do modo de vida urbano e a presença da estrada (PA-407), passa a ganhar novas feições, agora de núcleo urbano, mas sem efetivamente deixar de ser ribeirinho.

O núcleo central da Vila apresenta um adensamento populacional significativo. Neste núcleo se encontra uma pequena capela em homenagem à santa padroeira do lugar (Nossa Senhora de Santana) e várias casas comerciais de pequeno porte, que comercializam

---

<sup>10</sup> Existem projetos para a emancipação da Vila de Maiauatá do município de Igarapé-Miri.

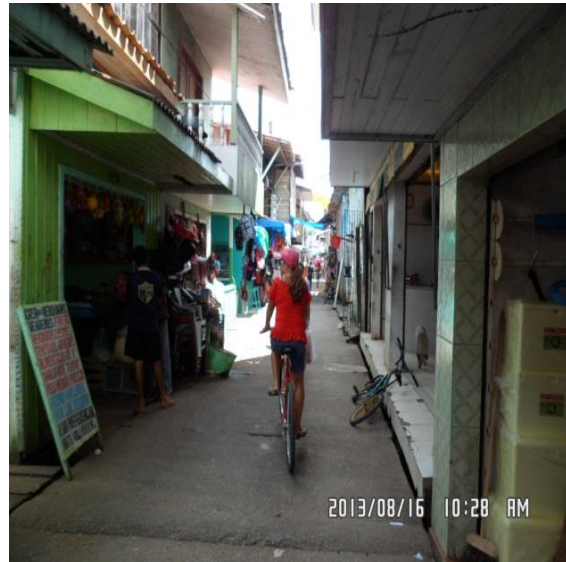
principalmente gêneros alimentícios, utensílios domésticos, ferragens e outras miudezas (ver figura 5 e 6), e que atendem as populações ribeirinhas do baixo Meruú e das demais ilhas que se somam ao 2º Distrito de Igarapé-Miri.

**Figura 5: Igreja de Santana**



Fonte: LIMA, R. S. Trabalho de campo (2013).

**Figura 6: Casas comerciais**



É interessante notar que as casas comerciais estão situadas principalmente na borda do rio, com entradas que podem ser acessadas por quem vem pelos rios, nas pequenas embarcações e outras para quem circula pelo interior da Vila. Assim, as casas comerciais servem de passagem de quem sai do rio para o centro da Vila e de quem sai da Vila para o rio. (figuras 7 e 8).

**Figura 7: Casas comerciais acessadas pelo rio**



Fonte: LIMA, R. S. Trabalho de campo (2013)

**Figura 8: Casas comerciais acessadas pelo continente**





Além do comércio, na parte de maior adensamento populacional, há também escolas, posto de saúde, cartório e outros serviços que atendem a população da Vila e também os que estão nas ilhas próximas (Figuras 09 e 10).

**Figura 9: Desembarque de alunos na Vila**



**Figura 10: Antena de telefonia móvel na Vila**



Fonte: LIMA, R. S. Trabalho de Campo, 2014

Assim, a relação imediata dos ribeirinhos do baixo Meruí é com a Vila de Maiauatá, onde eles obtêm alguns serviços públicos e também adquirem produtos essenciais para o dia-a-dia da população. Também é na Vila que se busca o lazer, a comercialização de alguns produtos, além do açaí, e o crédito, principalmente na entressafra do açaí, junto aos comerciantes locais em tempos de pouca produção. A Vila é também o centro das manifestações culturais e festividades locais, que criam um forte elo entre os habitantes do baixo rio Meruí e da Vila de Maiauatá.

Dessa forma, podemos afirmar que a Vila de Maiauatá é uma expressão significativa da territorialidade dos ribeirinhos do baixo rio Meruí, expressa em múltiplas ações territoriais, seja na safra ou na entressafra do açaí.

### **3.2. A vida ribeirinha na safra do açaí – cotidiano e territorialidade**

Agosto é o mês que marca o início da safra do açaí e também insere no contexto da vida socioeconômica e cultural da população aqui estudada novas dinâmicas, principalmente, no que concerne à vida cotidiana, pois a cultura do açaí altera a relação da população entre si e com seu espaço de vivência. O tempo é mais corrido, os rios e estradas passam a receber maiores fluxos de embarcações e automóveis que escoam a produção. Os portos e trapiches

quase sempre abarrotados de rasas, prontas para serem preenchidas pelo fruto ou simplesmente à espera do embarque para serem comercializadas. A safra é esperada sempre com grande contentamento e planos diante da renda proveniente da colheita do produto, que é certa para as famílias produtoras.

Assim, a vida ribeirinha da várzea do baixo rio Meruí ganha novas territorialidades e um dinamismo singular, se comparada com a do período da entressafra. A várzea agora está inundada pelo fruto que alimenta e gera renda. Nessa região, o solo é típico do estuário amazônico, que mesmo no período de estiagem permanece úmido devido às marés que periodicamente o cobre (a cada 6 horas), obedecendo a um intervalo de 15 dias. Nestes intervalos de inundação, cria-se uma lamina d'água sobre o solo, permitindo a deposição de sedimentos e naturalmente fertilizando-o, garantindo que a vegetação, como as palmeiras de açaí, não sejam submetidas ao estresse hídrico. Este é o ambiente propício para a proliferação dos açazais que garantem a sobrevivência de uma parcela significativa da população do baixo rio Meruí, (figura 11 e 12).

**Figura 11: Solo úmido sem a lâmina d'água.**



**Figura 12: Lamina d'agua cobrindo o solo**



Fonte: LIMA, R. S. Trabalho de campo (2014)

É obedecendo a dinâmica natural da várzea que a população ribeirinha do baixo rio Meruí tem no manejo e na comercialização dos frutos de açaí sua principal fonte de geração de renda. Porém, o valor do fruto não se limita a sua potencialidade econômica, pois é também a base da alimentação da população local.

A safra do açaí vai de agosto a dezembro. Neste período todos os esforços são canalizados para a colheita e comercialização dos frutos. Na área estudada, todos os açazais são particulares, ou seja, não existe áreas comuns de exploração do fruto. A produtividade e a

rentabilidade dependem do tamanho dos açazais. Assim, quanto maior a área, maior vai ser a renda do produtor. No geral, verifica-se que grande parte das famílias possuem pequenas propriedades, mas permitem obter renda e sustento familiar.

A extração dos frutos está ligada à agilidade e conhecimento da espécie, principalmente no reconhecimento dos frutos maduros, pois a subida nos açazeiros exige força e destreza, uma vez que os cachos estão nas copas das palmeiras que podem chegar a mais de 25 metros de altura. Por isso, subir e se deparar com cachos não maduros, significa desperdício de tempo e energia, mas os apanhadores mais experientes dificilmente sobem em vão.

O trabalho da extração do fruto fica a cargo dos homens. As mulheres, quando se envolvem no processo, ficam com a parte da debulha do açá e acomodação nas rasas, porém quase sempre todo o trabalho de apanha, debulha e acomodação é responsabilidade dos homens (ver figura 13 e 14).

**Figura 13: Extração do açáí**



**Figura 14: Debulha do açáí**



Fonte: LIMA, R. S. Trabalho de campo (2014).

As imagens acima mostram o trabalhador fazendo uma pequena coleta, apenas para o consumo da família, porém quando a extração se dá para a comercialização, geralmente se faz a apanha dos cachos e posteriormente se debulha<sup>11</sup> o açáí, para depois acomodá-los nas rasas (figura 15).

<sup>11</sup> Retirada das frutas dos cachos de açáí. Esse processo é feito todo manualmente ainda na área de produção, em meio às palmeiras.



No período da safra geralmente a mão de obra utilizada para a extração dos frutos é contratada, pois são raras as famílias que conseguem dar conta da extração sem a necessidade da contratação do peconheiro<sup>12</sup>. O nome está ligado ao instrumento que o apanhador usa para subir mais agilmente no açazeiro que é conhecido como peconha. A peconha pode ser confeccionada com as fibras do próprio açazeiro ou com sacarias reaproveitadas, que segundo os moradores locais são mais resistentes (figura 16).

**Figura 15: Cachos de açaí pronto para serem debulhados**



**Figura 16: Rasa com açaí e peconha feita de sacaria.**



Fonte: LIMA, R. S. Trabalho de campo (2014).

O peconheiro geralmente é morador da Vila de Maiauatá e recebe por rasa de açaí que consegue encher. O valor pago em média é de R\$ 6,00/ rasa (seis reais)<sup>13</sup> e varia conforme o preço do açaí no mercado. O trabalho de extração do açaí é sempre feito nas primeiras horas da manhã, geralmente entre 7h e 10h, quando as amenidades climáticas favorecem o trabalho. Neste intervalo a insolação ainda não é tão significativa, pois subir e descer das árvores é bastante desgastante para o apanhador.

Segundo a Conab (2013), os frutos do açazeiro duram de 36 a 48 horas sem refrigeração, por isso é recomendável que seja despulpado até 24 horas após a colheita, pois é um produto muito perecível. Sabendo dessas condições peculiares do açaí, os produtores locais fazem a comercialização no mesmo dia em que o fruto é apanhado, para garantir a qualidade do produto.

O trabalho da coleta do açaí ocorre em duas etapas, sendo que a primeira está relacionada à subida até copa das árvores para retirar os cachos e, posteriormente, a segunda,

<sup>12</sup> Peconheiro é o trabalhador contratado para fazer a extração do açaí.

<sup>13</sup> Essa média se refere ao valor na safra de 2014 quando foi realizada essa pesquisa de campo.



à debulha do açaí. Este processo, no geral, envolve uma única pessoa fazendo os dois processos, ou é dividido em duas, onde uma apanha e outra debulha, com alternância entre elas.

A debulha pode ser feita diretamente nas rasas (figura 14) ou em uma lona colocada no chão (figuras 17 e 18), neste caso há menos perda de frutos.

**Figura 17: Cachos de açaí para serem debulhados**



**Figura 18: Debulha de açaí sobre lona plástica para evitar perdas de frutos**



Fonte: Trabalho de campo, coletado junto ao arquivo da Sagri-Igarapé-Miri (2013).

Depois de debulhado, o açaí é acondicionado nas rasas que podem ser de 14 ou 28 kg e deslocados até os trapiches, de onde será transportado por atravessadores, ou pelo próprio dono da produção, até os portos de comercialização.

Assim, na safra, o tempo e o trabalho que envolvem a produção e comercialização do açaí, fica dividido em dois. O primeiro, no período da manhã, destina-se à extração, debulha e acomodação do açaí nas rasas. Já o segundo, à tarde, destina-se ao deslocamento das rasas cheias até os trapiches de onde são embarcadas e levadas até os portos, onde são acomodadas nas basquetas plásticas, pesados e carregadas nos caminhões que levam o produto até as fábricas de beneficiamento.

### *3.1.2. Transporte da produção e circulação: percalços e dificuldades.*

Depois do processo de extração, debulha e acomodação do açaí nas rasas inicia-se a fase do transporte para os locais de comercialização. Esse transporte pode ser de duas formas: em uma delas, o próprio produtor pode transportar os frutos até os portos onde os caminhões são carregadas para levar o açaí até a fábrica de beneficiamento. Nesse caso, segundo relato dos produtores locais, é acrescido ao valor de cada rasa R\$ 0,50 (cinquenta centavos de reais).

Na segunda maneira, o atravessador leva em sua própria embarcação a produção, até os pontos de comercialização.

Aparentemente a primeira forma elimina a figura do atravessador, porém isso efetivamente não acontece. Nas duas situações, é o atravessador que previamente negocia a venda com as empresas. Isto acontece porque grande parte dos produtores pesquisados não tem uma produção suficiente para ser comercializada direto com uma indústria. É nesse contexto que a figura do atravessador surge, pois é este que negocia com as fábricas o produto e se compromete a atingir o volume suficiente de açaí para chegar à meta estabelecida pelas beneficiadoras.

O atravessador então não é só quem transporta a produção, ou mesmo a compra previamente, mas é, antes de tudo, o negociador, o elo entre as indústrias e os produtores locais.

O açaí acomodado nas rasas, que podem comportar de 14 kg a 28 kg, é transportado do local de produção para os portos, onde o fruto é comercializado. Este caminho é feito, pelo rio em pequenas embarcações. Chegando aos portos, o açaí é passado para as basquetas e depois é pesado e carregado nos caminhões, que fazem o deslocamento dos frutos até as fábricas. Aa maior parte das processadoras está localizada em outras cidades do estado, como Castanhal, no nordeste paraense (figuras 19 e 20).

**Figura 19: Pequena embarcação com rasas e basquetas de açaí chegando ao porto de Vila Maiauatá**



**Figura 20: Caminhão sendo embarcado com basquetas de açaí.**



Fonte: LIMA, R. S. Trabalho de campo (2014).

A população do baixo rio Meruí que trabalha com a produção do açaí escoar sua produção principalmente pelos portos de Vila Maiauatá, o do Açaí e do Suspiro, todos

situados ao longo da PA 407 (rodovia do açaí). A partir desses portos, a produção é colocada nos caminhões e escoada até os seus destinos finais.

Nesse percurso há grandes dificuldades, pois a rodovia só apresenta pavimentação em seu início e essa benfeitoria é recente. A pavimentação nessa faixa foi colocada no início de 2014, no restante só há algumas manchas de asfalto em todo trajeto da rodovia. Assim, a maior parte do trajeto da estrada é de chão, com bastantes irregularidades (figura 21 e 22). No período chuvoso, a trafegabilidade torna-se mais complicada em decorrência dos problemas causados pelos atoleiros que se multiplicam ao longo da via.

**Figura 21: Início na PA 407 com capeamento asfáltico recente**



**Figura 22: Percurso da estrada de chão.**



Fonte: LIMA, R. S. Trabalho de campo (2014).

As dificuldades para o tráfego na rodovia não se limitam apenas ao transporte do açaí, mais também afetam a circulação das pessoas e de outras mercadorias que abastecem o comércio local, pois a via é a principal para quem vai à sede do município, ou mesmo para outras cidades, principalmente em busca de produtos e serviços não encontrados em Vila Maiauatá.

Os problemas de circulação pela PA 407 são ainda maximizados pelo péssimo estado das oito pontes localizadas ao longo dos 17 km da rodovia, todas construídas em madeiras e sem a mínima conservação (figura 23). Segundo relato dos moradores, por várias vezes já houve a queda dessas pontes interrompendo a circulação de pessoas e mercadorias e do produto principal que por ela é escoado, o açaí.



Figura 23: Estado de conservação das pontes da PA 407



Fonte: Lima, R. S. Trabalho de campo, 2013.

As pontes sobre os rios Suspiro e Caia Grande (Figuras 23C e 23E) são as maiores e também as que apresentam os piores estados de conservação. Embora ambas se apresentem bastante danificadas, é a do rio Caia Grande que está mais preocupante, o que faz com que muitos caminhões que transportam o açaí não cheguem até o porto de Vila Maiauatá, dado o perigo constante de desabamento.

Esse empecilho fez diminuir bastante o embarque do açaí naquele porto e também fez com que os moradores e produtores das proximidades aumentassem o percurso para levar suas produções até os outros portos, principalmente os do Suspiro e do Açaí.

Assim, rio e estrada se complementam e se impõem como fatores que facilitam e dificultam a territorialidade da população local. O rio é acessado sem dificuldades, permitindo uma circulação restrita às pequenas e médias distâncias, pois a maioria dos moradores dispõe de embarcações de pequeno porte, como canoas a remo e as rabetas ou rabudos, impulsionadas por pequenos motores. Há também aquelas com motores de maior porte, adaptados às embarcações com mais potência e maiores. Estas são usadas principalmente para o deslocamento entre os locais de moradias, o centro comercial da Vila de Maiauatá, as escolas, os postos médicos, as igrejas e para deslocar os produtos que se comercializa, principalmente o açaí (Figuras 24 e 25).

**Figura 24: Rabeta e canoa a remo**



Fonte: LIMA, R. S. Trabalho de campo (2014).

**Figura 25: Embarcações atracadas em posto de combustível da Vila**



A estrada é a principal via de interligação entre os ribeirinhos locais e o exterior, bem como por onde circula o principal produto da economia local. Também possibilita o transporte das pessoas para outros locais, seja para estudo, trabalho ou acesso a bens e serviços não existentes na localidade.

Assim, podemos distinguir tanto o rio, quanto a estrada como expressões da territorialidade local. Os rios manifestam uma territorialidade mais ligada ao ritmo da natureza, ao lugar, ao pertencer. É o espaço de uma circulação particular, menos apressada, mas que passou a ganhar mais velocidade com os motores à explosão acoplados às embarcações. Já a estrada evidencia uma territorialidade mais ampliada, maximizando a ação local para e sobre outros espaços, onde outras vivências são trazidas para o convívio local, bem como a vivência local é levada para outros pontos do espaço. É pela estrada que o bem maior do lugar ganha a vastidão do mundo e é por ela que o que sustenta e alimenta o corpo e a cultura local, ganha novas fronteiras.

Assim, rio e estrada são caminhos essenciais à vivência dos moradores ribeirinhos do baixo rio Meruí, pois são expressões de suas territorialidades. O rio tem múltiplos significados, começando por ser o elemento que permite caracterizar a comunidade como ribeirinhos. O ser ribeirinho é evidenciado na própria fala dos moradores como bem fica claro do depoimento abaixo:

Porque eu moro na beira do rio né! Trabalho com a produção do açaí, mas não só com a produção, mas também com um pouco de pesca, a pesca artesanal, no caso a gente não vive da pesca, mas também depende da pesca, a gente pesca o camarão e o peixe, só pro consumo. [E16]

Assim, percebe-se que o valor do rio vai além da circulação, mas como um dos elementos essenciais à própria sobrevivência local, pois além de fazer circular os produtos que podem ser comercializados, faz circular as pessoas e também alimenta com seus recursos a população.

Em contrapartida, a estrada, tem seu valor para o lugar sob o aspecto da circulação, do levar e do trazer, sejam pessoas e/ou produtos. Porém, a estrutura física da estrada torna-se um entrave para que se possa fazer esse traslado sem maiores dificuldades. Essa é uma das grandes reivindicações manifestadas pelos moradores do baixo rio Meruí que necessitam circular pela PA 407.

### *3.1.3. Entre o produtor e a indústria.*

Historicamente, a figura do atravessador sempre se fez presente no espaço amazônico, principalmente na comercialização de produtos agrofloretais na região. Esta situação em muito está ligada à precária organização coletiva dos produtores ou mesmo à escassez de meios de transportes adequados para levar a produção até os centros consumidores. Essa escassez de meios, por sua vez, está intimamente ligada às condições socioeconômica da

maior parte dos produtores agroextrativistas da região amazônica, principalmente as populações ribeirinhas (RÜGNITZ, 2007).

Contraditoriamente, a figura do atravessador na região tornou-se um fator imprescindível para que bens produzidos por populações mais afastadas dos centros comerciais ganhem mercados e gerem renda. Por outro lado, o valor do produto, bem como a renda legada ao produtor, é diminuído significativamente, pois parte dela é apropriada pelo atravessador. Isso historicamente sempre gerou um desequilíbrio nos ganhos na cadeia produtiva, onde quem está diretamente ligado à produção é justamente quem ganha menos.

O histórico da região do estuário amazônico favorece a participação do atravessador como principal agente intermediário de produtos agroextrativistas. Nesta região, desde a época de colonização (assentamentos) os produtores nunca foram completamente autônomos para as questões de comercialização. (RÜGNITZ, 2007, sem paginação).

Os produtores de açaí, sobre os quais versa esta pesquisa, desenvolvem a produção e também comercialização de seus produtos de forma individualizada. Este fator torna-se um elemento limitador para aqueles que não conseguem barganhar um melhor preço, bem como alcançar novos mercados. Isto se dá em muito porque individualmente a produção é pequena, o que faz com que a figura do atravessador seja imprescindível para a comercialização do produto.

A maior parte dos produtores locais comercializa com indústrias que deslocam seus caminhões até os portos locais (Porto da Vila, Porto do Açaí e Porto do Suspiro), onde o açaí é passado das rasas para as basquetas, é pesado e colocado nos caminhões. Porém, entre a indústria que vai até os portos buscar a produção e o produtor, existe a figura do atravessador, que como já salientamos, é também o negociador da produção, ou seja, é ele quem se compromete com o fornecimento de determinada quantidade de produto para as empresas.

O atravessador, além de negociar a produção, também, em muitos casos, faz o transporte dos locais de produção até os portos, pois dispõe de barco de médio porte. . Em outra situação, o próprio produtor leva o produto aos portos, elevando, como já foi dito no tópico anterior, o valor final recebido pelas rasas de açaí.

O atravessador que atua no baixo rio Meruí é aquele ator que se envolve diretamente no processo, pois na maioria dos casos como, observados in loco, ele também é um produtor. Por outro lado, o envolvimento é indireto, pois o atravessador dispõe de barco de maior porte para o transporte, e é o elo na cadeia produtiva do açaí, entre as empresas e o produtor.



### 3.1.4. A safra – territorialidade e a reprodução material do produtor.

Os estudos até aqui apresentados mostram que a comercialização dos frutos provenientes do açazeiro é a principal fonte de renda familiar, principalmente no período da safra, que se inicia em agosto e atinge seu ápice no mês de setembro.

Não coincidentemente, é neste período que as famílias concretizam muitos de seus planos no que concerne à obtenção de novos bens e/ou a possibilidade de se fazer novos investimentos, para garantir renda no período da entressafra.

A safra traz consigo a renovação da esperança de se conquistar novos bens, tais quais um barco novo, ou ainda um motor mais potente, de comprar novos utensílios domésticos como geladeira, móveis também gera a possibilidade de reforma e ampliação dos imóveis.

No que concerne às moradias, muitos já constroem suas casas com paredes de tijolos e revestimento em cerâmica o que evidencia uma “nova” arquitetura ribeirinha, diferente das tradicionais totalmente de madeiras, embora ainda sobre estacas, no estilo palafita.

É muito comum encontramos casas, com duas feições diferentes, uma parte totalmente em madeira e outra com paredes de tijolos. Além disso, o ritmo da construção segue o da safra do açaí. Os moradores locais sempre ligam a finalização e/ou ampliação da parte em tijolos, bem como o seu acabamento, ao período da safra que se apresenta ou então já os planejam para a próxima safra. Assim, como há a sazonalidade da produção, há também a sazonalidade das construções e aquisições materiais, dentre as quais os principais investimentos são feitos nas casas e nos barcos, como bem menciona o entrevistado abaixo:

Aqui o pessoal gosta muito de máquina (barcos) de marca. Sabe aqueles barcos que voam em cima d'água, então, esses barcos são muito caro, tanto pra comprar, quanto pra manter. Tem gente que pega todo o dinheiro da sua safra e investe no barco, Entendeu? Num barco aí poderoso, que eles desfilam. Outros investem numa boa casa, tem muitas boas casas por ai, que se você passa lá no rio “olha uma casinha”, mas se você entra, é tipo um apartamento lá do centro. [E07]

Percebemos então, que a sazonalidade do produto mais rentável do local impõe também uma sazonalidade da reprodução e/ou ampliação material das famílias. Obviamente que tal situação também se reflete no comércio de Vila Maiauatá, que tem suas vendas aquecidas no período da safra do açaí e garantidas no período da entressafra, como bem menciona um dos entrevistados:

Os comerciantes da vila, se vocês andarem lá, vocês vão ver todo mundo de chininho gasto, todo mundo muito *coisa*, mas são muito cheio da grana, tudo à custa dos ribeirinhos, por que todo mundo vai lá, compra fiado na entressafra todinha, se endivida até o pescoço, e às vezes até passa da cabeça, por que precisa, por que tem filho, por que não soube economizar quando estava na safra, né? Não



lembrou que tem o inverno todo, aí quando chega o verão, ele trabalha quase toda safra pra pagar o cara lá da vila. [E07]

Segundo relatos dos moradores, mesmo na entressafra, a produção de açaí conquistada durante a safra garante a muitos a possibilidade de obtenção de créditos perante os comerciantes da vila, o que pode gerar endividamento, como o mencionado acima, e que já compromete em parte a próxima safra.

Esta situação, porém, acaba por representar um comprometimento prévio dos rendimentos provenientes das extrações de açaí com os comerciantes locais, gerando uma espécie de círculo vicioso, principalmente para aqueles que não possuem outras fontes que dê a possibilidade de uma geração de renda, mesmo que mínima, no período da entressafra.

Todas as famílias entrevistadas têm no açaí a sua maior e principal fonte de renda, como também tem no vinho proveniente do fruto sua principal fonte de alimentação básica acompanhada da farinha, do peixe, do camarão, de aves criadas no quintal ou mesmo da carne compradas nos açougues de Vila Maiauatá.

Mas, unanimemente o elemento principal das refeições diárias é o açaí:

Em casa, não pode faltar o açaí, a gente que mora aqui já tá acostumado. Na hora do almoço tem que ter, pode ser *paral*<sup>14</sup>, pode ser do jeito que for, mas tem que ter. Eu, por um exemplo, se não tiver a comida, mas se tiver um açaí eu bebo só ele e fico cheio. [E06].

A possibilidade de pensar o futuro, de garantir o alimento diário, de planejar novas ações sobre o espaço vivido gera uma territorialização mais coesa e fixa, cimentada pelo sentimento de pertencimento mantido pela garantia, pelo menos até então, das possibilidades de inserção no mercado consumidor, como também pela possibilidade de se pensar no futuro a partir da situação concreta em que se vive, e/ou pelas possibilidades vislumbradas sob o prisma da produção e comercialização do açaí.

Tal situação avança para além da reprodução material da vida e paira também sobre o afinamento dos laços entre o caboclo e seu território, traduzindo-se em uma reprodução que é também simbólica. Isso porque encerrar questões ligadas às relações interpessoais entre os grupos e entre esses com o produto de suas produções, no caso o açaí, que foge tão somente à lógica do mercado e adentra no imaginário popular, sendo o produto festejado, cantado e adorado como mercadoria e como alimento. Alimento para o corpo e também para o íntimo subjetivo das pessoas.

---

<sup>14</sup> Também chamado de parol, diz respeito ao fruto de açaí que ainda não está totalmente maduro, apresentando manchas esverdeadas.

Sendo assim percebemos que o açaí é o principal meio de subsistência para a população local, tanto como alimento, como gerador de renda e também nos diversos usos que dão à palmeira como um todo, desde as folhas até as raízes.

Os açazais, que se espriam sobre as margens dos rios e que cercam as casas dos ribeirinhos, dão o tom das paisagens da várzea do baixo rio Meruí. Em volta das casas são como sentinelas, protetores daqueles que ali estão abrigados. E de fato o são, pois assim as palmeiras são tratadas, com devoção, com sentimento de alegria por serem elas que garantem o sustento alimentar e econômico.

O açaí era um cultivo que não era valorizado, ele nascia do nada, planta nativa da natureza, aí ele foi ganhando espaço na sociedade. Foi sendo mais valorizado, foi visto como um fruto nutritivo, que gera renda, e com um valor cultural pra nós. Porque de qualquer forma ele veio mobilizar a economia do município, hoje o município é chamado como capital mundial do açaí. O carro-chefe da economia é o cultivo do açaí [E07].

É neste contexto que o açaí possui grande valor para os ribeirinhos do baixo Meruí, seja de uso, traduzido como o principal alimento na dieta local, seja como valor de troca, como mercadoria que garante renda e possibilidades de aquisições de bens materiais e de utilidades básicas.

Para além do valor de uso e de troca, o açaí também é carregado de um valor simbólico, traduzido nas festividades, nas lendas e nas músicas. O açaí está na boca daquele povo, não apenas como alimento do corpo, mas também como alimento da cultura, sendo essencial para a manutenção do modo de vida e da territorialização dos ribeirinhos do lugar.

Comprendemos então a reprodução material da população local sendo expressa numa territorialidade umbilicalmente ligada ao valor de uso e de troca do açaí. Assim, a relação da sociedade local com seu território, tanto no que se refere ao sentimento de pertencimento, quanto às questões ligadas à sobrevivência, estão imbricadas na produção e no consumo do açaí.

Desta relação surge o valor que se dá ao meio em que se vive. O meio em questão não teria propriamente o seu valor atribuído ao espaço físico habitado, traduzido em valor de troca da terra num sentido capitalista da questão. Mas sim, na capacidade que o território tem de produzir e reproduzir a manutenção da existência material da população local, principalmente no que concerne à alimentação e moradia.

A compreensão então da territorialidade daqueles que habitam um determinado território, perpassa pelos diferentes usos que se fazem ou que se dão no território. Porém, cabe

ressaltar que o uso pode se dar por atores e ações de fora do território. Esse é o contexto dos atores hegemônicos, mas o uso do território, sobre o qual estamos tratando é o território dos atores hegemonzados, para os quais, o território é como um abrigo. Neste caso há sempre criação e recriação de estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares. (SANTOS, 2000).

Neste caso percebemos o caráter dual, não excludente, no uso do território pelos ribeirinhos, pois ao mesmo tempo em que o território se apresenta como fonte de exploração de recurso, ele também se traduz no abrigo, onde a natureza é posta como um meio para se manter e se reproduzir a vida (ANTONGIOVANNI, 2006).

Silva (2009) tece algumas considerações que também servem de base para a compreender a questão:

As relações entre sociedade e território continuam sendo sempre determinadas pelas suas necessidades de habitação e alimentação, pode-se aferir que quanto mais sólido se torna o vínculo pelo qual a alimentação e a moradia prendem a sociedade no solo, tanto mais se impõe à sociedade a necessidade de manter a propriedade de seu território (SILVA, 2009, p. 38).

A afirmação da territorialidade é construída pelos agentes sociais, para os quais seus espaços de vivência, onde estabelecem suas relações sociais mais imediatas e criam condições de relações mais amplas, está associada a suas estratégias de sobrevivência, sendo o açaí a principal delas.

Ao mesmo tempo em que o uso e a troca do açaí enquanto valor propiciam as condições para a reprodução social, modificam e afirmam o modo de vida local. Afirmam, pois se concretizam no sentimento de pertencimento, no reconhecer-se enquanto ribeirinho, na manutenção das tradições e no fazer cotidiano. Modificam, pois o modo de vida é sempre dinâmico e as externalidades introduzem novos elementos à vida do lugar, sem que isso necessariamente destrua a personalidade já arraigada sobre o espaço.

### **3.3. Entressafra: afirmação de territorialidades e estratégias de sobrevivência**

#### *3.3.1. Outros recursos naturais como estratégias de sobrevivência na entressafra*

A entressafra do açaí traz consigo a necessidade de elaboração de estratégias que sejam capazes de garantir a subsistência da população local. Neste contexto, podemos

compreendê-las como sendo bastante complexas e desafiadoras, pois é nesta condição que as formas mais simples de uso do ambiente em que se vive adquirem um valor inestimável.

Os moradores do baixo Meruú lançam mão de diferentes estratégias, que na maioria das vezes tem como objetivo principal a alimentação e a garantia da sobrevivência em um período que o recurso principal (açai), para a maioria, assume somente o seu valor de uso, no caso para a alimentação, pois a redução drástica da produção não garante o comércio que gera maior lucratividade.

Segundo informações obtidas em entrevistas e pela vivência em campo, as estratégias mais adotadas são em ordem de importância: o açai para o consumo próprio, safra de inverno (safrinha) e manejo dos açazais com retiradas do palmito, a pesca de peixes nos rios, mas principalmente a de camarão, consumo e pequeno comércio de frutas (manga, cacau, miriti, limão, cupuaçu, entre outras), trabalhos temporários, comércio de sementes e raízes e criações de animais.

### 3.3.2. *O açai, o palmito e o açazal na entressafra*

Como já dissemos, mesmo sendo sazonal, o açai não deixa de ser produzido no período da entressafra. O que acontece é uma diminuição drástica da disponibilidade do produto. Porém, ainda sim ele não deixa de ser um dos principais alimentos da população local.

Para a maioria da população, que retira grande parte de sua renda da produção do açai, a entressafra traz consigo certa estagnação econômica ao lugar. Mas o produto não falta na mesa da população.

Embora haja escassez do produto, ele não deixa de ser comercializado, em volume bem menor, mas com um valor bem maior, pois a diminuição da oferta no mercado gera uma elevação significativa no preço do produto. Essa realidade, de elevação dos preços na entressafra, está diretamente ligada ao tamanho da propriedade e do açazal. Como bem se pondera na entrevistada abaixo:

A gente sempre vende, por que quando a gente prepara o açazal, sempre nas entressafas não acabado tudo não, sempre fica. Aí um dia ou outro você vai ao mato, aí tem uma, duas, três latas de açai, você apanha. Aí deixa passar duas semanas, já tem de novo, cinco, seis latas e você torna a apanhar. O preço é melhor também [E06].

Quanto maior o açazal, maiores e melhores são as oportunidades e lucratividade:

Mas, quem tem terreno grande, tem uma boa safra de açaí na entressafra, no caso chamam de “safrinha”, só que essa “safrinha” dá quase o mesmo tanto da safra grande, por que o açaí fica muito caro, por exemplo: um *paneirinho* pequeno que é uma lata (20 litros) dessas de tinta, que no verão, no caso na safra, é vendido por 10 reais, 8 reais, até 5 reais dá, na entressafra custa 50 reais [E08].

Quanto os preços, são mais favoráveis aos produtores, a maioria não dispõe do produto, pelo menos numa quantidade suficiente para gerar maior renda. Mas, uma pequena parcela de produtores, que possuem maiores açazais, acabam se beneficiando da sazonalidade, em decorrência do aumento do preço pago, imposto pela falta de produto no mercado, com a entressafra.

Além da possibilidade de se fazer um pequeno comércio, com o preço mais significativo, produtores locais também aproveitam o período da entressafra para fazer o manejo dos açazais. Esse manejo está relacionado à limpeza do terreno, à diminuição do número de árvores nas touceiras, para garantir uma boa produtividade das que ficam, à eliminação de árvores altas, que representam ameaça ao apanhador e das que já não produzem tanto. No dizer de um morador do local:

Quando chega a entressafra, é o período da limpeza, do mato em geral, tanto cortar os matos mesmo quanto fazer a limpeza do açazal, que aqui eles tratam como “desenvaração”, “desenvaramento”, tanto faz [...] eles limpam o pé de açaí. Tiram as árvores que não vão dar fruto, pra liberar as que vão dar. Eles tiram as que *tão* mais *alta* por que fica difícil. Ninguém quer tirar quando a árvore está muito alta, tem que tirar todinha as *alta* e deixar as baixas [...] [E07].

É durante o processo de manejo e limpeza dos açazais, no período da entressafra, que se aproveita também o palmito. Embora no passado tenha sido o foco central da economia gerada pelos açazais, na atualidade, pelo menos dentro da lógica do baixo rio Meruí, a produção de palmito não é tão significativa. Sua extração e comercialização estão diretamente ligadas ao manejo dos açazais.

Quando uma árvore esta muito alta, ela esta imprópria pra dar fruto. O açazeiro melhor é o mais baixo, pois torna mais fácil o manejo. Da árvore alta se aproveita o palmito, a gente vende para as fábricas da vila, o valor não e muito alto, mas dá pra o trabalhador [E01].

Seguindo essa mesma lógica, outro entrevistado afirma:

No caso da minha família, quando chega a entressafra do açaí, é a oportunidade que a gente tem de fazer o manejo. Aí vai tirando o palmito, vai vendendo pra sobreviver, é uma forma de preparar o açazal pra esperar a safra [E16].

Em verdade, a atividade de extração do palmito é apenas complementar e, muitas vezes, o palmito é usado como moeda de troca. Essa relação se dá porque é muito comum se

fazer a contratação de pessoas para trabalharem na limpeza dos açazais, neste caso parte do pagamento é feito com o palmito retirado durante o manejo.

Bem, o palmito é um recurso que ajuda um pouco, mas não é muito negócio, por que é assim, acabou a safra. Faz a limpeza do açazal, tira o palmito, vende, mas é tão barato que não é muito vantagem, vende só pra não perder [...], mas não tem um lucro bom, [...], só pra quem tem muito, [...] aqui a mão de obra é muito difícil, então o pessoal negocia assim: tu limpa ali uma hectare pra mim e o que tirar de palmito lá é teu, é tipo uma troca, funciona assim [E08].

Como se vê mesmo com a sazonalidade do açaí, em sua entressafra, ainda é o produto de suma importância dentro da dinâmica social da localidade, como também da territorialidade da população. Com isso, podemos ratificar a condição do açaí como o dinamizador do modo de vida da população do baixo rio Meruí, gerando renda na safra e complementando à sobrevivência na entressafra, como também possibilita uma territorialização e um uso diferenciado do território pelos ribeirinhos locais.

### 3.3.3. A pesca

Tradicionalmente, a pesca faz parte da vida do ribeirinho amazônico. Essa atividade, porém, dependendo do contexto e da localização da população, pode ou não assumir papel de protagonista da sobrevivência e, até, da territorialização da população.

No caso específico do baixo Meruí, a pesca se intensifica muito no período da entressafra do açaí, em parte com objetivos comerciais, mas muito mais intensamente como elemento para a garantia da sobrevivência família, ou seja, é uma pesca de subsistência voltada para a alimentação.

No dizer de um morador local:

Peixe, camarão, é do que a gente vive na entressafra, é de pesca, do manejo, e do trabalho, a roçagem né? Preparar o açazal na época do inverno, aí faz aquele manejo, tira aqueles filhos que a gente vê que são improdutivos, aí deixa só o produtivo. Com isso a gente vai “tariando”, até chegar o mês de agosto que é o quando começa o açaí, aí a gente já começa... [E05].

Porém, há aqueles que ainda conseguem fazer uma pesca com o intuito de comércio:

O [meu marido]<sup>15</sup> não é um bom pescador, às vezes ele pesca, às vezes não pesca nada. Então quer dizer, quem pesca, como meu irmão, que é um pescador profissional, ele pega filhote, essas coisas *toda*, às vezes ele pega três, quatro peixes e dá pra passar a semana [...] porque pegou peixes grandes, vendeu, aí os outros não, os outros só às vezes pescam [E07].

<sup>15</sup> Neste caso, houve a subtração do nome da pessoa em questão, pois a entrevista foi feita com sua esposa e esta cita nominalmente o seu marido, por questões éticas substituímos o nome citado pela expressão “marido”.

Mesmo a pesca sendo uma realidade dentro do contexto local, ela não necessariamente é uma condição para todos no período da entressafra, pois há aqueles que acham perda de tempo, pois as condições locais já não são favoráveis à atividade.

A gente aqui na pesca é assim, o menino coloca malhadeira, mas dá pouco, depois que colocaram esses motores aí eles espantam muito marisco, fazem muito barulho. Antigamente os peixes apareciam mais, mas agora é só pra perder tempo. (E01)

A pesca então na condição do ribeirinho do baixo Meruí é importante para a subsistência local, mas sua prática não é unanimidade entre a população. Mesmo sem ser uma atividade desenvolvida por todos, ainda é uma importante fonte de expressão da territorialidade (figura 26). Essa expressão em muito pode ser conflitante, o que leva os ribeirinhos de determinado furos, como acontece no rio Caiazinho (figura 27), a limitarem a pesca somente aos moradores do rio:

**Figura 26: Rede de pesca usada para tapar pequenos córregos**



**Figura 27: Placa indicando proibição da pesca**



Fonte: Lima, R. Trabalho de campo (2014).

As estratégias de sobrevivências ligadas ao pescado podem ser compreendidas em uma circunstância onde o peixe é propriamente mais para o consumo, pois é uma pesca artesanal, com o uso de anzóis e no máximo malhadeiras com baixa capacidade de pesca. Já a pesca do camarão, feita com matapi<sup>16</sup>, (ver figuras 28 e 29) também é muito praticada para fins da alimentação familiar, mas é muito comum o comércio desse produto na vila, o que garante uma pequena renda.

<sup>16</sup> Armadilha cilíndrica, confeccionada com tala de miriti, utilizada para capturar camarão nos rios da Amazônia.

**Figura 28: Matapis prontos para serem utilizados****Figura 29: Matapis em frente à casa de ribeirão local**

Fonte: LIMA, R. Trabalho de campo (2014).

Mesmo a população do baixo Meruí, tendo a sua máxima expressão de sobrevivência e de renda voltadas para a produção do açaí na várzea, o rio é também parte desta expressão de territorialidade, bem como a pesca é importante para a sobrevivência local. Podemos então afirmar que nem todo ribeirão vive da pesca, mas a pesca é também expressão da condição ribeirinha na Amazônia, mesmo conciliada e/ou consorciada com outras atividades mais expressivas do ponto de vista da obtenção de renda e de sobrevivência.

#### *3.3.4. Consumo e pequeno comércio de sementes e frutas*

Tanto no período da safra, quanto principalmente na entressafra, é comum entre os locais a produção e a extração de algumas frutas que estão localizadas em meio aos açazais. Tais frutas cumprem a função de ser um complemento à dieta alimentar local, como também podem ser comercializadas, porém em intensidade e quantidade bem pequenas.

A utilização de frutas colhidas e/ou plantadas é uma condição comum à população ribeirinha amazônica. Neste caso particular, mesmo sendo os açazais dominantes, a população local sempre os concilia com a produção de outras frutas, ou mesmo, mantém as árvores frutíferas nativas preservadas, para assim obter delas frutos que podem ser comercializados e utilizados, no caso do baixo rio Meruí, como complemento da dieta alimentar local (figuras 30, 31, 32, 33, 34 e 35).



**Figura 30: Bananeiras em meio ao açcaizal**



**Figura 32: Urucunzeiro em meio ao açcaizal**



**Figura 34: Taperebá colhido em meio ao açcaizal**



Fonte: LIMA, R. Trabalho de campo (2014).

**Figura 31: Cacaueiro em meio ao açcaizal**



**Figura 33: Limoeiros em meio ao açcaizal**



**Figura 35: Manga dispersas em meio ao açcaizal**



O quadro abaixo indica as principais frutas, bem como os principais usos que se dão a elas:

Quadro 4: Principais frutas consumidas no local

Frutas e sementes	Nome Científico	Usos
Cacau	Theobroma cacao L.	Consumo in natura, como suco, produção de chocolates caseiros e pequeno comércio.
Cupuaçú	Theobroma grandiflorum	Consumo como sucos e cremes e pequeno comércio.
Manga	Anacardiáceas	Consumo in natura, produção de sucos e cremes e pequeno comércio.
Taperebá	Spondias lutea L.	Produção de sucos.
Banana	Musa spp.	Consumo in natura e comércio.
Limão	Citrus Limonium	Uso na cozinha, sucos e comércio.
Ingá-Cipó	<i>Inga edulis Mart.</i>	Apenas consumo in natura.
Araçá	<i>Psidium cattleianum.</i>	Apenas consumo in natura.
Jambo Rosa	<i>Syzygium jambos.</i>	Consumo
Mirití	<i>Mauritia flexuosa</i>	Produção de vinhos e mingaus.
Murumuru	<i>Astrocaryum murumuru Mart</i>	São aproveitadas as amêndoas para serem comercializadas junto às cooperativas locais.
Andiroba	<i>Carapa guianensis Aubl.</i>	São aproveitadas as sementes para a produção artesanal de óleo utilizado como cicatrizante. A produção é somente para o consumo.

Fonte: LIMA, R. S. Trabalho de campo (2013/2014).

A andirobeira é também encontrada em meio ao açazal, assim como as palmeiras de murumuru. A primeira é coletada para a produção de óleo cicatrizante, feito de forma artesanal e para atender as necessidades da família. Já o murumuru tem sua coleta voltada apenas para a comercialização junto às cooperativas locais, que segundo relato dos moradores, é repassado para a empresa Natura. Mas, ainda conforme os moradores

entrevistados, o retorno financeiro é muito baixo diante da dificuldade que se tem de coletar as amêndoas, pois estas caem em meio aos espinhos existentes na palmeira e nas folhas que caem ao redor.

A importância das frutas e das sementes é mencionada pelo morador:

Além do açaí, a gente retira o fruto do murumuru, a fruta da andiroba, miriti, cacau, cupuaçu, banana, tudo isso da natureza.

A banana, cacau, o miriti é pro nosso consumo, a gente não vende esses, mas o murumuru a gente vende. É vendido pra Natura através da cooperativa. Nós colhemos o produto, a castanha, entregamos pra cooperativa e é ela que tem contato com a empresa Natura, depois se tira a porcentagem [E16].

Outro morador local, também ressalta a importância das frutas e o pouco comércio que se faz delas:

Olha, por exemplo, tem muita manga, que não tem comércio, tanto que vocês podem olhar bem aí, tá fazendo lama, não tem comércio. A gente não tem nem pra quem dar, tem limão, pouco comércio, tem cacau, que apesar de ser uma fruta que eu vejo na televisão, era o ouro do Brasil, mas não tem comércio aqui também, [...], a pessoa nem perde tempo por que dá muito trabalho pra tirar, pra limpar. Eu tiro e faço chocolate pra tomar em casa [E07].

A partir dos relatos conseguidos com as entrevistas e também com a análise da realidade vislumbrada com a vivência, junto à população local, por meio das incursões à campo, podemos perceber que à primeira vista as frutas e os outros elementos naturais encontrados no espaço local não possuem um peso tão significativo nas estratégias de sobrevivência da população. Porém, essa primeira impressão é errônea, pois embora o peso comercial de tais produtos não seja tão significativo, gera uma pequena renda que em tempos de menos abundância passa a ser significativa.

Mesmo não tendo um peso tão significativo na composição da renda familiar, as frutas e outros produtos naturais são de muita importância para a garantia da segurança alimentar, como também para a produção de medicamentos. Elas representam uma farta oferta de proteínas, calorias e vitaminas e proporcionam um bom padrão de saúde, nutrição e qualidade de vida para o grupo populacional em questão. Assim, pode-se dizer que embora não garantam a reprodução material, as frutas e sementes em questão proporcionam alimentação e elementos que são essências para a dieta alimentar local, garantido, se não renda, mas alimentos saudáveis e essências que podem ajudar a tratar algumas doenças e/ou em baques e quedas como o ocorre com o óleo da andiroba.

### 3.4. Uso do território e modo de vida no baixo Meruí

Na tentativa de melhor compreender o modo de vida e especializar a territorialidade dos moradores ribeirinhos do baixo rio Meruí, além das entrevistas, adotou-se também como estratégia metodológica a elaboração de uma oficina para a construção de um mapeamento participativo.

Conforme pondera Acselrad (2008), as iniciativas de mapeamentos participativos podem ser motivadas por vários objetivos, dentre os quais a resistência à globalização, ou mesmo a sua efetivação, além de possibilitar práticas que buscam integrar territórios através de fixação de limites e/ou fortalecer processos políticos autônomos.

A construção de mapeamento aqui apresentada não tem pretensões de ser um instrumento de demarcação territorial e/ou objetiva delimitar o território da população ribeirinha do baixo rio Meruí, pois já não existem áreas comuns. Com exceção dos rios, todos os espaços locais já são loteados e possuem seus devidos proprietários.

A utilização do mapeamento participativo é meramente metodológica, cujo objetivo é especializar a territorialidade dos produtores de açaí do baixo rio Meruí para melhor visualizar como estes fazem uso do território, este sendo expressão indissociável do modo de vida local.

A compreensão do que é o mapeamento participativo, bem como seus objetivos, se coadunam com as ideias de Acselrad (2008) para quem o mapeamento participativo se baseia no conhecimento espacial e ambiental de populações locais. Para além desse conhecimento, faz-se necessário o diálogo com o conhecimento científico.

Para Farias (2014):

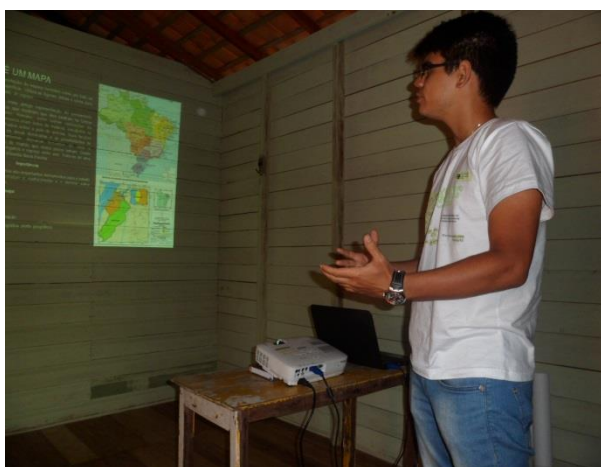
A cartografia participativa é uma atividade coletiva guiada entre atores participantes sobre uma base espacial explícita, o produto dos mapeamentos participativos são planificações com um objetivo e uma estratégia para o uso comum, realizada com a colaboração de toda a comunidade em um processo aberto e inclusivo. O mapa final vai refletir a experiência coletiva do grupo que produziu o mapa (FARIAS, 2014, p. 27).

Comprendemos o mapeamento participativo como sendo parte do procedimento qualitativo, sendo a comunidade em questão, o ator principal. Neste caso, buscou-se valorizar e validar a linguagem oral e as representações simbólicas que a população traz sobre o território vivido, ou seja, quis-se compreender a combinação do espaço percebido, concebido e vivido. Por isso, a necessidade da elaboração conjunta do mapa que fosse revelador do conhecimento coletivo, das necessidades e das potencialidades do território representado, como também revelar possíveis conflitos.



Para a elaboração do mapa participativo, primeiramente foi feita uma oficina onde inicialmente apresentou-se os objetivos do trabalho, explicando a importância dos mapas, seus principais elementos, como também foi apresentado o Sistema de Posicionamento Global (GPS). Em seguida, foram mostradas algumas imagens de satélite da localidade para melhor visualização e compreensão daquilo que se queria apresentar. No desenvolvimento da oficina, contou-se com a colaboração de dois bolsistas do GAPTA (Grupo Acadêmico de Produção Territorial e Meio Ambiente da Amazônia). (figuras 36 e 37).

**Figura 36: Oficina realizada em uma residência de um morador local.**



**Figura 37: Oficina realizada em uma escola local.**



Fonte: LIMA, R. S. Trabalho de campo (2014).

A oficina e o mapeamento foram realizados em duas etapas e em locais diferentes, mas no mesmo dia (12/09/2014). Uma ocorreu pela manhã na casa de um morador local, e a outra no período da tarde em uma escola da comunidade. Esta divisão foi necessária para atender a disponibilidade de tempo da população local, pois nem todos poderiam estar no mesmo lugar no horário estabelecido. Para atender tais especificidades, decidiu-se então fazê-las em duas etapas em horário e locais diferenciados. (Figuras 38 e 39)

**Figura 38: Mapeamento participativo feito na casa de um morador local.**



Fonte: Pedro. Trabalho de campo (2014).

**Figura 39: Mapeamento participativo feito em uma escola da localidade.**



Finalizada essa primeira parte da exposição, apresentaram-se alguns conceitos referentes ao mapeamento participativo, mostrando as diferenças e semelhanças entre este e o mapeamento tradicional. Concluída a exposição, foram mostrados os mapas da localidade, para que a comunidade pudesse esboçar os principais pontos de referências no mapa, sendo este trabalho sempre acompanhado com muitas discussões e indagações por parte da comunidade. (Figuras 40 e 41).

**Figura 40: A comunidade discutindo e utilizando os mapas.**



Fonte: Pedro. Trabalho de Campo (2014).

**Figura 41: A comunidade discutindo e utilizando os mapas.**



Os moradores puderam escrever e rascunhar sobre o mapa, revelando os principais pontos de referências, áreas de lazer e espaços conflitantes. Assim, foi-se revelando a territorialidade dos moradores da localidade. O conhecimento empírico que a comunidade traz do seu lugar de vivência foi bastante enriquecedor ao trabalho, pois suas territorialidades, pelo

mesmo em parte, puderam ganhar visibilidade no mapa, que até então era mudo, no que concerne à vivência e as referências sociais e culturais da comunidade (mapa 2).

O mapa revela, em parte, o a territorialidade dos ribeirinhos do baixo rio Meruí, como também é revelador do uso do território, sendo este a expressão da vivência cotidiana da comunidade. É um território híbrido onde o lazer, o trabalho e as moradias estão, muitas vezes, sobrepostas num mesmo lugar evidenciando um uso múltiplo do território. Daí, só possível compreendê-lo dentro de sua complexidade.

Ao mesmo tempo em que o território é o espaço da produção econômica, é também o espaço da vivência familiar, de vizinhança, da produção cultural e política da comunidade. Também é o espaço da reprodução de um modo de vida que não está isolado e como qualquer outro modo de vida, não é inerte. Porém, as evidências de uma introdução de novos elementos da cultura global são evidentes no lugar. Há afirmação do pertencimento, do se reconhecer enquanto indivíduo e coletividade dentro de um quadro social, cultural e político particular diferenciando o modo de vida local, cuja base da existência tem íntima relação com a natureza.

O rio é o espaço de uma cadência cotidiana, ligada principalmente à necessidade de se locomover pelo espaço local, mas sempre combinada com a estrada, que possibilita não somente o escoar da produção, mas também a ir mais longe, acessar outras localidades, o centro do município e outros municípios. Os rios e a PA 407, com todos os seus infortúnios, são indispensáveis aos fluxos que se dão naquela região.

Rio e estrada, como vislumbrados no mapa participativo, também expressam conflitos. Na estrada, esse conflito se manifesta na precariedade de seu trajeto e suas pontes, como também no transporte de pessoas feito por donos de vans que, segundo os moradores cobram um preço caro por um transporte inadequado e inseguro, sem que haja efetivamente veículos públicos que atendam de maneira satisfatória a população.

Quanto aos rios, como não há abundância de pescado, muitos moradores restringem o uso de alguns deles somente aos moradores do rio. Para tanto, colocam placas avisando sobre a proibição referente à pesca, ao tomar banho e embarcar e desembarcar pessoas e mercadorias. Tal atitude, porém, não é suficiente para impedir a entrada, principalmente para a pesca, de pessoas de fora, o que muitas vezes leva a discussões e expulsão de estranhos ao rio em questão. Esta atitude está ligada à necessidade, segundo os moradores, de garantir o pescado, que em tempos de entressafra torna-se bastante importante para a alimentação.



# TERRITÓRIO VIVIDO DOS RIBEIRINHOS PRODUTORES DE AÇAÍ DO BAIXO RIO MERUÚ





Ao mesmo tempo em que o rio, nessa lógica de sobrevivência, torna-se um espaço de conflito, fazendo surgir territorialidades divergentes, é o espaço de uso comum, onde se manifestam também aproximações e celebração, com destaque para a procissão religiosa mais popular do município de Igarapé-Miri, o Círio de Sant'Ana.

As comemorações alusivas ao círio acontecem no período de 16 a 26 de julho. Inicia-se com uma procissão terrestre, que conduz a imagem da Santa da igreja matriz de Igarapé-Miri até a igreja de Maiauatá e são finalizadas com a procissão fluvial, que percorre as águas do rio Meruí e Miri, até retornar à igreja matriz, na sede do município. Novamente, rios e estrada se entrecruzam e traduzem parte da territorialidade religiosa dos ribeirinhos do baixo Meruí.

O rio Meruí, como apontado no mapa participativo, também é o espaço de outros fluxos alheios ao cotidiano da localidade, como o constante tráfego de balsas abarrotadas de madeiras extraídas das matas amazônicas, cuja procedência foge ao conhecimento local, mas são sempre vistas com muita desconfiança no que se refere à legalidade da mercadoria.

Outro fator que está ligado ao rio é o perigo referente aos chamados piratas, que na calada da noite roubam as embarcações dos moradores. Segundo eles, há várias ocorrências desse tipo. Há também aqueles que entram pelos rios, também no período da noite, para furtar açaí.

A ação dos que furtam açaí, segundo relatos, se dá em duas etapas. Durante o dia observam os pés de açaí com frutos já maduros, principalmente das árvores às bordas dos rios e marcam essas árvores com cordas ou fitas. Na segunda etapa, durante a noite, retornam para apanhar os frutos. É por isso que os moradores estão sempre atentos a pessoas estranhas que circulam por suas propriedades.

A territorialidade expressa no mapa participativo, bem como nas falas dos moradores locais, são reveladoras de territorialidades quase sempre invisíveis, mas que se materializam em espaços únicos, cujo modo de viver também é único e entrelaçado com outros espaços. Neste caso particular, principalmente através da força da produção do açaí, que ao mesmo tempo em que se torna um produto global, afirma ainda mais o modo de vida da comunidade do baixo rio Meruí. Essa população que tem nesse produto sua principal fonte de renda e reprodução material, mas não é o único elemento da sobrevivência local, pois aqueles que fazem das margens dos rios do baixo Meruí sua morada também lançam mão de diversas outras estratégias de sobrevivência na tentativa de compensar a sazonalidade do produto.

A partir da oficina e da construção conjunta do mapeamento participativo, podemos compreender que a territorialidade é um processo social cujas feições são tanto econômicas,

políticas, mas também culturais do grupo estudado. Assim, a territorialidade dos ribeirinhos do baixo rio Meruí é correspondente às suas relações sociais e às atividades diárias que envolvem o fazer doméstico, as relações familiares e de vizinhanças, assim como as relações que mantêm com a natureza. É neste quadro que se constrói e se afirma o modo de vida local, como também se transforma. Isso significa dizer que o modo de vida não é a pausa do movimento, mas sim o movimento em pausa.

Como vimos, território, territorialidade, estratégias de sobrevivências e modo de vida são elementos essenciais para se pensar a produção desigual, mas também diferenciada do espaço, cuja dinâmica é carregada de elementos culturais que cimentam um modo de vida particular e dinâmico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os argumentos aqui apresentados são fruto de um esforço intelectual no sentido de apresentar a importância do território enquanto categoria de embasamento, para entender os processos sociais inerentes ao espaço amazônicos, principalmente no que diz respeito às comunidades ditas tradicionais, e mais especificamente dos ribeirinhos do baixo rio Meruí, que têm no açaí uma de suas principais fontes de renda.

Um dos fatores motivadores desta pesquisa foi o melhor conhecimento do território, da territorialidade e do modo de vida daqueles que estão diretamente envolvidos no processo de produção de um produto que vem ganhando cada vez mais espaço no comércio nacional, e internacional, no caso o açaí.

Compreende-se o território e seus recursos como carregados de um dinamismo que se diferencia ao longo do espaço e do tempo. Nesse sentido, recursos que marcam de forma significativa uma determinada comunidade, tanto do ponto de vista econômico, quanto por uma perspectiva mais simbólica, podem não ter o mesmo significado para outras. Um mesmo espaço pode ganhar feições e razões existências também diferenciadas ao longo do tempo. Territorialidades ora invisíveis podem ganhar visibilidade a partir das circunstâncias que se impõem ao uso do território, ou mesmo, podem deixar de ser visíveis, dependendo do contexto.

No caso específico a que se propôs esta pesquisa, pode-se compreender o dinamismo e os diferentes usos que se deram ao território do baixo rio Meruí, sempre inseridos a uma dinâmica que extrapola o lugar, mas vincula-se ao município de Igarapé-Miri (PA), e este como a sua região imediata. Mas, que também influencia e é influenciado por fluxos ainda mais externos. No caso, os fluxos externos foram decisivos na constituição de territorialidades na região do Baixo Tocantins.

Essa constituição vem desde o período de ocupação inicial, ainda durante a colonização, cuja apropriação do espaço se deu através dos aldeamentos, da exploração das “drogas do sertão”, passando pelo processo de expansão das lavouras de cana-de-açúcar no século XVIII, com destaque para a produção de água aguardente. Essa última atividade legou profundas marcas, tanto nas paisagens quanto na identidade do lugar, pois por muito tempo foi o elemento territorializador dos indivíduos das margens dos rios daquela região. A partir de então, o território do baixo rio Meruí vem sofrendo transformações significativas em seu uso.

A decadência da produção aguardenteira se deu, em parte, pelo amadorismo da produção, pelas questões trabalhistas e pela falta de competitividade que a produção local tinha em relação à externa. Principalmente provocada pela política de integração da região encabeçada pelo poder central. A integração não veio acompanhada de uma política pública que garantisse sobrevivência aos produtores aguardenteiros locais. Assim, desestruturou-se toda uma relação de produção local, bem como desterritorializou-se muitos do que direta ou indiretamente viviam da produção canavieira.

Com a decadência da produção canavieira, novos fluxos passaram a incidir sobre a região, com a extração do palmito, que se deu a partir da decadência da produção palmiteira do Sudeste do País, provocada pela exaustão das palmeiras de onde se retirava o produto. Essa atividade na região Norte também se mostrou bastante danosa, do ponto de vista ambiental, mas constituía-se em alternativa de sobrevivência à população local.

É bom salientar que por todo o percurso de usos que foram se dando ao espaço aqui estudado, o açaí sempre foi um recurso presente, mas sem o valor, pelo menos comercial, que se tem na atualidade.

A partir dessa dinâmica de transformação no uso do território, dos recursos dele provenientes e das territorialidades é que podemos compreender que os processos e as relações sociais, sejam elas econômicas, políticas e/ou culturais dos indivíduos ou de uma determinada comunidade, pode se constituir diferentemente ao longo do tempo e do espaço.

Isso acontece, pois a produção do território é uma ação histórica, encabeçada por indivíduos ou grupos historicamente condicionados, os quais a partir dessa produção constroem e consolidam suas identidades em um modo de vida particular que se organiza e ganha concretude nas relações cotidianas. Assim, as territorialidades e a identidade que se constitui a partir delas é sempre um processo histórico que se efetiva tanto cultural quanto econômica e politicamente.

No presente, o recurso que materializa as territorialidades do baixo rio Meruí é o açaí que, diferentemente de outros produtos agricultáveis de valor comercial é, em grande parte, conduzido por pequenos produtores, em sua maioria ribeirinhos que veem em sua produção a possibilidade de melhorar a sua condição de existência. Os demais produtos agrícolas, quando entram no circuito do mercado, rapidamente são cooptados por uma produção racional gerida por empresários rurais que visam a racionalização da produção para gerar maior produtividade e lucratividade. O açaí é um produto tipicamente do espaço amazônico e hoje ganhou amplitude de uma escala que supera a regional, chegando a um contexto global, como já ocorreu com outros. Porém, para que tal produto ganhe mercado e expressão nacional e

global há o trabalho de indivíduos e coletividades invisíveis ao mercado. Há entre essas pessoas mais que produção para o mercado, há relações sociais cotidianas e territorialidades que não estão impressas nos rótulos do produto que entram no mercado e chegam às prateleiras dos supermercados na forma de doces, sucos, energéticos, cosméticos, etc.

Falar da produção do açaí e do seu valor atual, necessariamente nos leva a falar daqueles que o produz. É falar de territorialidades e de sobrevivências e vivências cotidianas. É inseri-los em um contexto amazônico tornado invisível pela força hegemônica que se concentra somente no produto e não nos seus produtores.

Fazer alusão ao espaço amazônico, forçosamente, perpassa pela lógica da diversidade. Qualquer afirmação que visa a tentativa da homogeneização socioespacial já se constrói fadada ao equívoco, numa perspectiva mais otimista, pois não raro esse tipo de análise traz em si um conteúdo ideológico bastante significativo e vinculado a interesses quase sempre econômicos de apropriação e expropriação socioambiental.

As palavras que, do ponto de vista deste trabalho, melhor traduzem o espaço amazônico são: multiplicidade e complexidade. Elas são traduzidas em sua forma e conteúdo, fixos e fluxos, paisagens e dinâmicas, territórios e territorialidades. Em cada fração do espaço amazônico essa dinâmica se apresenta sempre carregada de significados e significantes que dão ao lugar características próprias, dinâmicas particulares que resultam em estratégias de sobrevivências e que marcam os modos de vida das comunidades locais.

No caso particular da localidade aqui tratada, fica evidente a constituição de um modo de vida que se afirma no tempo e no espaço a partir das relações que os sujeitos travam entre si e destes com os usos que fazem do espaço. O espaço tornado território, pois é apropriado e usado para a manutenção econômica e também cultural da comunidade.

De um lado, temos a produção e a reprodução material da comunidade e de outro, temos paralelo e mesclado à primeira, a produção e reprodução imaterial, que juntas formam um modo de vida particular no baixo rio Meruí, cujas territorialidades são a tradução dessa produção material/imaterial, pois refletem a sociedade que a construiu e marcam em parte a identidade local, dando maior espessura ao enraizamento.

Percebe-se que o modo de vida no baixo rio Meruí está muito ligado ao período de safra e entressafra do açaí, que é o principal recurso econômico, mas também simbólico e marcante na paisagem local, explorado pela população local. A partir de sua sazonalidade, em diferentes períodos do ano são desenvolvidas estratégias de sobrevivência, o que implica em diferentes territorialidades assumidas pela população local para lidar com as condições postas nos diferentes períodos do ano.

Nesse sentido, as territorialidades dos agentes locais são múltiplas e assumem amplitudes diferentes de acordo com o período do ano ao qual estão ligadas a safra e a entressafra do açaí. Isso porque as relações sociais e de poder também ganham novas dimensões e amplitudes de acordo com a época do ano. Esse cenário força a compreensão do espaço amazônico em sua multiplicidade, pois sua compreensão perpassa pela compreensão de seu contexto espacial e temporal.

Outro ponto relevante a que se chegou foi o fato de que a produção espacial local gera territorialidades carregadas de significados, o que confere uma identidade ao local, no sentido de pertencimento ao lugar. Assim, vemos que a produção material, não necessariamente, está desvinculada da produção imaterial e simbólica. Dentro desta perspectiva pensa-se o espaço não apenas sobre a lógica de sua produção desigual, mas também a partir de sua produção diferenciada.

O espaço e o modo de vida no baixo rio Meruí são caracterizados, então, a partir do cotidiano onde estão imbricados nas estratégias de sobrevivência adotadas pela comunidade. Estratégias essas, ora pensadas coletivamente, ora individualmente, mas ambas, se dão em consonância com a relação dos indivíduos com seu espaço de vivência, pois ao mesmo tempo em que é o lugar da abstração também é o lugar da concretude, da existência e de como se percebe essa existência.

Apenas a partir de observações empíricas foi possível perceber que para os ribeirinhos do baixo rio Meruí, em geral, a coleta de produtos, sejam florestais ou até mesmo a pesca, que pode ser considerada uma das características principais de populações ribeirinhas, não é tão significativa sob o prisma da geração de renda e, conseqüentemente, da reprodução material, na comparação com o açaí, mas representa e se apresenta como compreendido no contexto da sobrevivência e como elementos centrais no modo de vida dos grupos domésticos.

É nesse quadro de reprodução material e de sobrevivência e vivência cotidiana que o território local constitui-se e caracteriza-se pelas suas múltiplas formas de uso. Tais usos estão justapostos, vivenciados de forma complexa pela população local, pois o espaço de produção do trabalho para o comércio não necessariamente está separado do espaço do trabalho para o consumo da subsistência, como também não está dissociado do espaço do lazer, e do conviver com os outros, além de estar permeado por relações de vizinhanças.

A circulação pelos territórios apropriados por cada grupo familiar não é impedido, é livre e há uma circulação comum nos espaço que são privados, mas que juntos formam um

todo que garante uma vivência plena do espaço, formando um território cimentado pelas relações sociais de produção e reprodução material e cultural.

Ao mesmo tempo, é de uso para a produção material, é de vivência que produz o imaterial e o intangível. Neste espaço claramente a dicotomia concebido/vivido é desconstruída, pois o que há é a multidimensionalidade do poder, onde o território e as territorialidades se inscrevem no mundo dos atores sociais do lugar.

Essa percepção nos faz compreender o espaço do baixo rio Meruí pela perspectiva da multidimensionalidade do poder e das diferentes escalas nas quais se inserem o território. Podemos nos conduzir pela compreensão desse espaço enquanto território, pois este é o espaço da prática, ou produto da prática social, mas também é usado e vivido pelos atores.

Dessa forma, o modo de vida dos ribeirinhos do baixo rio Meruí está umbilicalmente ligado aos seus conhecimentos sobre o ecossistema da várzea onde fazem uso dos recursos nela existentes, seja pela simples extração, seja através do seu manejo. Tal conhecimento advém de processos de heranças históricas, de adaptações constituídas e reconstruídas no porvir cotidiano, que são transferidas entre as gerações. No caso particular aqui tratado, entre os recursos manejados, a produção do açaí é destacadamente a mais importante, pois ao mesmo tempo em que é uma mercadora de grande valor comercial, também é um dos principais alimentos da população.

Os ribeirinhos então, se apropriam dos recursos florestais de uma forma que ainda é obediente ao tempo da natureza e é sob esse tempo que se organiza o trabalho e se planejam as possibilidades de reprodução material, principalmente no que concerne à produção e comercialização do açaí. Quanto aos outros recursos, cujo comércio é nulo ou de pequenos rendimentos, mas ainda assim são condizentes com a reprodução do modo de vida local e também expressam a territorialidade e a cotidianidade da população, uma vez que fazem parte do viver e do existir no mundo.

Assim, no baixo rio Meruí, em grande parte, os fluxos e as conexões exógenas ao local estão ligadas à produção do açaí, que contribui para a produção e reprodução socioespacial da comunidade local. Desta relação surgem as múltiplas territorialidades, pois diferentes atores entram nesse processo que possui uma dinâmica local, mas que também se atrela a um contexto ampliado em decorrência da valorização do açaí no mercado externo à comunidade, como fora apresentado.

Dessa forma, os argumentos aqui apresentados são fruto de um esforço intelectual no sentido de apresentar a importância do território enquanto categoria de embasamento, para entender os processos sociais inerentes ao espaço amazônico, principalmente no que diz

respeito à comunidade ribeirinha do baixo rio Meruí, que tem no açaí uma de suas principais fontes de renda, mas que não está dissociado de outras estratégias de sobrevivência também ligadas aos recursos naturais.

Nesse sentido, a pesquisa trouxe à baila a possibilidade de maior conhecimento sobre um espaço tão amplo e diverso como é o amazônico, pois assim como o espaço é múltiplo, o estudo sobre ele também deve ser multiplicado. Para se entender este espaço, partiu-se da discussão da categoria território, apresentada sob uma perspectiva material e imaterial, que se constitui em território vivido, gerador de segurança e oportunidades, como também o sentimento de pertencimento.

As principais considerações a que se pode chegar nesta breve análise, que nunca serão finais, pois a realidade na Amazônia se transforma a todo o momento, gerando mais *conclusões esporádicas*, é de que esta região, com seus recursos, habitantes e sua biodiversidade florística e faunística, é, e sempre será, de fundamental importância para a sociedade como um todo. Assim, a sociedade local, e também a sociedade exógena, devem sempre procurar as melhores formas de gerir e ordenar este importante espaço natural e humanizado. Diante desta complexidade, as ciências geográficas ou “geografizadas” constroem um campo profícuo de análise, interpretação e intervenção, elaborando trabalhos em que as dinâmicas do “jogo” podem ser descortinadas para a compreensão da realidade.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri (org.) Cartografia social, terra e território. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 2008.

ANDERSON, S. D. **Engenhos na várzea: uma análise de declínio de um sistema de produção tradicional na Amazônia.** In: LENA, P. ; OLIVEIRA, A. E. de. (Org). **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991. P. 101-121. (Coleção Eduardo Galvão).

ANDERSON, S. D.; MARQUES, F. L. T.. **Engenhos movidos à maré no estuário do Amazonas: vestígios encontrados no município de Igarapé-miri, Pará.** Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série Antropologia, v. 8, n. 2, 1992.

ANTONGIOVANNI, L. L. Território como Abrigo e Território como Recurso. Territorialidades em Tensão e Projetos Insurgentes no Norte do Espírito Santo. Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, UFF, Rio de Janeiro, 2006.

BANCO DO BRASIL. **Desenvolvimento Regional Sustentável.** Série cadernos de propostas para atuação em cadeias produtivas. Fruticultura –Açaí. Brasília, setembro de 2010.

BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio.** Rio de Janeiro, Garamond, 2006.

BENTES-GAMA, M. de M. ; RIBEIRO, G. D. ; FERNANDES, C. F. ; MEDEIROS, I. M. . **Açaí (Euterpe spp.): características, formação de mudas e plantio para a produção de frutos** (Série Embrapa. Circular Técnica, 80). Porto Velho, RO: Embrapa Rondônia, 2005 (Comunicado Técnico).

BONNEMAISON, J. **Viagem em torno do território.** In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs). **Geografia Cultural: uma antologia (1).** Rio de Janeiro: EdURJ, 2012.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Embrapa Amazônia Oriental. **Sistema de Produção do Açaí.** Vol. 4 - 2ª Edição Dez./2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Baixo Tocantins (PTDRS). Brasília: MDA/SDT, 2011. Disponível em: [www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br).

BRASIL. **PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO BAIXO TOCANTINS, 2010.**

CABRAL, L. O. **Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica.** Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, EDUFSC, v. 41, n. 1 e 2, p. 141-155, Abril e Outubro de 2007.

CALZABARA, B. **As Possibilidades do açazeiro no Estuário Amazônico.** Brasília, DF: MEC: Faculdade de ciências Agrárias do Pará, 1972. (Boletim, 5).

CAMARGO, J. C. G.; ELESBÃO, I. **O PROBLEMA DO MÉTODO NAS CIÊNCIAS HUMANAS: o caso da Geografia**. Mercator - Revista de Geografia da UFC, ano 03, número 06, 2004.

CASTRO, E. **Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais**. Papers do NAEA Nº 092. Belém, 1998.

CASTRO, I. E. **Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação**. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). Explorações geográficas: percursos no fim do século. 4ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CHAVES, M. C. Q. **COMUNIDADE E REPRODUÇÃO SOCIAL: Estudo sobre uma população ribeirinha do Município de Ponta de Pedras – Ilha de Marajó-PA**. Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Belém, 2005. Dissertação de mestrado.

CLAVAL, P. **“A VOLTA DO CULTURAL” NA GEOGRAFIA**. Mercator - Revista de Geografia da UFC, ano 01, número 01, 2002.

CLAVAL, P. **As abordagens da Geografia Cultural**. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). Explorações geográficas: percursos no fim do século. 4ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

COELHO, M. C. N.; COTA, R. G. **Desenvolvimento, meio ambiente e Amazônia: uma revisão crítica**. In: TEISSERENC, P.; ROCHA, G. de M.; MAGALHÃES, S. B.; GUERRA, G. A. D. (Orgs.). Coletividades Locais e Desenvolvimento Territorial na Amazônia. Belém: NUMA/UFGPA, 2008.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. Conjuntura mensal do açaí 2011-2013. Disponível em < <http://www.conab.gov.br/>>.

CONAB. **ESTUDOS DE PREÇOS MÍNIMOS: PRODUTOS DA SOCIOBIODIVERSIDADE, SAFRA 2013/2014**. Volume III, Brasília (DF), Abril de 2013.

CORRÊA, R. L. **Espaço: um conceito-chave da Geografia**. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CRUZ, N. N. D. **Modos de Vida e Territorialidades nos Assentamentos de Reforma Agrária**. R. RA E GA, Editora UFPR. Curitiba, n. 16, p. 93-100, 2008.

CUNHA, S. B. **A questão ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

DAMASCENO, E. M. S. de L. **Associativismo, desenvolvimento endógeno e formação das cadeias produtivas do açaí em Igarapé-Miri: um estudo de caso**. Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém, 2009. Dissertação de mestrado.

DE PAULA, F.C. **Sobre a dimensão vivida do território: tendências e a contribuição da fenomenologia.** GeoTextos, vol. 7, n. 1, jul. 2011. F. Paula. 105-126.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais.** 3ª edição. São Paulo: Atlas, 1995.

DIEGUES, A. C. (Org). **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil.** São Paulo, Fevereiro De 2000.

EMBRAPA, 2006. **Sistema de Produção do Açaí.** Disponível em: [http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Acai/SistemaProducaoAcai\\_2ed/index.htm](http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Acai/SistemaProducaoAcai_2ed/index.htm) Acesso em: 09 julho 2013.

FARIAS, M. S. **Comunidades em Zonas de Amortecimento de Resex Marinha: A cartografia participativa como instrumento de afirmação do uso do território dos pescadores de vila Caratateua, Bragança-PA.** Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia-PPGEDAM). Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará – NUMA/UFPA, Belém, 2014.

FRAXE, T. J. P.; PEREIRA, H. S.; WITKOSKI, A. C. (Orgs). **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais.** Manaus: EDUA, 2007.

GARCIA, G.L. **Memória dos engenhos do baixo Tocantins: antigos engenhos de aguardente; Municípios de Abaetetuba e Igarapé-Miri.** Belém/PA, 2011.

GOMES, P. C. da C. **Geografia e Modernidade.** Editora Bertrand Brasil. 8ª edição. Rio de Janeiro, 2010.

GOTTMANN, J. **A Evolução do Conceito de Território.** Boletim Campineiro de Geografia, v.2, n. 3, 2012. Tradução Isabela Fajardo e Luciano Duarte. Revisão Fabrício Gallo.

GROSSMANN, M. et al. **Planejamento participativo visando a um manejo sustentável dos açazais no estuário amazônico e regulamentações oficiais.** In: JARDIM, M. A. G., MOURÃO, L., GROSSMANN, M. (Org.). **Açaí: possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico.** Belém: MPEG, 2004.

GUIMARÃES, J. A. C. **O açaí já “parou” o carioca.** Cadernos do NAEA, Belém, v. 2, n. 1, p. 95-112, junho de 1999.

GUIMARÃES, L. A. et al. **Produção e comercialização do açaí no município de Abaetetuba, Pará.** In: JARDIM, M. A. G.; MOURÃO, L.; GROSSMANN, M. (Org.). **Açaí (Euterpe oleracea Mart.) Possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico.** Belém: MCT/Museu paraense Emílio Goeldi, 2004, v. 1, p. 159-180.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização.** São Paulo: Contexto, 2006.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos.** São Paulo: Contexto, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **Entre as redes e os aglomerados de exclusão.** In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HEIDEDRICH, A. L. **Espaço e multin territorialidade entre territórios: reflexões sobre a abordagem territorial**. IN: PEREIRA, S. R.; COSTA, B. P. da C.; SOUZA, E. B. C. (Orgs). Teoria e práticas territoriais: análises espaços-temporais. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

HOMMA, A. K. **Extrativismo vegetal ou plantio: qual a opção para a Amazônia?** ESTUDOS AVANÇADOS. v. 19, n. 54 (2005). 115-135.

HOMMA, A. K. O. **O desenvolvimento da agroindústria no estado do Pará**. Saber: ciências exatas e tecnologia, Belém, v. 3, p. 49-76, jan./dez. 2001. Edição especial

HOMMA, A. K.; et al. **Açaí: Novos desafios e tendências**. Amazônia. Ciência & Desenvolvimento. Belém, v. 1, n. 2, jan./jun. 2006.

IBGE. **IBGE Cidades**. <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. 2010. Acesso em 09 de julho de 2013.

IBGE. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura - PEVS. 2005. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>.

IBGE. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura - PEVS. 2006. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>.

IBGE. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura - PEVS. 2007. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>.

IBGE. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura - PEVS. 2008. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>.

IBGE. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura - PEVS. 2009. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>.

IBGE. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura - PEVS. 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>.

IBGE. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura - PEVS. 2011. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>.

IBGE. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura - PEVS. 2012. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>.

Jornal Diário do Pará. <http://diariodopara.diarioonline.com.br/impressao.php?idnot=68178> acesso em 13/11/2013.

LA BLACHE, P. V. in: HAESBAERT, R.; PEREIRA, S. N.; RIBEIRO, G. (org.). **Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

LA BLACHE, P. V.. **Princípios de geografia humana**. 2ª ed. (S.I): Cosmos, 1954.

LITTLE, P. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: Série Antropologia, 2002.

LOBATO, Eládio. **Caminho de Canoa Pequena**. História do Município de Igarapé-Miri. Imprensa Oficial Offset, Belém, Pará, 1985.

LOBATO, Eládio. **Centenário da Festa de Nazaré e Maiauatá**. [s.n]. Igarapé-Miri/PA, 2000.

LOBATO, Eládio. **Cidade das Palmeiras Imperiais**. [s.n]. Belém, 2004.

LOPES, L. da S. **No verão, açaí; no inverno, camarão: tempo e práticas econômicas na ilha de Paquetá (Belém – Pa)**. Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em ciências Sociais, Belém, 2006. Dissertação de mestrado.

LOUREIRO, V. R. **A Amazônia do século XIX: novas formas de desenvolvimento**. Ed. Empório do Livro. São Paulo, 2009.

MASSEY, D. B. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Trad. Hilda Pareto Maciel; Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand brasil, 2012.

MASSEY, D. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. Open University. Milton Keynes, Reino Unido. *GEOgraphia* - Ano. 6 – Nº 12 – 2004.

MENDONÇA, M. S. (et all). **ETNOBOTÂNICA E O SABER TRADICIONAL**. In: FRAXE, T. J. P.; PEREIRA, H. S.; WITKOSKI, A. C. (Orgs). **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**. Manaus: EDUA, 2007.

MENEZES, M. N. A. **ASPECTOS CONCEITUAIS DO SISTEMA AGRÁRIO DO VALE DO TOCANTINS COLONIAL**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.17, n.1, p.91-122, jan./abr. 2000.

MENEZES, M. N. A. **HISTÓRIA SOCIAL DOS SISTEMAS AGRÁRIOS DO VALE DO TOCANTINS - PARÁ – BRASIL (1669 - 1800): rupturas e estabilidades**. Tese (Doutorado em História e Civilização) - ÉCOLE DES HAUTES ÉTUDES EN SCIENCES SOCIALES PARIS – FRANÇA, 1994.

MENEZES, M. N. A. **O sistema agrário do vale do Tocantins colonial: agricultura para consumo e para exportação**. Revista Projeto História Espaço e Cultura, São Paulo, 1999.

MOTA, G. **Entre a comunidade e o lugar: aportes teóricos para um debate**. In: TEISSERENC, P.; ROCHA, G. de M.; MAGALHÃES, S. B.; GUERRA, G. A. D. (Orgs.). **Coletividades Locais e Desenvolvimento Territorial na Amazônia**. Belém: NUMA/UFPA, 2008.

MOURÃO, L. **Do açaí ao Palmito: uma história ecológica das permanências, tensões e rupturas no estuário amazônico**. Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém, 1999. Tese de Doutorado.

Mourão, L. **HISTÓRIA E NATUREZA: DO AÇAÍ AO PALMITO**. Revista Territórios e Fronteiras V.3 N.2 – Jul/Dez 2010.

NASCIMENTO, M.J.M. **Açaí: a fotossíntese do lucro**. Universidade Federal do Pará, 1996. Disponível em <[http://www.ufpa.br/naea/gerencia/ler\\_publicacao.php?id=228](http://www.ufpa.br/naea/gerencia/ler_publicacao.php?id=228) > . Acesso em 09/07/2013 às 08:32:00h.

NOGUEIRA, O. L. **Regeneração, Manejo e Exploração de Açaizais Nativos de Várzea do Estuário Amazônico**. Universidade Federal do Pará, Museu Paraense Emílio Goeldi e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Programa de Pós-Graduação em ciências Biológicas, Belém, 1997. Tese de doutorado.

NOGUEIRA, O. L.; HOMMA, A. K. A Importância do manejo de recursos extrativos em aumentar o carrying capacity: o caso de açazeiros (*Euterpe oleracea* Mart.) no estuário amazônico. *Poematropic*, Belém, n. 2, p.31-35, jul./dez. 1998.

OHASHI, S. T.; KAGEYAMA, P. Y. **Variabilidade Genética entre Populações de Açazeiro (*Euterpe oleracea* Mart.) do Estuário Amazônico**. In: JARDIM, M. A. G.; MOURÃO, L.; GROSSMANN, M. (Org.). Açai (*Euterpe oleracea* Mart.) Possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico. Belém: MCT/Museu paraense Emílio Goeldi, 2004, v. 1, p. 11-36.

PARÁ, **Estatística Municipal, Igarapé-Miri**, 2013.

PARÁ. Secretaria de Estado de Agricultura. **A importância do açaí no contexto econômico, social e ambiental do estado do Pará**. 27ª Reunião Ordinária da Câmara Setorial – MAPA. 6ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Fruticultura – CNA, Brasília – DF, 2011.

PEIXOTO, R C. D. **Caminhos e Descaminhos do Desenvolvimento Territorial no Pará**. In: Rocha, Gilberto de Miranda; Magalhães, Sonia Barbosa; Teisserenc, Pierre. (Org.). Territórios de Desenvolvimento e Ações Públicas. Belém: EDUFPA, 2009, p. 65-93.

PEREIRA, M. S.; WITKOSKI, A. C. **Construção de paisagem, espaço e lugar na várzea do rio Solimões-Amazonas**. *Novos Cadernos NAEA*, v. 15, n. 1, p. 273-290, jun. 2012.

PEREIRA, S. R.; COSTA, B. P. da C.; SOUZA, E. B. C. (Orgs). **Teoria e práticas territoriais: análises espaços-temporais**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PINTO, L. F. **O açaí do Pará e o mundo**. Disponível em [http://ambientes.ambientebrasil.com.br/amazonia/artigos/o\\_acai\\_do\\_para\\_e\\_o\\_mundo.html](http://ambientes.ambientebrasil.com.br/amazonia/artigos/o_acai_do_para_e_o_mundo.html). Acesso em 09/07/2013 às 09:30h.

PNUMA, 2011. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza – Síntese para Tomadores de Decisão**. Disponível em: <http://www.pnuma.org.br/admin/publicações/texto/1101-GREENECONOMYsynthesis> Acesso em: 17 dez. 2012.

POLLAK, H., MATTOS, M., UHL, C. **O Perfil da Extração de Palmito no Estuário Amazônico**. Série Amazônia Nº 03 - Belém: Imazon, 1996.

POLLICE, F. **O Papel Da Identidade Territorial nos Processos de Desenvolvimento Local**. Tradução: Andrea Galhardi de Oliveira, Renato Crioni, Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro Oliveira. Espaço e Cultura, UERJ, RJ, N. 27, P. 7-23, JAN./JUN. DE 2010.

PORTO GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

RAFFESTIN, C. **A produção das estruturas territoriais e sua representação**. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1ª.ed.São Paulo : Expressão Popular, 2009.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMALHO, E. “O açaí é ouro preto para nós produtores paraenses”. **Disponível em: [http://www.rfi.fr/actubr/articles/068/article\\_123.asp](http://www.rfi.fr/actubr/articles/068/article_123.asp)**. Acesso em 09/07/2013 às 9:00h.

REIS, Adebaro, Alves dos. **Estratégias de Desenvolvimento Local Sustentável na Pequena Produção Familiar na Várzea do Município de Igarapé-Miri (PA)**. Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém, 2008. Dissertação de Mestrado.

RIBEIRO, G. Fundamentos epistemológicos de uma ciência. In: HAESBAERT, R., PEREIRA, S. N., RIBEIRO, G. (Orgs). **Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política**. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2012.

RODRIGUES, A. S., DURIGAN, M. E. **O agronegócio do palmito no Brasil**. INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ. Londrina 2007. 131 p. – (IAPAR. Circular técnica, 130).

ROSETTI, C. F. **Análise econômica da indústria de palmito no estado do Paraná**. (Dissertação de Mestrado). Pós-Graduação em Engenharia Florestal do Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1988.

RÜGNITZ, M. T.; SILLS, E.; BAUCH S. C. Atravessadores de açaí (*Euterpe oleracea*, Mart): Os dois lados da moeda. 1ª. ed. Belém, Brasil.: IMAZON, 2007.

SACK, R. D. **Territorialidade Humana: sua teoria e história**. Cambridge University Press, 1986.

SACRAMENTO, J. M. C. **Gestão Comunitária e Individual dos Recursos Naturais nas Várzeas do Baixo Tocantins: O Caso do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Ilha de Sumaúma em Igarapé Miri/PA**. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas. Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental. Belém, 2011. Dissertação de Mestrado.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2004. (Coleção Milton Santos).

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. 5. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SANTOS, M. O PAPEL ATIVO DA GEOGRAFIA: UM MANIFESTO. Revista Território, Rio de Janeiro, ano V, n° 9, pp. 103-109, jul./dez., 2000.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). Território, globalização e fragmentação. Ed. HUCITEC. 4ª edição. São Paulo, 1998.

SANTOS, M. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. (Coleção Milton Santos).

SANTOS, M. **Por uma outra Globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 9ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SAQUET, M. A. **A renovação da geografia: A construção de uma teoria de território e de territorialidade na obra de Jean Gottmann**. Revista da ANPEGE. v. 5, 2009.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão popular, 2010.

SAQUET, M. A. **As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade**. Geosul, Florianópolis, v. 22, n. 43, p 55-76, jan./jun. 2007.

SAQUET, M. A. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. **Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial**. Caderno Prudentino de Geografia, nº31, vol.1, 2009. p. 3 a 16.

SEABRA, O. C. L. **TERRITÓRIOS DO USO: COTIDIANO E MODO DE VIDA**. Revista CIDADES. v. 1, n. 2, p. 181-206. Presidente Prudente, São Paulo, 2004.

SILVA, C. N. **Cartografia das percepções ambientais-territoriais dos pescadores do estuário amazônico com utilização de instrumentos de geoinformação**. Revista Formação, n.15 volume1 – p.118-12. São Paulo, 2008.

SILVA, C. N. **Territorialidades e modo de vida de pescadores do rio Itaquara, Breves-PA**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

SILVA, C. N. **O conceito de território nos estudos sobre pesca**. In: MOTA, G; PALHETA, J.M; NUNES, C.N. (Org.). **Caminhos e lugares da Amazônia: Ciência, natureza e território**. Belém: GAPTA/UFPA, 2009, v. 01, p. 35-54.

SILVA. P. J. D.; ALMEIDA, S. S. **Estrutura ecológica de açazais em ecossistemas inundáveis da Amazônia**. In: JARDIM, M. A. G.; MOURÃO, L.; GROSSMANN, M. (Org.). **Açaí (Euterpe oleracea Mart.) Possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico**. Belém: MCT/Museu paraense Emílio Goeldi, 2004, v. 1, p. 37-51.

SILVEIRA, M. L. **TERRITÓRIO USADO: DINÂMICAS DE ESPECIALIZAÇÃO, DINÂMICAS DE DIVERSIDADE**. Ciência Geográfica - Bauru - XV - Vol. XV - (1): Janeiro/Dezembro – 2011.

SIMONIAN, L.T.L. **Açaí, ah! Belém do Pará tem!** – Belém: UFPA, NAEA, 2007.

SORRE, M. **Geografia**. São Paulo: Ática, 1984. (tradução Januário F. Megale, Maria Cecília França e Moacyr Marques).



SORRE, M. **A noção de gênero de vida e seu valor atual.** In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs). Geografia Cultural: uma antologia (1). Rio de Janeiro: EdURJ, 2012.

SOUZA, E. A.; PEDON, N. R. **Território e Identidade.** Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas. Três Lagoas - MS, V 1 – n.º6 - ano 4, Novembro de 2007.

SOUZA, M. J. L. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SOUZA, M. L. **A expulsão do paraíso. O “paradigma da complexidade” e o desenvolvimento sócio-espacial.** In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). Explorações geográficas: percursos no fim do século. 4ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** 1ª edição. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2013.

TEISSERENC, P. **Reconhecimento de saberes locais em contexto de ambientalização.** Novos Cadernos NAEA. v. 13, n. 2, p. 5-26, dez. 2010.

TRINDADE, G. O. ; TRINDADE JR., S-C. C. **A ver navios, barcos e canoas...: vivências urbanas e relação cidade-rio na Amazônia ribeirinha.** Geografia. Ensino & Pesquisa (UFSM), v. 16, p. 35-54, 2012.

VALLES, C. M. A. **Impacto da demanda dos frutos do açaí nas relações socioeconômicas e composição florística no estuário amazônico.** Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém, 2013. Dissertação de Mestrado.

**ANEXOS**